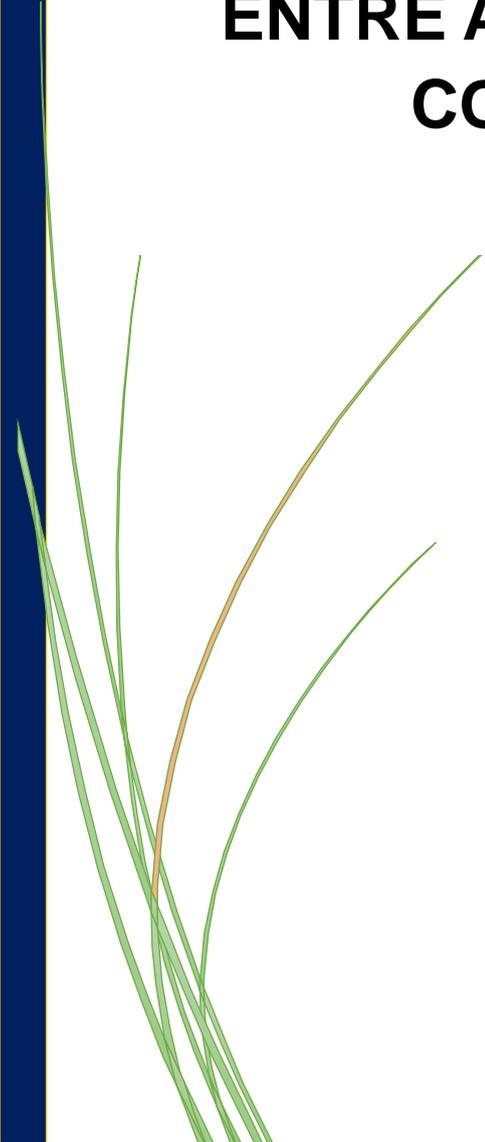


INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC



**COLETÂNEA ACADÊMICA
TRANSDISCIPLINAR - INTERAÇÕES
ENTRE ÁREAS DOS SABERES
CONHECIMENTOS**



2023

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC
PEDRO EMÍLIO AMADOR SALOMÃO
GEOVANA SILVEIRA SOARES LEONARDE
ORGANIZADOR

TEÓFILO OTONI – 2023

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Copyright ©: Autores diversos

Projeto gráfico: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

Diagramação: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

Capa: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

ISBN: 978-65-84869-24-0

SALOMÃO, P. E. A. LEONARDE, G. S. S. (Organizador)

COLETÂNEAS CIENTÍFICAS – TEÓFILO OTONI – 2023

TEÓFILO OTONI - MAIO/2023

ISBN: 978-65-84869-24-0

VOL. 1

1. PUBLICAÇÕES 2. CAPÍTULOS 3. COLETÂNEAS

NICE 41

FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE TEÓFILO OTONI

**Núcleo de
Investigação
Científica e
Extensão - NICE**

Assinado de forma digital por Núcleo de
Investigação Científica e Extensão - NICE
DN: cn=Núcleo de Investigação Científica
e Extensão - NICE, o=AlfaUnipac,
email=nice@unipacto.com.br, c=BR
Dados: 2022.10.26 15:26:05 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat:
2022.003.20263

DIREITOS PRESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a citação dos autores. A violação dos direitos de autor (Lei Federal 9.610/1998) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM NÍVEL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA.....	26
Alex Barroso de Figueiredo	26
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	26
Amanda Tomázia da Silva Reis	26
André Luiz Peruhype Magalhães	26
Astrid Maciel Motta.....	26
Bruna Avelar Oliveira.....	26
Saint Clair Campanha Filho.....	26
Simone Alves Martins.....	26
CAPÍTULO 2 - A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA ONCOLOGIA.....	28
Alex Barroso de Figueiredo	28
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	28
Amanda Tomázia da Silva Reis	28
André Luiz Peruhype Magalhães	28
Astrid Maciel Motta.....	28
Bruna Avelar Oliveira.....	28
Saint Clair Campanha Filho.....	28
Simone Alves Martins.....	28
CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) SEGUNDO A VISÃO DOS MUNICÍPIOS NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI-MG.....	30
Alex Barroso de Figueiredo	30
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	30
Amanda Tomázia da Silva Reis	30
André Luiz Peruhype Magalhães	30
Astrid Maciel Motta.....	30
Bruna Avelar Oliveira.....	30

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Saint Clair Campanha Filho.....	30
CAPÍTULO 4 - A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: UMA REVISÃO.....	32
Alex Barroso de Figueiredo	32
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	32
Amanda Tomázia da Silva Reis	32
André Luiz Peruhype Magalhães	32
Astrid Maciel Motta.....	32
Bruna Avelar Oliveira.....	32
Saint Clair Campanha Filho.....	32
Simone Alves Martins.....	32
CAPÍTULO 5 - ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE MÉIS COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ITAIPÉ – MG	34
Alex Barroso de Figueiredo	34
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	34
Amanda Tomázia da Silva Reis	34
André Luiz Peruhype Magalhães	34
Astrid Maciel Motta.....	34
Bruna Avelar Oliveira.....	34
Saint Clair Campanha Filho.....	34
Simone Alves Martins.....	34
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE MICROBIOLÓGICAS DOS COLCHÕES HOSPITALARES ANTES E DEPOIS DA LIMPEZA EM LEITOS DE ENFERMARIAS NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG	36
Alex Barroso de Figueiredo	36
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	36
Amanda Tomázia da Silva Reis	36
André Luiz Peruhype Magalhães	36
Astrid Maciel Motta.....	36
Bruna Avelar Oliveira.....	36
Saint Clair Campanha Filho.....	36

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Simone Alves Martins.....	36
CAPÍTULO 7 - ASPECTOS PATOLÓGICOS, SINTOMATOLOGIA E TRATAMENTO DA CIRROSE HEPÁTICA: UMA REVISÃO	38
Alex Barroso de Figueiredo	38
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	38
Amanda Tomázia da Silva Reis	38
André Luiz Peruhype Magalhães	38
Astrid Maciel Motta.....	38
Bruna Avelar Oliveira.....	38
Saint Clair Campanha Filho.....	38
Simone Alves Martins.....	38
CAPÍTULO 8 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA UTILIZADA PELA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CATUJI – MG.....	40
Alex Barroso de Figueiredo	40
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	40
Amanda Tomázia da Silva Reis	40
André Luiz Peruhype Magalhães	40
Astrid Maciel Motta.....	40
Bruna Avelar Oliveira.....	40
Saint Clair Campanha Filho.....	40
Simone Alves Martins.....	40
CAPÍTULO 9 - ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO NO TRATAMENTO DO DIABETES MELLITUS TIPO I.....	42
Alex Barroso de Figueiredo	42
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	42
Amanda Tomázia da Silva Reis	42
André Luiz Peruhype Magalhães	42
Astrid Maciel Motta.....	42
Bruna Avelar Oliveira.....	42
Saint Clair Campanha Filho.....	42

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Simone Alves Martins.....	42
CAPÍTULO 11 - A IMPORTÂNCIA DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA COMUNIDADE DA CIDADE DE OURO VERDE-MG.....	44
Alex Barroso de Figueiredo	44
Allyne Aparecida Dias da Silva.....	44
Amanda Tomázia da Silva Reis	44
André Luiz Peruhype Magalhães	44
Astrid Maciel Motta.....	44
Bruna Avelar Oliveira.....	44
Saint Clair Campanha Filho.....	44
Simone Alves Martins.....	44
CAPÍTULO 12 - HELICOBACTER PYLORI E SUA PREDOMINANTE PARTICIPAÇÃO EM DISTURBIOS GASTRICOS: UMA REVISÃO.....	46
Tamara Pereira da Silva	46
Tâmaro Chagas Mendes	46
Tarciana de Oliveira da Silva.....	46
Vinícius Figueiredo Silva	46
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	46
Luciana Gomes Andrade.....	46
Ludmila Lopes Lima	46
Luiz de Souza Gomes.....	46
Maicon Douglas Silva.....	46
Manuella Botelho Laure Nogueira	46
Bruno Ferreira Campos da Silva	46
CAPÍTULO 13 - HELICOBACTER PYLORI E SUA PREDOMINANTE PARTICIPAÇÃO EM DISTURBIOS GASTRICOS: UMA REVISÃO.....	48
Tamara Pereira da Silva	48
Tâmaro Chagas Mendes	48
Tarciana de Oliveira da Silva.....	48
Vinícius Figueiredo Silva	48

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	48
Luciana Gomes Andrade.....	48
Ludmila Lopes Lima	48
Luiz de Souza Gomes	48
Maicon Douglas Silva.....	48
Manuella Botelho Laure Nogueira	48
Bruno Ferreira Cmpos da Silva	48
CAPÍTULO 14 - INCIDÊNCIA DE ENTEROPARASIToses EM ALUNOS DE DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2022	50
Tamara Pereira da Silva	50
Tâmara Chagas Mendes	50
Tarciana de Oliveira da Silva.....	50
Vinícius Figueiredo Silva	50
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	50
Luciana Gomes Andrade.....	50
Ludmila Lopes Lima	50
Luiz de Souza Gomes	50
Maicon Douglas Silva.....	50
Manuella Botelho Laure Nogueira	50
Bruno Ferreira Cmpos da Silva	50
CAPÍTULO 15 - O PAPILOMAVÍRUS HUMANO E SUA ATIVIDADE CARCINOgÊNICA: UMA REVISÃO.....	52
Daniel de Azevedo Teixeira	52
Tamara Pereira da Silva	52
Tâmara Chagas Mendes	52
Tarciana de Oliveira da Silva.....	52
Vinícius Figueiredo Silva	52
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	52
Luciana Gomes Andrade.....	52
Ludmila Lopes Lima	52

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Luiz de Souza Gomes	52
Maicon Douglas Silva.....	52
Manuella Botelho Laure Nogueira	52
Bruno Ferreira Cmpo da Silva	52
CAPÍTULO 16 - O PROCESSO DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (HEMODIÁLISE) E AS CO-MORBIDADES OCASIONADAS PELO PROCESSO EM TEÓFILO OTONI-MG.....	54
Daniel de Azevedo Teixeira	54
Tamara Pereira da Silva	54
Tâmara Chagas Mendes	54
Tarciana de Oliveira da Silva.....	54
Vinícius Figueiredo Silva	54
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	54
Luciana Gomes Andrade.....	54
Ludmila Lopes Lima	54
Luiz de Souza Gomes	54
Maicon Douglas Silva.....	54
Manuella Botelho Laure Nogueira	54
Bruno Ferreira Cmpo da Silva	54
CAPÍTULO 17 - O USO DE ANSIOLÍTICOS POR UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2021	56
Daniel de Azevedo Teixeira	56
Tamara Pereira da Silva	56
Tâmara Chagas Mendes	56
Tarciana de Oliveira da Silva.....	56
Vinícius Figueiredo Silva	56
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	56
Luciana Gomes Andrade.....	56
Ludmila Lopes Lima	56
Luiz de Souza Gomes	56
Maicon Douglas Silva.....	56

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Manuella Botelho Laure Nogueira	56
Bruno Ferreira Cmpo da Silva	56
CAPÍTULO 18 - O USO DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA POR UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2022.....	58
Daniel de Azevedo Teixeira	58
Tamara Pereira da Silva	58
Tâmara Chagas Mendes	58
Tarciana de Oliveira da Silva.....	58
Vinícius Figueiredo Silva	58
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	58
Luciana Gomes Andrade.....	58
Ludmila Lopes Lima	58
Luiz de Souza Gomes	58
Maicon Douglas Silva.....	58
Manuella Botelho Laure Nogueira	58
Bruno Ferreira Cmpo da Silva	58
CAPÍTULO 19 - PERFIL DE CONHECIMENTO DOS EFEITOS NOCIVOS DA AUTOMEDICAÇÃO E EFEITOS ADVERSOS DOS MEDICAMENTOS EM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG	60
Daniel de Azevedo Teixeira	60
Tamara Pereira da Silva	60
Tâmara Chagas Mendes	60
Tarciana de Oliveira da Silva.....	60
Vinícius Figueiredo Silva	60
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	60
Luciana Gomes Andrade.....	60
Ludmila Lopes Lima	60
Luiz de Souza Gomes	60
Maicon Douglas Silva.....	60
Manuella Botelho Laure Nogueira	60
Bruno Ferreira Cmpo da Silva	60

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 20 - PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASITOSE EM CRIANÇAS DO 1º A 4º ANO DE UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE TEÓFILO OTONI-MG 2021..... 62

Daniel de Azevedo Teixeira	62
Tamara Pereira da Silva	62
Tâmara Chagas Mendes	62
Tarciana de Oliveira da Silva.....	62
Vinícius Figueiredo Silva	62
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	62
Luciana Gomes Andrade.....	62
Ludmila Lopes Lima	62
Luiz de Souza Gomes	62
Maicon Douglas Silva.....	62
Manuella Botelho Laure Nogueira	62
Bruno Ferreira Cmpos da Silva	62

CAPÍTULO 21 - PROCESSOS METODOLÓGICOS DE MONITORAMENTO GLICEMICO: COMPARAÇÃO ENTRE EXAME DE GLICEMIA SÉRICA E GLICEMIA CAPILAR EM UM HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE ATALÉIA-MG..... 64

Daniel de Azevedo Teixeira	64
Tamara Pereira da Silva	64
Tâmara Chagas Mendes	64
Tarciana de Oliveira da Silva.....	64
Vinícius Figueiredo Silva	64
Lidiane Carolina de Castro Weitzel.....	64
Luciana Gomes Andrade.....	64
Ludmila Lopes Lima	64
Luiz de Souza Gomes	64
Maicon Douglas Silva.....	64
Manuella Botelho Laure Nogueira	64
Bruno Ferreira Cmpos da Silva	64

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 22 - A GUERRA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	66
Ludmila Lopes Lima	66
Simone Alves Martins.....	66
Igor Caiafa Ferreira Silvério	66
CAPÍTULO 23 - A VENDA DE MICROSSEGUROS POR EMPRESAS DE VAREJO: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS OFERECIDOS POR ESTAS EMPRESAS	68
Igor Caiafa Ferreira Silvério	68
Ludmila Lopes Lima	68
Simone Alves Martins.....	68
CAPÍTULO 24 - DEONTOLOGIA JURÍDICA E A ÉTICA PROFISSIONAL DO ADVOGADO	71
Ludmila Lopes Lima	71
Igor Caiafa Ferreira Silvério	71
Simone Alves Martins.....	71
CAPÍTULO 25 - A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO DO TRABALHO	73
Igor Caiafa Ferreira Silvério	73
Ludmila Lopes Lima	73
Simone Alves Martins.....	73
CAPÍTULO 26 - MAIORIDADE CIVIL E EMANCIPAÇÃO.....	77
Igor Caiafa Ferreira Silvério	77
Edmar Oliveira da Silva.....	77
Ludmila Lopes Lima	77
Simone Alves Martins.....	77
CAPÍTULO 27 - FATO JURÍDICO E SUAS APLICABILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	79
Igor Caiafa Ferreira Silvério	79
Edmar Oliveira da Silva.....	79
Ludmila Lopes Lima	79
Simone Alves Martins.....	79
CAPÍTULO 28 - A CIBERDEMOCRACIA COMO UM AVANÇO EM UMA SOCIEDADE INTERCONECTADA.....	81

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Simone Alves Martins.....	81
Ludmila Lopes Lima	81
CAPÍTULO 29 - A CONVENÇÃO NÚMERO 158 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	83
Lucas Soares Maciel.....	83
Erica Oliveira Santos Gonçalves	83
Marcos Cezar Magalhães Ganem	83
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	83
CAPÍTULO 30 - A GUERRA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	84
Ludmila Lopes Lima	85
Simone Alves Martins.....	85
CAPÍTULO 31 - A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SAÚDE HUMANA EM CASOS DE CONTAMINAÇÃO POR METAIS TÓXICOS	87
Mayra Soares Santos	87
CAPÍTULO 32 - A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO EMPREGADO CONTRA DESPEDIDA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA.....	89
Lucas Soares Maciel.....	89
Erica Oliveira Santos Gonçalves	89
Marcos Cezar Magalhães Ganem	89
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	89
CAPÍTULO 33 - ANÁLISE DO PERFIL DE CRESCIMENTO E FERMENTATIVO DE DIFERENTES LINHAGENS DE <i>Scheffersomyces stipiti</i>	92
Philippe Luan Brito	92
Camila Souza Neris	92
Daniel Sarapu	92
Deivison Vinicius Barroso	92
Emilia Vilela Araujo.....	92
Emiliane Pereira Laignier	92
José Roberto Passos Junior	92

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 34 - ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DA GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA FACULDADE ALFAUNIPAC EM TEÓFILO OTONI (MG).....	94
Mariana Leal Oliveira.....	94
Camila Souza Neris	94
Daniel Sarapu	94
Deivison Vinicius Barroso	94
Emilia Vilela Araujo.....	94
Emiliane Pereira Laignier	94
José Roberto Passos Junior	94
CAPÍTULO 35 - INVESTIGAÇÃO DE SURTO POR MICOBACTÉRIAS NÃO TUBERCULOSAS EM UMA CLÍNICA DE ESTÉTICA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG.....	96
Emília Vilela Araújo.....	96
Camila Souza Neris	96
Daniel Sarapu	96
Deivison Vinicius Barroso	96
Emilia Vilela Araujo.....	96
Emiliane Pereira Laignier	96
José Roberto Passos Junior	96
CAPÍTULO 36 - AS MODALIDADES DE DESPEDIAS PREVISTAS NO ARTIGO 7º, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	98
Lucas Soares Maciel.....	98
Erica Oliveira Santos Gonçalves	98
Marcos Cezar Magalhães Ganem.....	98
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	98
CAPÍTULO 37 - CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS FILAMENTOSOS ISOLADO DE CASCA DE COCO INDAIÁ (ATTALEA DUBIA) COM APTIDÃO PARA PRODUÇÃO DE ENZIMAS HOLOCELULOLÍTICAS	100
Ilva de Fátima Souza	100
Philippe Luan Brito	100
CAPÍTULO 38 - CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	102
Lucas Soares Maciel.....	102

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Erica Oliveira Santos Gonçalves	102
Marcos Cezar Magalhães Ganem	102
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	102
CAPÍTULO 39 - CONCEITO DE DESPEDIDA ARBITRÁRIA	105
Lucas Soares Maciel.....	105
Marcos Cezar Magalhães Ganem	105
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	105
CAPÍTULO 40 - DEFINIÇÃO DE DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA	106
Lucas Soares Maciel.....	107
Marcos Cezar Magalhães Ganem	107
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	107
CAPÍTULO 41 - DESASTRES EM BARRAGENS E O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA.....	108
Mariana Leal Oliveira.....	109
Camila Souza Neris	109
Daniel Sarapu	109
Deivison Vinicius Barroso	109
Emilia Vilela Araujo.....	109
Emiliane Pereira Laignier	109
José Roberto Passos Junior	109
CAPÍTULO 42 - DETERMINAÇÃO MULTIPARAMÉTRICA DE VARIÁVEIS ENOLÓGICAS DE UVAS VINÍFERAS COM USO DE ESPECTROMETRIA NA REGIÃO ELETROMAGNÉTICA DO INFRAVERMELHO PRÓXIMO (NIR)	111
Philipe Luan Brito	111
Camila Souza Neris	111
Daniel Sarapu	111
Deivison Vinicius Barroso	111
Emilia Vilela Araujo.....	111
Emiliane Pereira Laignier	111
José Roberto Passos Junior	111

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 43 - ELABORAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA FERMENTADA DE BANANA COM UTILIZAÇÃO DE ENZIMAS HIDROLÍTICAS.....	113
Philippe Luan Brito	114
Camila Souza Neris	114
Daniel Sarapu	114
Deivison Vinicius Barroso	114
Emilia Vilela Araujo.....	114
Emiliane Pereira Laignier.....	114
José Roberto Passos Junior	114
CAPÍTULO 44 - O PAPEL DA ENFERMAGEM NO DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA.....	115
Allyne Aparecida Dias da Silva Castro	116
Camila Souza Neris	116
Daniel Sarapu	116
Deivison Vinicius Barroso	116
Emilia Vilela Araujo.....	116
Emiliane Pereira Laignier.....	116
José Roberto Passos Junior	116
CAPÍTULO 45 - INTOXICAÇÃO ALIMENTAR POR STAPHYLOCOCCUS AUREUS: RELATO DE UMA INVESTIGAÇÃO DE SURTO.....	118
Emília Vilela Araújo.....	118
Camila Souza Neris	118
Daniel Sarapu	118
Deivison Vinicius Barroso	118
Emilia Vilela Araujo.....	118
Emiliane Pereira Laignier.....	118
José Roberto Passos Junior	118
CAPÍTULO 46 - METODOLOGIAS ATIVAS: QUEM VAI ASSUMIR O PAPEL DE PROTAGONISTA?	119
Mariana Leal Oliveira,.....	119
Camila Souza Neris	119
Daniel Sarapu	119

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Deivison Vinicius Barroso	119
Emilia Vilela Araujo.....	119
Emiliane Pereira Laignier	119
José Roberto Passos Junior	119
CAPÍTULO 47 - MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO CERCADA DE CONFLITOS DE INTERESSE	121
Mariana Leal Oliveira.....	121
Camila Souza Neris	121
Daniel Sarapu	121
Deivison Vinicius Barroso	121
Emilia Vilela Araujo.....	121
Emiliane Pereira Laignier	121
José Roberto Passos Junior	121
CAPÍTULO 48 - O TRABALHO COMO DIREITO SOCIAL (DIREITO FUNDAMENTAL)	123
Lucas Soares Maciel.....	123
Marcos Cezar Magalhães Ganem	123
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	123
CAPÍTULO 49 - OS MEMES POLÍTICOS COMO UMA FERRAMENTA CIBERDEMOCRÁTICA.....	125
Simone Alves Martins.....	125
Ludmila Lopes Lima	125
CAPÍTULO 50 - OS MEMES POLÍTICOS E SEU PAPEL NA CULTURA POPULAR	127
Simone Alves Martins.....	127
Ludmila Lopes Lima	127
CAPÍTULO 51 - APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL) NO ENSINO SUPERIOR.....	129
Mariana Leal Oliveira.....	129
CAPÍTULO 52 - PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO TRABALHISTA.....	131
Lucas Soares Maciel.....	131
Marcos Cezar Magalhães Ganem	131
Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque	131

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 53 - AS PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO DO MUNICÍPIO DE NANUQUE – MG NA APLICABILIDADE DA LEI 13.021, EM PROL DO RESGATE DA FARMÁCIA COMO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE.....	134
Naidilene Chaves Aguilár	134
Camila Souza Neris	134
Daniel Sarapu	134
Deivison Vinicius Barroso	134
Emilia Vilela Araujo.....	134
Emiliane Pereira Laignier	134
José Roberto Passos Junior	134
CAPÍTULO 54 - PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E SUPLEMENTAÇÃO COM O USO DE SILAGENS	136
Lidianne Carolina de Castro Weitzel	136
Josean de Castro Viera	136
Marlise Almeida da Silveira	136
Mayra Soares Santos	136
Murilo Rocha Rodrigues	136
Naidilene Chaves Aguilár	136
Paulo Henrique Vieira Brant.....	136
Philippe Luan Brito	136
Pollyana Pereira Barreiros	136
Ricardo Nogueira Maisch	136
CAPÍTULO 55 - SOCIOLOGIA, SUA GÊNESE, SEU OBJETO E MÉTODO.....	138
Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho.	138
Josean de Castro Viera	138
Marlise Almeida da Silveira	138
Mayra Soares Santos	138
Murilo Rocha Rodrigues	138
Naidilene Chaves Aguilár	138
Paulo Henrique Vieira Brant.....	138

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Philippe Luan Brito	138
Pollyana Pereira Barreiros	138
CAPÍTULO 56 - A EVOLUÇÃO DA INTERCAMBIALIDADE E DA ACEITAÇÃO POPULAR DAS NOVAS CLASSES DE MEDICAMENTOS: REFERÊNCIA, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOSSIMILARES	140
Naidilene Chaves Aguiar	140
Josean de Castro Viera	140
Marlise Almeida da Silveira	140
Mayra Soares Santos	140
Murilo Rocha Rodrigues	140
Naidilene Chaves Aguiar	140
Paulo Henrique Vieira Brant	140
Philippe Luan Brito	140
Pollyana Pereira Barreiros	140
Ricardo Nogueira Maisch	140
CAPÍTULO 57 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS E O USO DA LISINA	142
Lidianne Carolina de Castro Weitzel	142
Josean de Castro Viera	142
Marlise Almeida da Silveira	142
Mayra Soares Santos	142
Murilo Rocha Rodrigues	142
Naidilene Chaves Aguiar	142
Paulo Henrique Vieira Brant	142
Philippe Luan Brito	142
Pollyana Pereira Barreiros	142
Ricardo Nogueira Maisch	142
CAPÍTULO 58 - A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER E SUA INFLUÊNCIA NA DIMENSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS O DESENCANTAMENTO DO MUNDO E DIREITOS HUMANOS RELEGADOS	144
Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho	144
Josean de Castro Viera	144
Marlise Almeida da Silveira	144

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Mayra Soares Santos	144
Murilo Rocha Rodrigues	144
Naidilene Chaves Aguilar	144
Paulo Henrique Vieira Brant.....	144
Philippe Luan Brito	144
Pollyana Pereira Barreiros	144
Ricardo Nogueira Maisch	144
CAPÍTULO 59 -O CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS PELO CORPO ESTUDANTIL DA UNEC/FANAN CAMPUS UNEC DE NANUQUE – MG.....	146
Naidilene Chaves Aguilar	146
Josean de Castro Viera	146
Marlise Almeida da Silveira	146
Mayra Soares Santos	146
Murilo Rocha Rodrigues	146
Naidilene Chaves Aguilar	146
Paulo Henrique Vieira Brant.....	146
Philippe Luan Brito	146
Pollyana Pereira Barreiros	146
Ricardo Nogueira Maisch	146
CAPÍTULO 60 - EXPECTATIVAS PARA PRODUÇÃO DE FRANGO DE CORTE NO BRASIL	149
Lidiane Carolina de Castro Weitzel	149
Josean de Castro Viera	149
Marlise Almeida da Silveira	149
Mayra Soares Santos	149
Murilo Rocha Rodrigues	149
Naidilene Chaves Aguilar	149
Paulo Henrique Vieira Brant.....	149
Philippe Luan Brito	149
Pollyana Pereira Barreiros	149

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 61 - CHÁ VERDE (CAMÉLLIA SINENSIS), SUAS PROPRIEDADES FUNCIONAIS E INFLUÊNCIA NO METABOLISMO CORPORAL. UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA NA ELUCIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DO CHÁ	151
Naidilene Chaves Aguilar	151
Josean de Castro Viera	151
Marlise Almeida da Silveira	151
Mayra Soares Santos	151
Murilo Rocha Rodrigues	151
Naidilene Chaves Aguilar	151
Paulo Henrique Vieira Brant.....	151
Philippe Luan Brito	151
Pollyana Pereira Barreiros	151
Ricardo Nogueira Maisch	151
CAPÍTULO 62 - CONTRIBUIÇÃO DA ESPÉCIE <i>OREOCHROMIS NILOTICUS</i> NA PRODUÇÃO DE PEIXE BRASILEIRA	154
Lidianne Carolina de Castro Weitzel	154
Josean de Castro Viera	154
Marlise Almeida da Silveira	154
Mayra Soares Santos	154
Murilo Rocha Rodrigues	154
Naidilene Chaves Aguilar	154
Paulo Henrique Vieira Brant.....	154
Philippe Luan Brito	154
Pollyana Pereira Barreiros	154
CAPÍTULO 63 - ANÁLISE DA DISPENSAÇÃO DE FITOMEDICAMENTOS EM UMA FARMÁCIA MAGISTRAL DE NANUQUE-MG	156
Naidilene Chaves Aguilar	156
Josean de Castro Viera	156
Marlise Almeida da Silveira	156
Mayra Soares Santos	156

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Murilo Rocha Rodrigues	156
Naidilene Chaves Aguilar	156
Paulo Henrique Vieira Brant.....	156
Philippe Luan Brito	156
Pollyana Pereira Barreiros	156
Ricardo Nogueira Maisch	156
CAPÍTULO 64 - ÓTICA PROFISSIONAL: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NA EQUIPE DE SAÚDE A RESPEITO DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NA ATENÇÃO BÁSICA	159
Naidilene Chaves Aguilar	159
Josean de Castro Viera	159
Marlise Almeida da Silveira	159
Mayra Soares Santos	159
Murilo Rocha Rodrigues	159
Naidilene Chaves Aguilar	159
Paulo Henrique Vieira Brant.....	159
Philippe Luan Brito	159
Pollyana Pereira Barreiros	159
Ricardo Nogueira Maisch	159
CAPÍTULO 65 - ANÁLISE DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDÍACAS E RESPIRATÓRIAS DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA-MG	162
Amanda Tomázia Silva Reis	162
CAPÍTULO 66 - FATO SOCIAL CONTROLE E CONDICIONAMENTO EM DETRIMENTO INTERPRETATIVO NA CIÊNCIA DO DIREITO NO BRASIL	165
Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho	165
Amanda Tomázia Silva Reis	165
CAPÍTULO 67 - Estudo descritivo das CRIANÇAS acometidas por sífilis CONGÊNITA na Região Ampliada de Saúde do Nordeste Mineiro, entre os anos de 2012 e 2022	167
Manuella Botelho Laure Nogueira	167
Carlos Eduardo Cardoso Nogueira	167
Allyne Aparecida Dias da Silva Castro	167

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 68 - IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/ MG – UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS REFERENTES AO PERÍODO DE 2012 A 2021.....	170
Manuella Botelho Laure Nogueira	170
Carlos Eduardo Cardoso Nogueira	170
Allyne Aparecida Dias da Silva Castro	170
CAPÍTULO 69 - ANÁLISE DA DINÂMICA DA ECONOMIA CAPITALISTA E O SEU IMPACTO NA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/ MG – UMA ANÁLISE DOS DADOS DE 2012 A 2021.....	173
Manuella Botelho Laure Nogueira	173
Carlos Eduardo Cardoso Nogueira	173
Allyne Aparecida Dias da Silva Castro	173
CAPÍTULO 70 - DESENVOLVENDO LIDERANÇA E ENGAJAMENTO EM EQUIPES DE TRABALHO: ESTRATÉGIAS EFICAZES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	176
Priscila Garcia Marques	176
Amanda Tomázia Silva Reis	176
CAPÍTULO 71 - UMA CRITICA A CONSTRUÇÃO DE LARGA ESCALA NO CENARIO DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	179
Francisco Esteves Lima da Silva	179
CAPÍTULO 72 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO BÁSICA, COMO MEIO DE ALCANÇAR A APRENDIZAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	180
Warley Santos Cajazeiro	180
Paloma Benigno Morais	180
CAPÍTULO 73 - DOENÇAS AUTOIMUNES	182
Carla Pereira Fiuza Rodrigues	182
Karine Rodrigues da Silva Neumann	182
Paloma Benigno Morais	182
CAPÍTULO 74 - ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL	185
Elaine Cristina Rocha Oliveira	185
Karine Rodrigues da Silva Neumann	185
Cleydmar Menezes de Jesus	185

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CAPÍTULO 75 - IMUNIDADE E NUTRIÇÃO	187
Karine Rodrigues da Silva Neumann	187
Carla Pereira Fiuza Rodrigues.....	187
Paloma Benigno Morais	187
Larissa Pereira Batista	187
CAPÍTULO 76 - IMUNIDADE E SENESCÊNCIA.....	190
Paloma Benigno Morais	190
Carla Pereira Fiuza Rodrigues.....	190
Karine Rodrigues da Silva Neumann	190
CAPÍTULO 77 - LICENÇA PATERNIDADE: UMA ABORDAGEM SOCIAL E JURÍDICA	193
Arietha Sicupira Freitas	193
Larissa Pereira Batista	193
Karine Rodrigues da Silva Neumann	193
CAPÍTULO 78 - SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REFLEXÃO	196
Carine Oliveira da Silva	196
Aline Ribeiro de Souza.....	196
Karine Rodrigues da Silva Neumann	196
CAPÍTULO 79 - A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB) NO CONTEXTO DO SUS E DA ATENÇÃO BÁSICA	198
David Pinheiro Lauar	198
Karine Rodrigues da Silva Neumann	198
CAPÍTULO 80 - INQUÉRITO POLICIAL, VALOR DE PROVA E SUAS FASES	201
Ana Carolina Tangrins Gonçalves	201
Herta Chaves Coimbra.....	201
CAPÍTULO 81 - PROCESSO PENAL: Características do Inquérito Policial	204
Thiago da Silva Moreira.....	204
Herta Chaves Coimbra.....	204
Referências:	209
CAPÍTULO 82 - INQUÉRITO POLICIAL- DA PROVA	210
Tamara Ramos Costa.....	210

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Herta Chaves Coimbra.....	210
CAPÍTULO 83 - INQUÉRITO POLICIAL E SUAS PRÁTICAS	213
Lívian Chaves Amaral.....	213
Herta Chaves Coimbra.....	213
CAPÍTULO 84 - INQUÉRITO POLICIAL.....	216
Herta Chaves Coimbra.....	216
CAPÍTULO 85 - INQUÉRITO POLICIAL E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS.....	220
Tayline Carla Lima de Sá	220
Herta Chaves Coimbra.....	220
CAPÍTULO 86 - INQUÉRITO POLICIAL, VALOR DA PROVA E SUAS FASES.....	223
Paloma Lima Santos	223
Herta Chaves Coimbra.....	223
CAPÍTULO 87 - INQUÉRITO POLICIAL VALOR DE PROVAS E SUAS FASES	225
Lucas Gonçalves Klia.....	225
Herta Chaves Coimbra	225

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM NÍVEL DE ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA

Alex Barroso de Figueiredo

Allyne Aparecida Dias da Silva

Amanda Tomázia da Silva Reis

André Luiz Peruhype Magalhães

Astrid Maciel Motta

Bruna Avelar Oliveira

Saint Clair Campanha Filho

Simone Alves Martins

Simone Da Penha Pedrosa Palcich O sistema único de saúde (SUS) do Brasil há muito tempo vem preocupando com a saúde da população, e investindo na melhoria dos atendimentos aos pacientes. Este sistema investe também no uso racional dos medicamentos evitando assim as reações adversas e a automedicação dos pacientes. O acesso à prática de assistência farmacêutica tonará possível atender as necessidades dos pacientes quanto à prescrição, posologia, eficácia e segurança ao uso do medicamento. A assistência farmacêutica inserida no SUS trará uma maior segurança ao paciente quanto à administração do medicamento, sabendo que geralmente os pacientes que mais utilizam os postos de saúde e hospitais municipais, são aqueles que fazem uso de vários tipos de medicamentos. O estudo tem por objetivo demonstrar a importância da assistência farmacêutica no SUS, determinando o papel do farmacêutico na prevenção da automedicação, relacionando a assistência farmacêutica com eficácia terapêutica e redução de custos nos tratamentos dos pacientes de PSFs e do Hospital Municipal, podemos assim melhorar a atenção primária à saúde dos pacientes. Será realizada uma pesquisa através de questionários destinados aos profissionais de saúde, à pacientes do hospital municipal e de alguns PSFs mais centralizados de Teófilo Otoni. Acreditamos que a inserção do farmacêutico no SUS proporcionará maior comodidade ao paciente, prestando informações e orientações trabalhando com o acompanhamento farmacoterapêutico e farmacovigilante, proporcionando maior segurança e comodidade ao paciente quanto ao uso do medicamento.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

FORTUNA, C. M. et al. Análise de implicação de pesquisadores em uma pesquisa-intervenção na Rede Cegonha: ferramenta da análise institucional Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, p. e00117615, set. 2016.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

GUIZARDI, F. L.; LOPES, M. R.; CUNHA, M. L. S. Contribuições do movimento institucionalista para o estudo de políticas públicas de saúde. In: MATTOS, R. A.;

BAPTISTA, T. W. (Org.). Caminhos para análise das políticas de saúde. Rio de Janeiro: ENSP/IMS/FAPERJ, 2011. p. 319-346.

LEITE, S. N.; VASCONCELLOS, M. P. C. Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 3, p. 775-782, 2003.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA ONCOLOGIA

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

O câncer é uma doença crônica degenerativa que tem uma evolução lenta e gradual. É uma patologia caracterizada por alterações celulares de origens diversas, consiste no crescimento desordenado de células e são capazes de atacar praticamente qualquer tecido. A doença se tornou um importante problema de saúde pública em países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, sendo responsável por mais de seis milhões de óbitos a cada ano, retratando aproximadamente 12% de todas as causas de morte no mundo. Os casos de câncer têm ampliado de maneira considerável, principalmente a partir do século passado, configurando-se na atualidade, como um dos mais graves problemas de saúde pública mundial. Segundo o Inca (2012) 80% a 90% dos cânceres estão associados a fatores ambientais, alguns bastante conhecidos, como por exemplo, o cigarro que pode causar câncer de pulmão, excessiva exposição ao sol, que pode causar câncer de pele, e alguns vírus que podem causar leucemia. Nas últimas décadas vem sendo observada na prática farmacêutica, uma tendência para o farmacêutico se distanciar do seu objetivo original de fornecimento de medicamentos para um foco mais vasto relacionado com o atendimento ao doente. De acordo com esta nova realidade, os farmacêuticos devem possuir os conhecimentos e destreza necessária para as suas novas funções e responsabilidades para trabalhar como membros de colaboração da equipe de saúde.

Giddens A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 2003.

Yin RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman; 2015.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 458, de 24 de Fevereiro de 2017. Mantém as habilitações de estabelecimentos de saúde na Alta Complexidade e exclui prazo estabelecido na Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de Fevereiro de 2014. Diário Oficial da União. 7 Mar 2017.

Viana ALD, Bousquat A, Pereira APCM, Uchimura LYT, Albuquerque MV, Mota PHS, et al. Typology of health regions: structural determinants of regionalization in Brazil. Saude Soc. 2015; 24(2):413-22.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) SEGUNDO A VISÃO DOS MUNICÍPIOS NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI-MG

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho

Simone Alves Martins A inserção do farmacêutico no Programa de Saúde da Família-PSF- é uma grande conquista para os profissionais e especialistas para os usuários do Sistema Único de saúde. No programa Saúde Família, o farmacêutico irá assumir trabalhos que, devido à sua ausência no Programa, são realizados por médicos e enfermeiros, como o acompanhamento dos doentes à luz da atenção farmacêutica, um importante passo para a inserção do Farmacêutico no Programa Saúde da Família (PSF) aconteceu com a publicação da Portaria 04 do Ministério da Saúde no dia 08 de abril de 2005. Os dados foram levantados através das entrevistas pré-determinadas sobre a relevância do profissional farmacêutico no Programa Saúde da Família (PSF), em três unidades do programa, no município de Teófilo Otoni no período de 26 de março a 15 de abril de 2008, tendo-se entrevistado 141 pessoas de forma aleatória. Foi observada a prevalência de 32% das pessoas com faixa etária de 27-37 anos, 82% sendo do sexo feminino, a escolaridade principal dos entrevistados (20%) situava-se na quinta a oitava série incompleta e 91% confirmaram ser importante o acompanhamento deste profissional no Programa Saúde da Família. Dentre os entrevistados 61% manifestaram, não ter dúvidas quanto ao uso dos medicamentos prescritos e 39% confirmaram ter dúvidas. Dentre as pessoas entrevistadas 60% consideraram que a principal área de atuação deste profissional é a assistência farmacêutica.

ARAÚJO, A. L. A. et al. Perfil da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 611-617, 2008.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina; 2009.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BOLETIM ISA-Capital 2015, n. 4, 2017: Uso de medicamentos. São Paulo: CEInfo, 2017, 28 p.

BRASIL. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE: UMA REVISÃO

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

A humanização no atendimento, bem como sua importância, tornou-se tema frequente no meio da saúde. Isso se dá principalmente em razão da vulnerabilidade que o paciente apresenta por necessitar de cuidados. Entretanto, se observa que em todas as unidades que prestam atendimento à saúde, seja pública ou privada, mesmo o cliente não apresentando quadro de adoecido, ainda necessita e está ali em busca de atendimento de qualidade. É certo que, quando adoecemos e temos o cuidado de alguém que se preocupa conosco, que tem sempre uma expressão leve e uma palavra de conforto para dar, nos recuperamos mais rápido, além de apresentarmos mais disposição e receptividade ao tratamento que somos submetidos. A Humanização do Atendimento em Saúde exige qualidade não apenas da parte clínica dos profissionais, mas sim do seu comportamento perante o paciente, uma vez que o termo humanizado nos remete à ideia de civilizado, acolhido, afetuoso. Visto deste ponto de vista, podemos concluir que humanização não é apenas um ato, e sim um processo, um conjunto de ações em constante adaptação, tendo em vista que cada paciente apresenta comportamento e necessidades distintas que influenciam diretamente no comportamento do profissional da saúde. Na maneira humanizada de atender, há uma inversão na maneira de se ver as posições. Nela, o usuário do serviço de saúde, ou seja, o cliente, deixa de se apresentar como um indivíduo que necessita de caridade e passa a ser o sujeito ativo que

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

tem direito usufruir do serviço oferecido com qualidade e segurança, e que este seja prestado por pessoas responsáveis, conhecedoras do que fazem e competentes.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011.

GUIZARDI, F. L.; LOPES, M. R.; CUNHA, M. L. S. Contribuições do movimento institucionalista para o estudo de políticas públicas de saúde. In: MATTOS, R. A.;

BAPTISTA, T. W. (Org.). Caminhos para análise das políticas de saúde. Rio de Janeiro: ENSP/IMS/FAPERJ, 2011. p. 319-346.

LEITE, S. N.; VASCONCELLOS, M. P. C. Adesão à terapêutica medicamentosa: elementos para discussão de conceitos e pressupostos adotados na literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, n. 3, p. 775-782, 2003.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANALISE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DE MÉIS COMERCIALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ITAIPÉ – MG

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

O mel é um produto natural elaborado pelas abelhas a partir do néctar das flores. É constituído de frutose, glicose, proteínas, vitaminas. Sendo um alimento de consumo tradicional, utilizado com finalidade alimentar e medicinal. Este trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade dos méis comercializados do município de Itaipé-MG. Foram realizadas análises físico-químicas e microbiológicas de 9 amostras. Nas análises físico-químicas observaram-se os teores de açúcares totais, açúcares redutores, sacarose, umidade, acidez total, cinzas, hidroximetilfurfural, substâncias albuminoides e amido. Nas análises microbiológicas foram verificadas a presença de coliformes totais, bactérias, bolores e leveduras. As análises foram realizadas seguindo as metodologias recomendadas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Todas as análises foram realizadas em triplicatas e comparadas às normas nacionais e internacionais. Nas análises físico-químicas a maioria das amostras (66,67 %) não apresentaram padrões de qualidade de acordo com a legislação brasileira em vigor, evidenciando não serem apropriadas ao consumo humano. Nas análises microbiológicas todas as amostras estavam isentas de contaminação por coliformes totais e bactérias, no entanto uma amostra continha bolores e leveduras. De acordo com as características gerais das amostras de mel analisadas neste estudo apenas três (33,23 %) encontravam-se próprias para o consumo, segundo os padrões exigidos pelo Regulamento Técnico para Fixação e Identidade e Qualidade do Mel.

GOIS, G. C., RODRIGUES, A. E., DE LIMA, C. A. B., & SILVA, L. T. Composição do mel de *Apis mellifera*: Requisitos de qualidade. *Acta Veterinaria Brasilica*, 7(2). 2013. pages.137-147.

GOMES, S.; DIAS, L. G.; MOREIRA, L. L.; RODRIGUES, P.; ESTEVINHO, L. Physicochemical, microbiological and antimicrobial properties of commercial

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

honeys from Portugal. Food and Chemical Toxicology, Volume 48, Issue 2, February 2010, Pages 544-548.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas analíticas, métodos químicos e físicos para análises de alimentos. 4. ed. 1. Edição Digital. São Paulo: IAL, 2008. 1020 p.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ (SÃO PAULO) Normas analíticas do INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Métodos químicos e físicos para análise de alimentos. 3ª ed. V.1. São Paulo, 1985.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANÁLISE MICROBIOLÓGICAS DOS COLCHÕES HOSPITALARES ANTES E DEPOIS DA LIMPEZA EM LEITOS DE ENFERMARIAS NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

A infecção hospitalar representa um desafio para os profissionais de saúde, que tentam diminuir os gastos hospitalares e ao mesmo tempo oferecer ao paciente internado uma recuperação segura. O ambiente hospitalar é um dos focos de transmissão de microorganismos ao paciente susceptível à infecção. Como a higiene é realizada de maneira incorreta representa uma das formas de contaminação ambiental, o presente trabalho tem como objetivo, avaliar a qualidade dos procedimentos de limpeza dos hospitais relacionados com a carga microbiana presente nos colchões. A avaliação foi feita através de uma revisão bibliográfica, os artigos pesquisados foram sobre infecção hospitalar, limpeza de leitos e suas condições microbiológicas. Foi feita uma análise e comparação dos resultados das coletas feitas antes e depois da limpeza dos colchões. Constatou-se que há presença de microorganismos nos leitos hospitalares, mesmo depois da sua assepsia. Este fato, está relacionado com o tipo de limpeza e os produtos químicos utilizados. A limpeza é feita pelos enfermeiros e os materiais utilizados em geral são água, sabão de álcool 70° ou solução detergente-desinfetante de fenol sintético. O número de microorganismos coletados depois da limpeza, em relação aos coletados antes da mesma, teve uma alteração insignificante, na maioria dos casos o que ocorria era apenas uma mudança na posição da carga microbiana para outros pontos do colchão. O importante é ressaltar que o resultado encontrado requer uma reavaliação dos procedimentos operacionais dos hospitais, para a limpeza adequada desses colchões.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Bryan LE. General mechanisms of resistance to antibiotics. *Journal of Antimicrobiology Chemotherapy* 22:1-15, 1988.

Cohen ML, Wong ES, Falkows S. Common R plasmids in *Staphylococcus aureus* and *Staphylococcus epidermidis* during nosocomial *Staphylococcus aureus* outbreak. *Antimicrobiology Agents Chemotherapy* 21:210-215, 1982.

Hwang MH, Pyo YJ, Mun HM, Pai CH. Clonal Spread of *Staphylococcus aureus* Heterogeneously Resistance to Vancomycin in a University Hospital in Korea. *Journal of Clinical Microbiology* 40: 1376-1380, 2002.

Levy CE, Costa JC, Lama J, Furlan MLS, Toloy RC, Pasti MJ, Takeda E. Papel epidemiológico das mãos nas infecções hospitalares. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* 21: 89, 1988.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ASPECTOS PATOLÓGICOS, SINTOMATOLOGIA E TRATAMENTO DA CIRROSE HEPÁTICA: UMA REVISÃO

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

Cirrose hepática é o nome dado a cicatrização do tecido hepático. Essa cicatrização ocorre porque houve morte das células hepáticas que são substituídas por tecido fibrótico que por ser mais espesso impede sua vascularização e muda sua conformação espacial impedindo assim o fluxo correto de sangue e fluxo de linfa que causa insuficiência hepática e/ou hipertensão porta. Homens acima de 55 anos e mulheres acima de 40 anos são os mais acometidos por esta doença crônica. Pode-se listar 03 (três) tipos de cirrose hepática: de Laennec, que por ser causada por alcoolismo e desnutrição é a mais freqüente; pós necrótica, causada por uso abusivo de fármacos ou hepatite viral; biliar, acredita-se ser por causas auto-imune. Seu início é sorrateiro, podendo durar até anos para se fazer perceber. Quando se começa a perceber já há um certo grau de comprometimento do fígado que pode ser uma esplenomegalia, ascite, anemia, delírio, deterioração da função mental, coma e até a morte caso não se atente aos sintomas. Não há medidas profiláticas para este tipo de doença. A cirrose hepática é um processo irreversível, não existe cura. O tratamento pode ser o controle de evolução da doença, que pode amenizar os sintomas, mas o transplante, se possível, ainda é o meio mais eficaz no combate à sua evolução.

ALVES, V. A. F. *Hepatite C crônica: contribuição ao estudo morfológico e imuno-histoquímico*. 1997. Tese (Livre-Docência) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BORZIO, M. et al. Liver cell dysplasia and risk of hepatocellular carcinoma in cirrhosis: a preliminary report. *BMJ*, v. 302, p. 1312, 1991.

CARRILHO, F. J. et al. Carcinoma hepatocelular. In: GAYOTTO, L. C. C.; ALVES, V. A. F. *Doenças do fígado e vias biliares* 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 997-1016.

FURUYA, K. et al. Macroregenerative nodule of the liver. a clinicopathologic study of 345 autopsy cases of chronic liver disease. *Cancer*, v. 61, n. 1, p. 99-105, 1988.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE FÍSICO-QUÍMICA E MICROBIOLÓGICA DA ÁGUA UTILIZADA PELA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE CATUJI – MG

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

A água é um recurso natural indispensável para realização de várias atividades e essencial para o consumo humano. Para que seu consumo nenhum malefício à saúde não sendo veículo de diversos contaminantes a qualidade da água deve ser constantemente monitorada. Este trabalho tem por objetivo avaliar a qualidade físico-química e microbiológica da água utilizada pela população urbana e rural do município de Catuji, localizado no Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Foram coletadas amostras de água no mês de maio de 2015, em três pontos distintos, sendo verificada que na área urbana a água utilizada pela população para consumo é tratada e se encontra dentro dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos estabelecidos pela legislação vigente. Já na água amostrada na zona rural deste município foi classificada como imprópria ao consumo, apresentando presença de coliformes fecais totais em todas as amostras, presença de *Escherichia Coli* em um dos pontos monitorados e concentração de fluoretos acima do permitido pela legislação em outro, sendo assim recomendado o uso de água tratado para consumo humano.

Koneman EW, Allen SD, Janda WM, Schreckenberger PC, Winn Jr WC. Diagnóstico Microbiológico. 5a ed. Rio de Janeiro: MEDSI; 2001. p. 1465.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução n. 275, de 22 de setembro de 2005. Regulamento Técnico de Características Microbiológicas para Água Mineral Natural e Água Natural. DOU, Brasília, 23 de setembro de 2005.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Coelho DL, Pimentel IC, Beux MR. Uso do método cromogênico para quantificação do NMP de bactérias do grupo coliforme em águas minerais envasadas. Bol CPPA. 1998;16(1):45-54.

Rosenberg FA. The microbiology of bottled water. Clin Microbiol Newslett. 2003;25(6):41-4.

Eiroa MNU, Junqueira VCA, Silveira NFA. Variação da microbiota natural e de *Pseudomonas aeruginosa* em água mineral não carbonatada embalada em diferentes materiais durante o armazenamento a $30^{\circ}\text{C} \pm 1^{\circ}\text{C}$. Ciênc Tecnol Aliment. 1997;17(2):167-71.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO NO TRATAMENTO DO DIABETES MELLITUS TIPO I

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

A utilização de células tronco como forma de terapia, vem cada vez mais sendo colocado em prática. Nesta revisão de literatura abordaremos a aplicação das células tronco como forma de tratamento do diabetes mellitus insulino dependente. As células tronco são células com alta capacidade de diferenciação e potencialidade sendo encontradas desde células tronco embrionárias até células tronco adultas localizadas em tecidos especializados. O diabetes mellitus insulino dependente é uma doença auto imune caracterizada pela hiperglicemia e hipoinsulinemia que é causada pela destruição das células beta da ilhota do pâncreas devido ação do sistema imunológico, sendo necessário o uso constante de insulina, para regular os níveis de glicose circulante na corrente sanguínea. A dosagem de anticorpos humorais associada com exames de rotina, como o de glicemia de jejum, dosagem de insulina entre outros fecham o diagnóstico da doença. A ação do sistema imunológico surge em respostas a alteração nas estruturas das células beta do pâncreas, que são reconhecidas como um antígeno. As alterações genéticas mais importantes do diabetes mellitus tipo I, estão relacionadas com os cromossomos 1,2,6 e 11, sendo as do cromossomos 6 mais importante sendo estas alterações na maioria ligadas aos genes do sistema HLA que possui vários loci sendo que os dois mais importantes são o HLA-DR e HLA-DQ. O transplante com células tronco é feito com a associação de medicamentos imunossupressores, impedindo a constante agressão ao pâncreas e remodelando a resposta imunológica. Após serem transplantados os pacientes ficam em constante monitoramento, para avaliar a eficiência do transplante, fazendo exames complementares sendo uns dos mais importantes às dosagens do peptídeo C, que além de aparecer em concentrações

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

equivalentes as da insulina identifica também a regeneração das células beta do pâncreas.

Okamoto OK, Campos AH. Perspectivas em terapia celular: Células – tronco. Einstein 2004; 2(4): 355-358.

Pereira LV. A importância do uso das células tronco para a saúde pública. Ciênc. saúde coletiva 2008;13(1): 07-14.

Andrade LJO, Melo PRS, França LS, Bittencourt AV. Terapia com células-tronco em Diabetes Mellitus. Rev Ciências Médicas e Biológicas 2012; 11(1): 79-85.

Silva MER, Mory D, Davini E. Marcadores genéticos e auto-ímmunes do diabetes melito tipo 1: da teoria para a prática. Arq Bras Endocrinol Metab. 2008; 52(2): 166-180.

Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes. Tratamento e acompanhamento do Diabetes mellitus. 2009; Acesso em 10/08/2012. Disponível em: http://www.diabetes.org.br/attachments/diretrizes09_final.pdf.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NA COMUNIDADE DA CIDADE DE OURO VERDE-MG

Alex Barroso de Figueiredo
Allyne Aparecida Dias da Silva
Amanda Tomázia da Silva Reis
André Luiz Peruhype Magalhães
Astrid Maciel Motta
Bruna Avelar Oliveira
Saint Clair Campanha Filho
Simone Alves Martins

A utilização das plantas como medicamento provavelmente é tão antigo quanto o aparecimento do próprio. A preocupação com a cura de doenças, ao longo da história da humanidade, sempre se fez presente na tentativa de descobrir o "elixir da longa vida"; com o passar do tempo, o estudo da botânica evoluiu, pois o homem foi desenvolvendo um senso aguçado e, aos poucos, classificando e catalogando as espécies em função de seu uso para os mais diversos fins. As espécies tidas hoje como medicinais ou tóxicas começaram a ser classificadas pelo seu uso prático, sendo assim foram juntando suas experiências de forma única, deixando acumular um vasto e inestimável conhecimento sobre as ervas, em grande parte comprovado pela medicina moderna (Fitoterapia). O Brasil tem uma das mais ricas biodiversidades do planeta, com milhares de espécies em sua fauna e flora. Atualmente, os estudos de plantas medicinais no Brasil é fruto do incentivo dado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) após reunião em 23 de maio de 1978 quando reconheceu a importância das plantas medicinais, das preparações (recomendando a difusão) e dos conhecimentos necessários para o uso das plantas medicinais na cura de doenças. As substâncias produzidas pelas plantas são idênticas àquelas sintetizadas em laboratório pelo homem; apenas podem ser menos tóxicas devido às baixas concentrações encontradas nos vegetais ou pela interação direta ou indireta com outras substâncias existentes na planta. As plantas medicinais tradicionais são importantes para a comunidade de Ouro Verde, pois através delas tratam suas enfermidades e o conhecimento sobre os seus usos muitas vezes é transmitido de geração em geração. Assim, estas plantas formam verdadeiras farmácias naturais, constituídas por plantas nativas.

FINTELMANN, V.; WEISS, R. F. Manual de Fitoterapia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

FONTENELE, R. P.; SOUZA, D. M. P.; CARVALHO, A. L. M.; OLIVEIRA, F. A. Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (8), 2385- 2394, 2013

GONÇALVES, N. M. T.; GERENUTTI, M.; CHAVES, D.S.A.; VILA, M. M. D. C. A tradição popular como ferramenta para a implantação da Fitoterapia no município de Volta Redonda, RJ. *Rev. Bras. Farm.* 92(4): 346 – 351, 2011.

IBIAPINA, W.V.; LEITÃO, B.P.; BATISTA, M.M.; PINTO, D. S. Inserção da Fitoterapia na atenção primária aos usuários do SUS. *Rev. Ciência Saúde Nova Esperança*. Jun, 12(1): p.58-68, 2014

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

HELICOBACTER PYLORI E SUA PREDOMINANTE PARTICIPAÇÃO EM DISTURBIOS GÁSTRICOS: UMA REVISÃO

Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

A *Helicobacter pylori*, é a bactéria responsável pela maioria das azias, gastrites e úlceras do estômago, nos humanos. É uma velha companheira, habita a Microbiota Normal da mucosa estomacal e que apesar de sua existência ter sido só descoberta por cientistas na década de 80, ela está presente nesse, desde que, migrou do leste da África, há mais de 60 mil anos. Os cientistas compararam as sequências do DNA de humanos e da bactéria, verificando que as diferenças genéticas entre populações humana, desde milhares de anos atrás, tem semelhanças com as alterações desse microrganismo. Tudo começa com uma queimação, a azia- refluxo gastroesofágico, (queimação na garganta), e, se a pessoa não se cuida, pode se tornar uma gastrite- inflamação do estômago, após várias situações: quando ficamos sem nos alimentar (as paredes do estômago estão sempre trabalhando para receber o alimento e enviá-lo para o local correto; como o alimento não chega, elas acabam atritando uma na outra, aumentando o nível de HCl, tornando o meio ácido), café, cigarro, bebidas alcoólicas, refrigerantes, alimentos gordurosos, industrializados, contaminados; uso excessivo de UTI, dessa forma, propiciando o aparecimento da úlcera estomacal- medicamentos- aspirina, corticoides, antiinflamatórios; situação de estresse, e quando imunologicamente o corpo padece (mucosa comprometida) ocorre a multiplicação da *H. pylori*, ocasionando o aparecimento dos sintomas. A evolução desta patologia pode causar até mesmo, uma hemorragia digestiva, e, com isso, complicações graves, levando o paciente a ficar na dor irreversível da gastrite, podendo levar a morte.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BROWN, LM. Helicobacter pylori: epidemiology and routes of transmission. *Epidemiologic Reviews*,. 2000 22 (2): 283-97.

OLMOS, JA; RIOS, H.; HIGA, R. Prevalence of Helicobacter pylori infection in Argentina: results of a nationwide epidemiologic study. *Journal of Clinical Gastroenterology*. 2000, 31 (1): 33-37.

PIMANOV, SI.; MAKARENKO, EV.; KRYLOV, I.UV.; MATVEENKO ME.; MALASHENKO, SV.; BONDARENKO, VM. Impact of Helicobacter pylori eradication on morphological changes in gastric mucosa. *Arkh Patol*. 2006, Sep-Oct;68(5):22-7.

EVERHART, JE. Recent developments in the epidemiology of Helicobacter pylori. *Gastroenterol. Clin. North Am*. 2000, 29 (3): 559-78.

MARTINS, LC. Soroprevalência de anticorpos contra antígeno CagA da Helicobacter pylori em pacientes com úlcera gástrica. Dissertação de Mestrado. Belém, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, EMBRAPA p.84, 2001.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

HELICOBACTER PYLORI E SUA PREDOMINANTE PARTICIPAÇÃO EM DISTURBIOS GASTRICOS: UMA REVISÃO

Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

A *Helicobacter pylori*, é a bactéria responsável pela maioria das azias, gastrites e úlceras do estômago, nos humanos. Trata-se de um microrganismo que habita a Microbiota Normal da mucosa estomacal e que apesar de sua existência ter sido só descoberta por cientistas na década de 80, ela se faz presente no organismo humano a milhares de anos. Os cientistas compararam as sequências do DNA de humanos e da bactéria, verificando que as diferenças genéticas entre populações humana, desde milhares de anos atrás, tem semelhanças com as alterações desse microrganismo. As doenças geradas por esta bactéria é descrita em seus sintomas por apresentar queimação, azia- refluxo gastroesofágico, (queimação na garganta), dor abdominal, vômitos e náuseas. A doença quando não tratada e a permanência da bactéria pode resultar na manifestação crônica da doença como a úlcera péptica. Alguns fatores são importantes para a manifestação desta patologia como: o aumento dos níveis de HCl, tornando o meio intensamente ácido, café, cigarro, bebidas alcóolicas, refrigerantes, alimentos gordurosos, industrializados, contaminados; uso excessivo de anti-inflamatórios. Entretanto, a infecção por *H. pylori* pode ser tratada como uso de medicamentos apropriados associados à mudança de hábitos de vida. A evolução desta patologia pode causar até mesmo, uma hemorragia digestiva, e, com isso, complicações graves, levando o paciente a ficar na dor irreversível da gastrite e podendo levar a morte.

MARTINS, LC; CORVELO, TC; OTI, HT; LOIOLA, R; AGUIAR, DC; BARILE,
KAS; AMARAL, RK; BARBOSA, HP, FECURY, AA; SOUZA, JT. ABH and Lewis

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

antigen distributions in blood, saliva and gastric mucosa and H pylori infection in gastric ulcer patients. *World J Gastroenterol.* 2006 Feb 21;12(7):1120-4.

FOX, JG; WANG, TC. Inflammation, atrophy, and gastric cancer. *J Clin Invest.* 2007, Jan;117(1):60-9.

MONKEMULLER, KE.; WILCOX, CM. Gastrointestinal infections in children. *Curr Opin Gastroenterol.* 2001 Jan;17(1):35-39.

RIBEIRO, ML; VITIELLO, L; MIRANDA, MC.; BENVENGO, YH.; ODOY, AP; MENDONCA, S; PEDRAZZOLIM, J. R. Mutations in the 23S rRNA gene are associated with clarithromycin resistance in *Helicobacter pylori* isolates in Brazil. *Ann Clin Microbiol Antimicrob*, 2003.

SHIMOYAMA, T, CRABTREE, JE. Bacterial factors and immune pathogenesis in *Helicobacter pylori* infection. *GUT.* 1998, 43: S2-5S.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INCIDÊNCIA DE ENTEROPARASIToses EM ALUNOS DE DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2022

Tamara Pereira da Silva
Tâmara Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

As enteroparasitoses constituem um dos principais problemas de saúde pública, apresentando estreita relação com fatores socioeconômicos, sendo a população infantil a mais atingida. Podem causar infecção, provocando alterações no estado físico, mental e emocional, interferindo no estado de saúde. Buscou-se através desse estudo identificar as principais enteroparasitoses presentes em crianças de 6 a 7 anos matriculadas em uma Escola Pública do Município de Teófilo Otoni- MG. No período entre Agosto e Setembro de 2022 foi realizada uma pesquisa de campo através de questionário específico e coleta de material (fezes) para detectar a possível presença de enteroparasitoses. Para analisar o material coletado, utilizou-se o método de HPJ onde se verificou que 42% das crianças estavam parasitadas. Através dos dados estatísticos, não houve diferença significativa de contaminação em relação ao sexo. Os principais parasitas encontrados nas amostras positivas foram *Entamoeba coli* (53,12%) e *Ascaris lumbricoides* (28,12%). Com o estudo confirmamos eu a falta de higiene, baixa condição socioeconômica e baixa escolaridade contribuem ativamente para o acometimento por enteroparasitoses.

Melo MCB, Klem VGQ, Mota JAC, Penna FJ. Parasitoses intestinais. Rev Med 2004; 14:3-12.

Castro AZ, Viana, JDC, Peredo AA, Donatele DM. Levantamento das parasitoses intestinais em escolares da rede pública na cidade de Cachoeiro de Itapemirim - ES. Newslab 2004; 64:140-144.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Pereira CW, Santos FN. Prevalência de geo-helminthíases em crianças atendidas na rede pública de saúde de Neópolis, município do estado de Sergipe. Rev Bras Anal Clin 2005; 37:111-114.

Baptista SC, Breguez JMM, Baptista MCP, Silva GMS, Pinheiro RO. Análise da incidência de parasitoses intestinais no município de Paraíba do Sul, RJ. Rev Bras Anal Clin 2006; 38: 271-273.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O PAPILOMAVÍRUS HUMANO E SUA ATIVIDADE CARCINOGENÉTICA: UMA REVISÃO

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmara Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

O Papilomavírus Humano é um vírus com mais de 130 genótipos, dos quais 35 acometem o trato genital, estando os mesmos relacionados ao câncer. A carcinogênese é um processo que leva uma célula normal a um desenvolvimento neoplásico, com perdas do controle de diferenciação e proliferação. O HPV do tipo 16 é o mais encontrado em lesões pré-malignas, malignas e no câncer cervical. A ação oncogênica do vírus refere-se à produção de três proteínas: E5, E6 e E7 que interagem com as proteínas p53 e pRb presentes na célula hospedeira. A proteína p53 é codificada através do gene p53, que possui papel importante no controle do ciclo celular, sendo pRb atuante no processo de transcrição do DNA. Este estudo de revisão bibliográfica objetivou relacionar a interação das proteínas oncogênicas produzidas pelo HPV 16, com as proteínas reguladoras do ciclo celular. Conclui-se que as proteínas sintetizadas a partir das informações do DNA viral interferem no ciclo celular por provocarem mutações nas proteínas p53 e pRb, cujas funções estão especialmente atribuídas ao controle do ciclo celular, desencadeando-se assim um processo de proliferação descontrolada de células com repasse de DNA viral para as células filhas.

REFERENCIAS

AROZQUETA, F. J. et al. Prevalência do Vírus Papiloma Humano e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis no Ambulatório de Ginecologia Infante-Puberal na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. *Adolesc. Saúde*, v.8, n.4, p.6-12, 2011.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BELDA, J. W. Doenças sexualmente transmissíveis. 2.ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

BEZERRA, S. J. S. et al. Perfil de Mulheres Portadoras de Lesões Cervicais Por HPV Quanto aos Fatores de Risco para Câncer de Colo de Útero. Ceará, cap.144, 2005.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde departamento de vigilância de doenças transmissíveis coordenação-geral do programa nacional de imunizações. Brasília, cap.5, jul. 2014.

CAMARA, G. N. L. et al. Os papilomasvírus humanos-HPV:histórico,morfologia e ciclo biológico. Universitas Ciências da Saúde, Brasília, v.01, n.01, p.152, 2003.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O PROCESSO DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (HEMODIÁLISE) E AS CO-MORBIDADES OCASIONADAS PELO PROCESSO EM TEÓFILO OTONI-MG

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Cmpos da Silva

A insuficiência renal tornou-se devido os altos índices de morbidade e mortalidade, uma doença em estudo de interesse público. A Insuficiência Renal Crônica consiste em uma lesão caracterizada pela perda progressiva e irreversível da função do rins, sendo normalmente causada pelas glomerulonefrites, diabetes, hipertensão arterial e as infecções urinárias repetidas. A maioria dos pacientes em diálise crônica fazem tratamento por hemodiálise, sendo, portanto o principal tipo de diálise utilizada. O objetivo desse trabalho é correlacionar o processo de hemodiálise ao desenvolvimento das patologias associadas, determinar as principais patologias associadas ao processo de hemodiálise, estabelecer o perfil dos indivíduos acometidos por patologias associadas, associar aspectos imunológicos ao processo e hemodiálise e estabelecer o papel do farmacêutico no processo de tratamento por hemodiálise. Este estudo é uma pesquisa qualitativa e exploratória, que será realizada em um Hospital de média complexibilidade da cidade de Teófilo Otoni-MG, com 50 pacientes cadastrados em tratamento hemodialítico, será realizada a aplicação dos questionários nos meses de agosto e setembro, serão escolhidos os pacientes cadastrados que fazem tratamento hemodialítico, de ambos os sexos, de idade superior aos 18 anos. A hemodiálise, como qualquer tratamento, tem seus riscos e apresenta complicações que precisam ser evitadas, como anemia severa, hipertensão arterial, desnutrição, hepatite, descalcificação e complicações das doenças que o paciente é portador. Os pacientes e seus profissionais responsáveis devem estar atentos a patologias decorrentes do

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

processo e tratamento dos problemas clínicos, pois deixam-os susceptíveis a viroses e sensíveis a proliferação de bactérias e fungos oportunistas.

REFERÊNCIAS

Diretrizes Brasileiras de Doença Renal Crônica. J Bras Nefrol. 2004;26(Supl 1):S1-S49.

The National Collaborating Centre for Chronic Conditions. Chronic kidney disease. National clinical guideline for early identification and management in adults in primary and secondary care. Available from: <http://www.rcplondon.ac.uk>.

Levin A, Hemmelgarn B, Culeton B, Tobe S, McFarlane P, Ruzicka M, et al. Guidelines for the management of chronic diseases. CMAJ. 2008;179:1154- 62. Available from: <http://www.cmaj.ca/cgi/content/full/179/11/1154/DC1>.

Davies DF, Shock NW. Age changes in glomerular filtration rate, effective renal plasma flow, and tubular excretory capacity in adult males. J Clin Invest. 1950;29:496-507.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O USO DE ANSIOLÍTICOS POR UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2021

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Cmpos da Silva

Os ansiolíticos pertencentes à classe dos Benzodiazepínicos (BZDs) são fármacos que têm a finalidade de diminuir a ansiedade, moderar a excitação e acalmar o paciente. Esta classe de fármacos começou a ser utilizada no Brasil na década de 60 e possui indicações precisas, como no controle de crises de abstinência em estilistas, controle de algumas epilepsias na fase aguda de crises ou em tratamento ambulatorial, além de serem fármacos de escolha em alguns transtornos do humor, como ansiedade generalizada e síndrome do pânico. Diante de uma jornada exaustiva de trabalho associado aos estudos no período noturno, observamos que existe um aumento significativo do consumo de ansiolíticos por universitários. Portanto, o presente estudo tem como objetivo determinar a incidência do uso de ansiolíticos por universitários do curso de Farmácia da ALFAUNIPAC de Teófilo Otoni-MG. A pesquisa será realizada através de questionários aplicados aos universitários durante os meses de setembro e outubro de 2021. Portanto, esperamos através da obtenção dos resultados determinar a incidência do consumo destes medicamentos entre universitários, promover o uso racional destes medicamentos e a conscientização sobre o uso inadequado do mesmo.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

LIMA, L. M. R.; GOMIDE, S. J.; FARINHA, M. G. Uso de drogas por universitários de cursos exclusivamente noturnos. Rev. Nufen: Phenom. Interd., Belém, v.7, n.2, dez.2015.

MARGARIDO, F. B. A banalização do uso de ansiolíticos e antidepressivos. Rev. De Psicologia, v.15, n.22, abr/jul. 2012.

MESQUITA, A. M.; LEMES, A. G.; CARRIJO, M. V. N. et al., Depressão entre estudantes de cursos da área da saúde de uma universidade em Mato Grosso, Journal Health NPEPS, Mato Grosso, v.1, n.2, ago/dez. 2016.

MOREIRA, M. S.; MORAIS, R. G.; MOREIRA, E. A. et al., Uso de psicofármacos em crianças e adolescentes. Rev. da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v.12, n.2, ago/dez. 2014.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O USO DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA POR UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG ANO DE 2022

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

O contraceptivo de emergência é uma opção terapêutica utilizada com o objetivo de evitar o processo gestacional em ocasiões não desejáveis. O fácil acesso e a livre comercialização dos contraceptivos estimulam o uso indiscriminado deste medicamento. O ambiente universitário e a iniciação sexual presente no período da puberdade pode contribuir para o aumento do consumo deste método contraceptivo e resultar em efeitos tóxicos indesejáveis. O presente estudo tem como objetivo avaliar o perfil do consumo de contraceptivos de emergência por universitárias e os possíveis efeitos tóxicos ocasionados. Será realizada uma pesquisa através de questionários aplicados a 100 alunas de diversos cursos de uma universidade privada do município de Teófilo Otoni-MG durante os meses de Setembro e Outubro de 2022. Portanto, acreditamos que os resultados obtidos possam servir de material científico para outros estudos e fonte de informação para as usuárias do devido medicamento.

Taquette SR, Vilhena MM, Paula MC. Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência: estudo de fatores de risco. Rev Soc Bras Med Trop 2004; 37(3):210-214.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Azevedo GE, Abdo CHN. Adolescentes de classe média do ensino fundamental: prática e conhecimento da sexualidade. *Pediatria* 2006; 28(3):184-190.

Borges ANV, Fujimori E, Hoga LAK, Contin MV. Práticas contraceptivas entre jovens universitários: o uso da anticoncepção de emergência *Cad Saude Publica* 2010; 26(4):816-826.

Payakachat N, Ragland D, Houston C. Impact of emergency contraception status on unintended pregnancy: observational data from a women's health practice. *Pharmacy Practice* 2010; 8(3):173-178.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

PERFIL DE CONHECIMENTO DOS EFEITOS NOCIVOS DA AUTOMEDICAÇÃO E EFEITOS ADVERSOS DOS MEDICAMENTOS EM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Cmpos da Silva

A morbimortalidade relacionada a medicamentos é um importante problema de saúde pública. Segundo os dados publicados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, os medicamentos ocupam a primeira posição entre os três principais agentes causadores de intoxicações em seres humanos. A automedicação e a falta de conhecimento sobre os efeitos tóxicos dos medicamentos pela população, são as principais causas de intoxicações e mortes. Realizaremos uma pesquisa, através de um questionário, com 100 alunos da UNIPAC dos diversos cursos não pertencentes à área da saúde, para obtermos informações se eles possuem algum tipo de conhecimento sobre os malefícios da automedicação, e, se são instruídos por algum profissional da área da saúde sobre o uso racional de medicamentos. Este trabalho tem por objetivo saber o grau de conhecimento da população sobre os efeitos tóxicos da automedicação e promover uma assistência aos participantes da amostra fornecendo informações sobre os efeitos prejudiciais dos medicamentos. Para melhorar a qualidade e segurança no uso de medicamentos, é necessário o acesso da população à Assistência Farmacêutica, que irá promover soluções para reverter ou minimizar esse quadro. O desenvolvimento de atividades educacionais de caráter público constitui um dos meios de alcançar o uso racional de medicamentos. Através dessa pesquisa, espera-se obter resultados que demonstre o risco que esses alunos estão expostos se automedicando, podendo assim promover campanhas de conscientização sobre o uso irracional dos medicamentos.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

World Health Organization. The Role of the pharmacist in self-care and self-medication: report of the 4th WHO Consultative Group on the Role of the Pharmacist, The Hague, The Netherlands, 26-28 August 1998. Geneva: World Health Organization; 1998.

Malik M, Tahir MJ, Jabbar R, Ahmed A, Hussain R. Self-medication during Covid-19 pandemic: challenges and opportunities. *Drugs Ther Perspect* 2020; 36:565-7.

Quispe-Cañari JF, Fidel-Rosales E, Manrique D, Mascaró-Zan J, Huamán-Castillón KM, Chamorro-Espinoza SE, et al. Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: a cross-sectional survey. *Saudi Pharm J* 2021; 29:1-11.

Arrais PSD, Coelho HLL, Batista MCDS, Carvalho ML, Righi RE, Arnau JM. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev Saúde Pública* 1997; 31:71-7.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

PREVALÊNCIA DE ENTEROPARASITOSE EM CRIANÇAS DO 1° A 4° ANO DE UMA ESCOLA NA ZONA RURAL DE TEÓFILO OTONI-MG 2021

Daniel de Azevedo Teixeira

Tamara Pereira da Silva

Tâmara Chagas Mendes

Tarciana de Oliveira da Silva

Vinícius Figueiredo Silva

Lidiane Carolina de Castro Weitzel

Luciana Gomes Andrade

Ludmila Lopes Lima

Luiz de Souza Gomes

Maicon Douglas Silva

Manuella Botelho Laure Nogueira

Bruno Ferreira Campos da Silva

Os parasitos intestinais estão entre os patógenos mais frequentemente encontrados em seres humanos e são um grave problema de saúde humana que ainda persiste nos países subdesenvolvidos. O presente trabalho teve como objetivo identificar as principais enteroparasitoses intestinais e os problemas socioeconômico e de higiene no qual vive os alunos da Escola Estadual Artur Bernardes situada na zona rural de Teófilo Otoni. Esse estudo foi realizado no período entre Abril e Maio de 2020 onde além do material (fezes) coletado foi distribuído um questionário socioeconômico. Os resultados apresentaram um alto grau de contaminação, sendo que dos 140 exames realizados 131 mostraram positividade ou seja 93,53% das amostras. Verificou-se que das parasitoses a *Endolimax nana* foi a que apresentou o maior índice de contaminação com 27,8%, *Entamoeba coli* com 24,04%, seguido do *Ascaris lumbricoides* com 18,5% e do *Schistosoma mansoni* com 10,2%. O *Enterobius vermiculares* foi o parasita que apresentou o menor índice de contaminação com 0,38%. Com as informações coletadas através do questionário socioeconômico juntamente com os resultados obtidos, confirmam-se a estreita relação entre a baixa condição socioeconômica e higiene e a alta prevalência de parasitas intestinais.

REFERÊNCIAS

NEVES D. P. Bases da Parasitologia Médica. - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2002.

NEVES D.P. Parasitologia Humana. - São Paulo : Atheneu, 2005.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

OGUNMEKAN Control of malaria with special reference to socioeconomic factors. - [s.l.] : Trop Doctor , 1983.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e pós eliminação 2016-2022. - Washinton : [s.n.], 2016.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

PROCESSOS METODOLÓGICOS DE MONITORAMENTO GLICÊMICO: COMPARAÇÃO ENTRE EXAME DE GLICEMIA SÉRICA E GLICEMIA CAPILAR EM UM HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE ATALÉIA-MG

Daniel de Azevedo Teixeira
Tamara Pereira da Silva
Tâmaro Chagas Mendes
Tarciana de Oliveira da Silva
Vinícius Figueiredo Silva
Lidiane Carolina de Castro Weitzel
Luciana Gomes Andrade
Ludmila Lopes Lima
Luiz de Souza Gomes
Maicon Douglas Silva
Manuella Botelho Laure Nogueira
Bruno Ferreira Campos da Silva

O Diabetes Mellitus é uma doença provocada pela deficiência de produção e/ou de ação da insulina, que leva a sintomas agudos e a complicações crônicas características. Nos dias atuais se constitui em problema de saúde pública pelo número de pessoas que apresentam a doença. A maioria das complicações do diabetes ocorre devido aos níveis elevados de glicose no sangue. As elevações glicêmicas vão causando lesão irreparável nas células do paciente com diabetes, causando perda de funções importantes. Através do controle da glicemia, é possível deter o processo da doença. A monitorização da glicemia é fundamental para realizar os ajustes que envolvem o tratamento do Diabetes, promovendo uma melhora na qualidade de vida e a diminuição de risco de complicação futura. O objetivo deste estudo é analisar de forma qualitativa a precisão entre o exame de glicemia capilar e glicemia sérica, comparando os resultados obtidos através do glicosímetro (aparelho digital usado para o exame de glicemia capilar ou ponta de dedo), e os resultados obtidos através do exame de glicemia sérica, e desta forma, aferir a eficiência da monitorização da glicose no paciente diabético para que sejam evitadas as complicações crônicas que tiram a normalidade e potencialidade de vida.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Malerbi D, Franco L. Multicenter study of the prevalence of diabetes mellitus and impaired glucose tolerance in the urban Brazilian population aged 30-69 yr. *Diabetes Care* 1992;15:1509-16.

American Diabetes Association. Gestational diabetes mellitus. Clinical Practice Recommendations 2001. *Diabetes Care* 2001;24(Suppl 1):S77-9.

Barzilav JI, Spiekerman CF, Wahl P, Kuller LH, Cushman M, Furberg CD et al. Cardiovascular disease in older adults with glucose disorders: comparisons of American Diabetes Association of diabetes mellitus with WHO criteria. *Lancet* 1999;354:622-5.

Edelstein SL, Knowler WC, Bain RP, Andres R, Barret-Connor EL, Dowse GK et al. Predictors of progression from impaired glucose tolerance to NIDDM: an analysis of six prospective studies. *Diabetes* 1997;46:701-10.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A GUERRA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

THE FISCAL WAR OF THE TAX ON MOTOR VEHICLE OWNERSHIP

LA GUERRA FISCAL DEL IMPUESTO SOBRE LA PROPIEDAD DE VEHÍCULOS AUTOMOTORES

Ludmila Lopes Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

Igor Caiafa Ferreira Silvério

Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho
igor@caiafa.adv.br

O IPVA é um imposto estadual, ou seja, é arrecadado pelos estados e pelo Distrito Federal. É cobrado anualmente de proprietários de veículos automotores, como carros, motos, ônibus, caminhões, entre outros. O valor do imposto é calculado com base no valor venal do veículo, que é determinado pela tabela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). A guerra fiscal do IPVA ocorre quando os estados brasileiros concedem descontos ou isenções fiscais para atrair proprietários de veículos de outros estados, o que leva a uma competição prejudicial entre as unidades federativas. Essa prática, embora possa parecer vantajosa para os consumidores, acaba gerando um impacto negativo na arrecadação do imposto e, conseqüentemente, no orçamento dos estados. Além disso, ela gera uma distorção no mercado, já que os consumidores podem optar por adquirir um veículo em um estado com tributação mais baixa, em vez de em seu próprio estado, onde a tributação seria mais alta.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

À discricionariedade do contribuinte em indicar um domicílio de sua permanência associado ao critério espacial de incidência do Imposto sobre o IPVA, somada as dissemelhantes alíquotas do imposto praticadas pelo respectivo ente federado, propicia e incentiva o surgimento da chamada guerra fiscal. Objetiva-se fazer uma análise acerca dos aspectos jurídicos do IPVA, trazendo à tona a problemática da falta de uma Resolução do Senado Federal, que disponha sobre uma alíquota mínima obrigatória a todos os Estados-membros, e ainda, da ausência de Lei Complementar, que traga normas gerais de incidência sobre o mencionado imposto. A abordagem metodológica utilizada será qualitativa, voltada para a análise documental de leis, projetos de leis e jurisprudência. Na intenção de conter essa demanda prejudicial, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) editou medida que estabelece regras para a concessão de benefícios fiscais pelos estados. No entanto, a sua efetividade ainda é questionada e a guerra fiscal continua sendo um desafio para os estados brasileiros. A lacuna normativa gera insegurança jurídica e prejudica tanto os estados-membros quanto os contribuintes de boa-fé, uma vez que fomenta a guerra fiscal que, por sua vez, compromete a integridade do pacto federativo como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Guerra Fiscal.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PAULSEN, Leandro. *Segurança jurídica, certeza do direito e tributação: a concretização da certeza quanto à instituição de tributos através das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

**A VENDA DE MICROSSEGUROS POR EMPRESAS DE VAREJO: UMA
ANÁLISE DOS CONTRATOS OFERECIDOS POR ESTAS EMPRESAS**

**THE SALE OF MICROINSURANCE BY RETAIL STORES: AN ANALYSIS OF
THE CONTRACTS OFFERED BY THESE COMPANIES**

**LA VENTA DE MICROSEGUROS POR EMPRESAS MINORISTAS: UN
ANÁLISIS DE LOS CONTRATOS OFRECIDOS POR ESTAS EMPRESAS**

Igor Caiafa Ferreira Silvério
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho
igor@caiafa.adv.br

Ludmila Lopes Lima
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

A venda de microsseguros por lojas de redes varejistas é uma tendência cada vez mais comum em países em desenvolvimento, especialmente em regiões onde muitas pessoas não têm acesso a serviços financeiros tradicionais ou seguros convencionais. Os microsseguros são produtos de seguros com prêmios muito baixos e coberturas limitadas, projetados para atender às necessidades de famílias e indivíduos de baixa renda. Esses seguros geralmente cobrem riscos como morte acidental, invalidez, doenças graves ou perda de bens. As redes varejistas estão se tornando um canal popular para a distribuição de microsseguros, pois já possuem uma grande base de clientes e uma ampla rede de lojas. Além disso, a venda de microsseguros por meio de lojas de varejo pode ser mais conveniente para os consumidores de baixa renda, que muitas vezes

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

não têm acesso a bancos ou corretoras de seguros. Também é usualmente oferecido outros benefícios para os consumidores de microsseguros, como a possibilidade de quitar o prêmio por meio de parcelamento no crediário. Isso pode ajudar a tornar os seguros mais acessíveis e fáceis de adquirir para um público mais amplo. O presente trabalho tem como objetivo analisar o microsseguro, produto relativamente novo no quesito regulamentação legal, que visa conferir proteção mediante seguro de baixa renda para a população carente, e sua venda por redes varejistas. No entanto, é importante que as redes varejistas sejam cuidadosas ao vender microsseguros. Elas devem garantir que seus funcionários estejam devidamente treinados para explicar os produtos de seguros aos clientes e garantir que estes entendam os termos e condições da apólice. Além disso, as redes varejistas precisam trabalhar com seguradoras de confiança e regulamentadas para garantir a proteção dos segurados. É de considerável importância para o desenvolvimento da população brasileira, eis que esta ainda é formada por uma população economicamente vulnerável, e que, por esta condição, encontra-se desprotegida frente aos imprevistos do dia a dia. Assim em um primeiro momento será abordado o microsseguro, sua definição e aplicabilidade no mercado mundial e brasileiro, entre outros fatores. Após, será apresentado um breve panorama das redes varejistas e seu funcionamento no Brasil, contextualizando nosso estudo. Feito essa relação será analisada a regulamentação dos seguros de um modo geral e, especificamente, dos microsseguros. Diante a pesquisa realizada será apresentado o modelo de venda dos microsseguros pelas redes varejistas, contratos ofertados, o papel da legislação brasileira neste processo, e ao final, nossa conclusão sobre o tema aqui abordado.

Palavras-Chave: Microsseguro; Redes Varejistas; Regulamentação; Contratos.

REFERÊNCIAS

AMARAL JR., Alberto do. A boa-fé e o controle das cláusulas contratuais abusivas nas relações de consumo. *Revista do Direito do Consumidor*, v. 6.

CHURCHILL, Craig, MATUL, Michal (Ed.), Protecting the poor: a microinsurance compendium. Vol. II, Geneva: International Labour Organization, 2012.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

SOARES, M. M.; DE MELO SOBRINHO, A. D. Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2ª Ed, Brasília: BCB, 2008.

RIBEIRO, T. C.; CARVALHO, E.C. Do microcrédito às microfinanças. Desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamentos: à análise da experiência brasileira. São Paulo: PUC-SP. 2006.

CONCEIÇÃO, Alessandra Ribeiro. *et al.* Microseguros Série Pesquisas Volume 01. Rio de Janeiro: ENS. 2010.

PIZA, Caio Toledo. *et al.* Microseguros Série Pesquisas Volume 02. Rio de Janeiro: ENS. 2010.

BESTER, Hennie. *et al.* Microseguros Série Pesquisas Volume 03. Rio de Janeiro: ENS. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – Resolução CNSP 409 Microseguros de 30/06/2021- SUSEP- <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cnsp-n-409-de-30-de-junho-de-2021-329474589>. Acesso em: 30/01/2023.

SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). Sistema de Estatística, 2023. Disponível em: <https://www2.susep.gov.br/menuestatistica/ses/principal.aspx>. Acesso em: 30/01/2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DEONTOLOGIA JURÍDICA E A ÉTICA PROFISSIONAL DO ADVOGADO

LEGAL DEONTOLOGY AND THE PROFESSIONAL ETHICS OF THE LAWYER

DEONTOLOGÍA JURÍDICA Y LA ÉTICA PROFESIONAL DEL ABOGADO

Ludmila Lopes Lima
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Igor Caiafa Ferreira Silvério
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho
igor@caiafa.adv.br

Simone Alves Martins
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

O presente estudo dedicar-se-á ao exame da deontológica, da ética e das prerrogativas do profissional advogado, seja ele na atuação processual propriamente dita ou como personalidade do direito *stricto sensu*. Deontologia jurídica é um ramo da ética que estuda os princípios e normas éticas que regem o comportamento dos profissionais do direito. Esses princípios e normas são fundamentais para garantir que os advogados, juízes, promotores e demais agentes jurídicos atuem de forma justa, honesta e imparcial. Um dos princípios fundamentais da deontologia jurídica é o sigilo profissional, que é protegido pelo Estatuto da OAB. O advogado, deve manter em sigilo todas as informações que lhe foram confiadas pelo cliente, inclusive após o fim do processo. Esse princípio

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

tem como objetivo garantir a privacidade do cliente e preservar a confiança que o cliente depositou no advogado. De início, a pesquisa abordará a diferenciação dos conceitos de moral e ética, segundo os Códigos de Ética Profissional do Brasil e a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, ambos delimitam as prerrogativas do advogado enquanto partícipe ativo na construção de sociedades justas, garantidor dos direitos sociais e, igualitárias e livres, e ainda, determina a função social de sua classe profissional. Posteriormente, serão estudados e os deveres do advogado para com as demais carreiras jurídicas, que englobam o dever de “urbanidade”; os deveres do advogado com o cliente, pautado em uma relação de confiança; os deveres do advogado para consigo mesmo; os deveres do advogado para com sua classe profissional, que prioriza a manutenção da dignidade da categoria. É importante destacar que a deontologia jurídica não se resume apenas a um conjunto de regras formais, mas sim a um conjunto de valores éticos que orientam a conduta do profissional do direito. Por isso, é fundamental que os advogados, juízes, promotores e demais agentes jurídicos estejam sempre atentos aos princípios e normas éticas que regem sua atividade profissional, garantindo assim a preservação da justiça e da ética no exercício da advocacia. Os valores éticos que norteiam a deontologia jurídica são fundamentais para garantir a justiça e a integridade no exercício da advocacia e devem ser respeitados por todos os profissionais do direito.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edson Resende de. *Deontologia Jurídica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Haidar, Raul. *Deontologia Jurídica: Ética Profissional do Advogado*. 6ª ed. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2016.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO DO TRABALHO

THE INTERCURRENT PRESCRIPTION IN LABOR LAW

LA PRESCRIPCIÓN INTERCORRENTE EN EL PROCESO LABORAL

Igor Caiafa Ferreira Silvério

Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque

Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho

igor@caiafa.adv.br

Ludmila Lopes Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Mestra em Gestão Integrada do Território

ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Mestra em Administração Pública

draalvesmartins@gmail.com

A prescrição intercorrente no processo do trabalho é um tema de grande relevância após a reforma trabalhista nos termos da Lei 13.467/2017. A prescrição intercorrente ocorre quando o processo de execução ou cumprimento de sentença fica parado por um longo período, sem que o autor pratique atos para satisfação do seu crédito ou localização do devedor, bem como se as diligências por ele requeridas se mostrarem infrutíferas para estes fins, o que pode acarretar a extinção do feito e conseqüente perda da pretensão. O instituto é aplicado em todos os ramos do direito e tem como objetivo evitar a eternização do processo e garantir a celeridade processual. Antes da reforma trabalhista, não havia previsão legal expressa sobre a prescrição intercorrente no processo do trabalho, o que gerava insegurança jurídica e divergência de entendimentos na jurisprudência. O Tribunal Superior do Trabalho por meio da Súmula 114 afirma ser inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. Lado outro o Supremo Tribunal Federal por meio da Súmula 327 entende que no direito trabalhista admite-se a prescrição intercorrente. Com a Lei 13.467/2017 houve a inclusão do artigo 11-A que prevê a aplicação da citada prescrição no processo do trabalho no prazo de dois anos, a contar de quando o exequente deixar de cumprir determinação judicial no curso da execução. Ainda segundo o artigo

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

citado, a prescrição intercorrente pode ser pronunciada de ofício pelo juiz, ou seja, sem a necessidade de pedido da parte interessada. A inclusão da prescrição intercorrente na CLT trouxe mais segurança jurídica e uniformização de entendimentos na jurisprudência trabalhista. No entanto, é importante ressaltar que com a entrada em vigor da reforma trabalhista, o Tribunal Superior do Trabalho editou a Instrução Normativa nº 41/2018, a qual, dentre outras questões, delibera em seu artigo 2º sobre a aplicação da prescrição intercorrente nos processos em curso. Assim, a instrução normativa estabeleceu que o fluxo da prescrição intercorrente se conta a partir do descumprimento da determinação judicial, desde que isso ocorra após 11/11/2017, data de início de vigência da lei. Ademais, verifica-se diversas decisões prolatadas pelo Tribunal Superior do Trabalho quanto a inaplicabilidade da prescrição intercorrente caso a decisão a ser executada seja anterior à entrada em vigor do artigo 11-A da CLT, ainda que a intimação para promover atos executivos tenha ocorrido após o início da validade da lei. Este trabalho contempla a análise da prescrição intercorrente, com referências a nova redação conferida pela Lei 13.467/2017, as Súmula 114/TST e Súmula 327/STF, que não foram revogadas, bem como jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é apontar os diferentes entendimentos da jurisprudência consolidada pelos tribunais superiores à luz do artigo 11-A da CLT e a insegurança jurídica para os processos em curso.

PALAVRAS-CHAVE: prescrição intercorrente; processo do trabalho; tribunais superiores, Lei 13.467/2017.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Manoel Arruda. Da prescrição intercorrente. In: Prescrição no Código Civil: Uma Análise Interdisciplinar. Coordenadora Mirna Ciani. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

LORA, Ilse Marcelina. A prescrição no direito do trabalho: teoria geral e questões polêmicas. São Paulo: LTR, 2001.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Resolução n. 221, de 21 de junho de 2018 Instrução Normativa n. 41. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: caderno judiciário do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 2501, p. 26-28, 21 jun. 2018.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal - Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964, p. 145. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula327/false>. Acesso em 30/01/2023.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. Súmulas. Brasília, DF: TST, 2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.tst.jus.br/?tipoJuris=SUM&orgao=TST&pesquisar=1>. Acesso em: 30/01/2023.

_____. Tribunal Superior do Trabalho (3ª Turma). Recurso de Revista nº 71600-

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

34.2008.5.02.0030. Relator: Min. Maurício Godinho Delgado, DJE 30/03/2022.

Disponível em:

<https://consultadocumento.tst.jus.br/consultaDocumento/acordao.do?anoProclnt=2021&numProclnt=356121&dtaPublicacaoStr=01/04/2022%2007:00:00&nia=782>

0266. Acesso em: 30/01/2023

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

MAIORIDADE CIVIL E EMANCIPAÇÃO

CIVIL MAJORITY AND EMANCIPATION

MAYORÍA CIVIL Y EMANCIPACIÓN

Igor Caiafa Ferreira Silvério
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho
igor@caiafa.adv.br

Edmar Oliveira da Silva
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Mestre e Especialista em Direito Público
edmar.adv@gmail.com

Ludmila Lopes Lima
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

A personalidade jurídica da pessoa inicia com o nascimento com vida, acompanhando o que determina o art. 2º do Código Civil. Neste estudo será abordado os aspectos jurídicos que envolvem a maioridade civil, emancipação e o fim da personalidade jurídica. A maioridade civil é um marco importante na vida de um indivíduo, pois é quando ele passa a ser considerado plenamente capaz de exercer seus direitos e deveres, como votar, dirigir e se casar, por exemplo. Já a emancipação é um instituto que permite que menores de idade possam ter capacidade civil antecipada, ou seja, possam exercer atos da vida civil como se fossem maiores de idade. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e que é vedada a discriminação por motivo de idade. Contudo, a legislação civil

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

brasileira ainda estabelece a maioridade civil aos 18 anos, o que tem sido questionado por alguns setores da sociedade. Algumas propostas de alteração na idade da maioridade civil têm sido debatidas, com argumentos que vão desde a capacidade cognitiva dos jovens até a necessidade de responsabilização mais precoce. Quanto à emancipação, existem três tipos previstos em lei: a voluntária, a judicial e a legal. A emancipação voluntária ocorre quando os pais ou responsáveis concordam com a antecipação da capacidade civil do menor. A emancipação judicial, por sua vez, é decretada pelo juiz, em caso de ausência dos pais ou conflito de interesses. Já a emancipação legal ocorre em situações específicas, como no caso de jovens com mais de 16 anos que trabalham e possuem renda própria.

É importante ressaltar que a emancipação não é um processo irreversível, ou seja, o jovem emancipado pode voltar a ser considerado menor de idade caso haja motivos que justifiquem a revogação da emancipação. Além disso, a emancipação não permite que o jovem tenha acesso a certas atividades, como a compra de bebidas alcoólicas, por exemplo, que ainda são restritas a maiores de 18 anos. Em suma, o tema da maioridade civil e emancipação é complexo e envolve diferentes aspectos jurídicos, sociais e culturais. É necessário avaliar cuidadosamente as implicações de qualquer alteração na idade da maioridade civil, bem como as situações em que a emancipação é cabível e os direitos e deveres que ela confere aos jovens emancipados.

PALAVRAS-CHAVE: Maioridade civil; Emancipação; jovens emancipados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

CUNHA, Alexandre. Manual de Direito Civil. 7. ed. Salvador: *Juspodivm*, 2017.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Curso de Direito Civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2017.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

FATO JURÍDICO E SUAS APLICABILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO

LEGAL FACT AND ITS APPLICABILITY IN BRAZILIAN LAW

HECHO JURÍDICO Y SUS APLICACIONES EN EL DERECHO BRASILEÑO

Igor Caiafa Ferreira Silvério
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho
igor@caiafa.adv.br

Edmar Oliveira da Silva
Centro Universitário de Caratinga – Campus Nanuque
Mestre e Especialista em Direito Público
edmar.adv@gmail.com

Ludmila Lopes Lima
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

O fato jurídico é um evento que gera consequências no âmbito do direito. Neste estudo será abordado os principais conceitos relativos ao tema e sua aplicabilidade no mundo jurídico. Ele pode ser classificado em duas categorias: fato jurídico natural e fato jurídico humano. O fato jurídico natural é aquele que não é produzido pela vontade humana, como a morte de alguém, por exemplo. Já o fato jurídico humano é aquele que é produzido pela vontade humana, como a celebração de um contrato. A doutrina majoritária entende que para que um fato seja considerado jurídico, é preciso que ele seja lícito, possível, determinado ou determinável e, por fim, que seja dotado de efeitos jurídicos. Além disso, para que o fato jurídico produza efeitos, é necessário que ele seja reconhecido pelo ordenamento jurídico. Os efeitos jurídicos decorrentes de um fato jurídico podem

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ser classificados em duas categorias: efeitos obrigacionais e efeitos reais. Os efeitos obrigacionais decorrem de uma relação jurídica entre duas partes, como um contrato de compra e venda, por exemplo. Já os efeitos reais decorrem da relação entre uma pessoa e uma coisa, como a posse de um imóvel. É importante destacar que nem todo fato jurídico produz efeitos imediatos. Alguns fatos geram apenas a possibilidade de futuros efeitos jurídicos, como é o caso do casamento. Nesse caso, o casamento não produz efeitos imediatos, mas cria a possibilidade de que surjam efeitos jurídicos no futuro, como a partilha de bens em caso de divórcio. Outra questão importante a ser destacada é a diferença entre fato jurídico e ato jurídico. O fato jurídico é um evento que gera consequências no âmbito do direito, independentemente da vontade humana. Já o ato jurídico é uma manifestação de vontade que tem como objetivo produzir efeitos jurídicos. Nesse passo, é importante ressaltar que a compreensão do fato jurídico é essencial para a atuação dos profissionais do direito, pois é a partir do reconhecimento dos fatos jurídicos que são criados direitos e obrigações. Por isso, é fundamental que o jurista tenha um conhecimento aprofundado sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Fato jurídico; Direito.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: parte geral*. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NADER, Paulo. *Curso de direito civil: parte geral*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: parte geral*. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A CIBERDEMOCRACIA COMO UM AVANÇO EM UMA SOCIEDADE INTERCONECTADA

CYBERDEMOCRACY AS AN ADVANCE IN AN INTERCONNECTED SOCIETY

LA CIBERDEMOCRACIA COMO AVANCE EN UNA SOCIEDAD INTERCONECTADA

Simone Alves Martins
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

Ludmila Lopes Lima
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Com o avanço tecnológico e a globalização da informação foi possível dar um novo panorama no cotidiano das pessoas. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) foi transformando a sociedade em uma sociedade cada vez mais interconectada impulsionando o desenvolvimento de uma comunidade mais participativa e democrática. Para Castells (1999) esse acontecimento trata-se de um momento histórico primordial da sociedade interconectada mundialmente que ele denomina como Sociedade em Rede. Por sua vez, Lévy (1999) chama esse espaço de comunicação virtual de Ciberespaço, que é essa comunicação estabelecida pela interconexão global de computadores. No campo da política, as tecnologias têm modificado o campo de fazer política, o que antes era conhecido com *Ágora*, hoje pode-se chamar de *Ágora virtual*, pois é a democracia exercida no campo virtual, mais conhecida como ciberdemocracia. A partir dessa

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

perspectiva, foi necessário repensar as formas de comunicação através da internet, uma vez que esse espaço informacional, veio para romper com os monopólios de poder dos meios de comunicação e viabilizarem a participação da população no sistema político de forma ciberdemocrática. Partindo dessa perspectiva, e através de uma revisão bibliográfica, o estudo tem como objetivo analisar como a ciberdemocracia tem contribuído para uma sociedade interconectada e quais os benefícios trazidos para o campo da política. Acreditamos que esse estudo poderá contribuir e ajudar nos estudos dessa nova temática, tida como contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de informação. Ciberdemocracia. Comunicação.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura** São Paulo: Paz e terra, 1999a.

DUTRA, Deo Campos; JUNIOR, Eduardo F. de Oliveira. Ciberdemocracia: a internet como ágora digital. **Revista de Direitos Humanos e Democracia**. Editora Unijuí, ano 6, n. 11, jan./jun. 2018 . ISSN 2317-5389. Acesso em: 04 de set. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Carlos Irineu da Costa (Tradutor). São Paulo: Editora 34, 1999.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A CONVENÇÃO NÚMERO 158 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

THE INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION CONVENTION NUMBER 158

CONVENIO NÚMERO 158 DE LA ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Esscola Superior da da Advocacia, e-mail:

lucassmacieladv@gmail.com

Erica Oliveira Santos Gonçalves

Faculdade Presidenten Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Bacharel em Direito, Especialista em direito processual, advogada, e-mail:

erica.almenara@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas e-mail:

marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amauryttalbuquerque@gmail.com

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), é uma agência especializada das Nações Unidas, que tem por objetivo a promoção do trabalho decente pelo mundo, entendendo este conceito como um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas.

A OIT é responsável pela elaboração das principais normas de direito internacional do trabalho, que irão repercutir na comunidade internacional. Dentre as

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

competências, previstas na constituição da organização, está a de formular convenções e recomendações.

Algumas convenções necessitam de ratificação pelo Estado-Membro que opte por aderir a norma, para torná-la efetiva no âmbito do ordenamento jurídico interno.

Assim, as convenções visam criar obrigações internacionais para o Estado que as ratifique. Pois bem. A Convenção nº 158 da OIT, que disciplina sobre o término do contrato de trabalho por iniciativa do empregador foi assinada em Genebra, em 22/06/1992. “A OIT adotou a Convenção nº 158, de 1992, que versa sobre a cessação do contrato de trabalho por iniciativa do empregador” (MARTINS, 2010, p. 368).

No Brasil, a referida Convenção foi submetida a apreciação do Congresso Nacional, que foi aprovada por Decreto Legislativo nº 68, em 22/06/1982, tendo sido ratificada posteriormente, por força do Decreto nº 1855, entrando efetivamente em vigor em 10/04/1996.

“O Brasil aprovou essa norma por meio do Decreto Legislativo nº 68, de 1992. O Decreto nº 1.855, de 10-4-96, promulgou a referida norma” (MARTINS, 2010, p. 368).

Portanto, a Convenção nº 158 da OIT, entrou em vigor no ordenamento jurídico interno brasileiro, atendendo os requisitos formais necessários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 1.855, de 10 de abril de 1996**. Promulga a Convenção nº 158 sobre o Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador, de 22 de junho de 1982. Disponível em: <http://www.feticom.com.br/conv_158_portugues,39492,7577893519.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

A GUERRA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

THE FISCAL WAR OF THE TAX ON MOTOR VEHICLE OWNERSHIP

LA GUERRA FISCAL DEL IMPUESTO SOBRE LA PROPIEDAD DE VEHÍCULOS AUTOMOTORES

Ludmila Lopes Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Simone Alves Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

O IPVA é um imposto estadual, ou seja, é arrecadado pelos estados e pelo Distrito Federal. É cobrado anualmente de proprietários de veículos automotores, como carros, motos, ônibus, caminhões, entre outros. O valor do imposto é calculado com base no valor venal do veículo, que é determinado pela tabela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). A guerra fiscal do IPVA ocorre quando os estados brasileiros concedem descontos ou isenções fiscais para atrair proprietários de veículos de outros estados, o que leva a uma competição prejudicial entre as unidades federativas. Essa prática, embora possa parecer vantajosa para os consumidores, acaba gerando um impacto negativo na arrecadação do imposto e, conseqüentemente, no orçamento dos estados. Além disso, ela gera uma distorção no mercado, já que os consumidores podem optar por adquirir um veículo em um estado com tributação mais baixa, em vez de em seu próprio estado, onde a tributação seria mais alta.

À discricionariedade do contribuinte em indicar um domicílio de sua permanência associado ao critério espacial de incidência do Imposto sobre o IPVA, somada as dissemelhantes alíquotas do imposto praticadas pelo respetivo ente federado, propicia e incentiva o surgimento da chamada guerra fiscal. Objetiva-se fazer uma análise acerca dos aspectos jurídicos do IPVA, trazendo à tona a problemática da falta de uma Resolução do Senado Federal, que disponha sobre uma alíquota mínima obrigatória a todos os Estados-membros, e ainda, da ausência de Lei Complementar, que traga normas gerais de incidência sobre o mencionado imposto. A abordagem metodológica utilizada será qualitativa, voltada para a análise documental de leis, projetos de leis e jurisprudência. Na

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

intenção de conter essa demanda prejudicial, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) editou medida que estabelece regras para a concessão de benefícios fiscais pelos estados. No entanto, a sua efetividade ainda é questionada e a guerra fiscal continua sendo um desafio para os estados brasileiros. A lacuna normativa gera insegurança jurídica e prejudica tanto os estados-membros quanto os contribuintes de boa-fé, uma vez que fomenta a guerra fiscal que, por sua vez, compromete a integridade do pacto federativo como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Guerra Fiscal.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PAULSEN, Leandro. *Segurança jurídica, certeza do direito e tributação: a concretização da certeza quanto à instituição de tributos através das garantias da legalidade, da irretroatividade e da anterioridade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SABBAG, Eduardo. *Manual de direito tributário*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO A SAÚDE HUMANA EM CASOS DE CONTAMINAÇÃO POR METAIS TÓXICOS

Mayra Soares Santos

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Bacharel e Mestre

mayrasoaresantos@gmail.com

A exposição humana a metais tóxicos é mais recorrente do que se imagina, atualmente esses elementos químicos estão presentes em alimentos (por contaminação de agrotóxicos, mineração, lançamento de efluentes, dentre outras fontes), na água de consumo (por composição natural do solo de origem ou fontes antrópicas já citadas) e, em alguns casos, no ar (em áreas próximas a exploração de minérios). Visto isso, faz necessário os levantamentos dos níveis de concentração de metais tóxicos nessas matrizes, porém, além da determinação é importante o estudo da avaliação de risco para a saúde humana. Uma vez que, muitos metais possuem capacidades de bioacumulação, ou seja, ao longo dos anos de exposição à metais tóxicos o ser vivo contaminado acumula esse elemento em seu organismo causando efeitos deletérios. Outra importante característica a ser considerada é a biomagnificação, onde há um acúmulo do elemento químico no organismo a medida que o nível trófico da cadeia alimentar aumenta. O processo de avaliação de risco químico fornece uma estimativa da probabilidade de um produto químico específico contribuir para resultados adversos à saúde na população em geral e em populações suscetíveis, medindo a ingestão diária estimada (EDI), relacionada à dose de referência (RfD), estabelecida pela USEPA (2019), o risco quociente (HQ) e a taxa máxima permitida de consumo (CR_{lim}). Mourão et al., (2023) avaliaram a presença de metais tóxicos em amostras de água e peixe do rio Doce após o desastre da barragem de Fundão e atestaram a contaminação por ferro (Fe), alumínio (Al) e manganês (Mn) em amostras de água e a presença de arsênio (As) e mercúrio (Hg) em peixes com valores de concentração acima do máximo permitido pela legislação. A avaliação de risco à saúde relacionada ao consumo de peixes contaminados por metais e As indicou que o consumo contínuo ingestão de peixes do rio Doce após o desastre apresentam riscos potenciais à saúde da população, mesmo em pequenas quantidades, uma vez que a ingestão diária estimada (EDI) para Hg foi superior às doses de referência (RfD).

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Outro estudo realizado por Santos, et al. (2018) avaliou a concentração de metais e a avaliação de risco à saúde humana em água de consumo de comunidades rurais do município de Itambacuri – MG. Dentre os 24 metais analisados, apenas 4 apresentaram alterações quando comparados aos limites exigidos pela legislação, são eles mercúrio (Hg), alumínio (Al), manganês (Mn) e ferro (Fe). O arsênio (As), apesar de apresentar valores dentro dos parâmetros, possui alta toxicidade e, por este motivo, também foi analisado o valor do quociente de risco. Verificou-se que em 15 pontos, dos 36 analisados, há risco potencial à saúde humana não cancerígena; no entanto, a população dessa região corre o risco de exposição aos efeitos dos metais tóxicos.

REFERÊNCIAS

CONAMA (2005) Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, **Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.**

Diário Oficial da União, Conselho Nacional de Meio Ambiente, Brasília, Brazil, p 27
MOURÃO, A. O.; SANTOS, M. S.; COSTA, A. S. V.; SILVA, H. T.; MAIA, L. F. O.; FARIA, M. C. S.; RODRIGUEZ, M. V. R.; RODRIGUES, J. L. (2023) **Assessment of Health Risk and Presence of Metals in Water and Fish Samples from Doce River, Brazil, After Fundão Dam Collapse.** Archives of Environmental Contamination and Toxicology, p. 12

SANTOS, M. S.; METZKER, M. C. R. M.; RODRIGUES, G. L.; CORRÊA, L. R. S.; SILVA, M. L. V.; BARBOSA, A. L. G.; FARIA, M. C. S. F.; RODRIGUES, J. L. (2018) **Risk Assessment of the Drinking Water Samples in the Rural Area from MG, Brazil.** International Journal of Environmental Research, p. 7

USEPA (2019) **Guidelines for human exposure assessment. US EPA risk assessment forum, United States environmental protection agency,** Washington, DC, USA, p 223.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO EMPREGADO CONTRA DESPEDIDA ARBITRÁRIA OU SEM JUSTA CAUSA

THE CONSTITUCIONAL PROTECTION OF THE EMPLOYEE AGAINST ARBITRARY OR UNJUST DISMISSAL

LA PROTECCIÓN CONSTITUCIONAL DE LOS TRABAJADORES CONTRA EL DESPIDO ARBITRARIO O SIN CAUSA JUSTA

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Erica Oliveira Santos Gonçalves

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Bacharel em Direito, Especialista em direito processual, advogada, e-mail: erica.almenara@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amaurytalbuquerque@gmail.com

A constituição Federal consagrou em seu texto, no artigo 7º, inciso I, a proteção ao trabalhador contra despedida arbitrária ou sem justa causa, *in verbis*:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos (BRASIL, 1988).

Nota-se, pois, a preocupação do legislador em estabelecer, expressamente, a proteção do trabalhador (parte hipossuficiente da relação trabalhista) contra a dispensa sem um efetivo motivo justificável.

Para Alexandre de Moraes (2010, p. 198):

Consagra a constituição Federal o direito à segurança no emprego, que compreende a proteção da relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos, impedindo-se, dessa forma, a dispensa injustificada, sem motivo socialmente relevante.

Nesse sentido, ainda, como bem observa Marcelo Novelino (2013, p. 367):

A consagração dos valores sociais do trabalho, impõe, ainda, ao Estado o dever de proteção das relações de trabalho contra qualquer tipo de aviltamento ou exploração, como tem ocorrido com certa frequência na história do trabalhador assalariado.

Destaca-se, ainda, tamanha a importância de se efetivar a proteção estatuída no dispositivo legal que o legislador não a limitou, evidenciando tal interpretação a partir da expressão contida no regramento “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

Ademais, as normas provenientes do sistema trabalhista atual devem buscar sempre a efetivação da proteção dos trabalhadores em todos os aspectos, sobretudo, se tiverem o condão de coibir a prática comum da despedida arbitrária nas relações trabalhistas, conforme previsão do artigo 7º, inciso I, da Constituição.

Para Marcelo Novelino (2013, p. 628):

O extenso rol expressamente contemplado no dispositivo é claramente exemplificativo, como se depreende da expressão: “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”. Não excluiu, portanto, outros direitos fundamentais consagrados no próprio texto constitucional e nas leis trabalhistas, nem impedem a ampliação deste leque de direitos por meio de emenda à Constituição.

Assim, é de se notar que, fundamentalmente, pela relevância representativa do trabalho, sobretudo, pela possibilidade de alcançar condições humanas mais dignas por meio do labor, é perceptível a preocupação do legislador em efetivar tal possibilidade, sendo que, para tanto, acertadamente, estabeleceu, expressamente, garantia de proteção ao trabalhador contra despedida arbitrária, na relação de emprego, conforme previsão estatuída no artigo 7º, inciso I da Constituição Federal.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Método, 2013.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANÁLISE DO PERFIL DE CRESCIMENTO E FERMENTATIVO DE DIFERENTES LINHAGENS DE *Scheffersomyces stipiti*

Philippe Luan Brito
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Licenciado, Mestre

philipe.brito@ufvjm.edu.br

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

Palavras-chave: Etanol, *Scheffersomyces Stipitis*, crescimento, fermentação.

A produção de etanol de segunda geração de biomassa lignocelulósicas é uma alternativa para substituição das fontes fósseis de energia. O aumento da produtividade de etanol nessa indústria é um dos gargalos no processo. Assim, o aproveitamento de toda a fração lignocelulósica da biomassa incrementa a quantidade global de açúcares fermentescíveis, e conseqüentemente, a produtividade de etanol (Brito, 2017). A busca por microrganismos que fermentam todos os açúcares disponíveis são essenciais no processo (Balat, et al., 2011). Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil de crescimento e fermentativo de diferentes linhagens da levedura *Scheffersomyces stipitis*. Primeiramente foi realizada a conservação das leveduras comerciais em Placas de Petri com meio de suplementação específica para as mesmas. Posteriormente, realizou-se o teste fermentativo, o qual objetivou-se a seleção de linhagens, que fermentam pentoses, no presente estudo, a xilose. Observou-se que retirando pequenas alçadas de um mesmo repique das leveduras, em uma das cepas, obteve-se resultados positivos e negativos para a fermentação, retirando portanto, duas cepas de uma mesma linhagem para estudos posteriores, juntamente com três outras linhagens distintas, sendo elas: CBS 60 54, NRRLY 1214 e NRRLY 7124. Dando seqüência às análises, realiuou-se a caracterização do perfil de crescimento das leveduras. Este procedimento foi realizado pela contagem direta de células, utilizando a Câmara de Neubauer,

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

retirando pontos regulares de duas em duas horas para a quantificação do número de células. Traçou-se então, gráficos que ilustram o perfil de crescimento das linhagens de *Scheffersomyces stipitis*. Feito isso, realizou-se os processos fermentativos, com utilização de frascos cônicos acoplados a um dispositivo que impede a oxigenação do sistema assim como favorece o desprendimento de gás carbônico (CO₂). Para avaliar o perfil fermentativo selecionou-se dois meios de culturas diferentes, referenciados de meio 1 e 2 e deu-se o início ao processo, que ao final, retirou-se alíquotas do sistema para a realização de análises de açúcares redutores, com o objetivo de quantificarmos o açúcar consumido, assim como a análise de etanol, que por fim quantificou a produção de álcool pelas cepas. Diante do proposto, tem-se que no meio dois, houve uma maior produção de etanol, as cepas produziram o equivalente a uma média de 17,49 g/L de etanol, enquanto o primeiro meio produziu uma média de 3,12 g/L, resultados semelhantes ao encontrado na literatura (Bellido et al, 2011). A *Scheffersomyces stipitis*, atende as expectativas, obtendo valores promissores de fermentação no que diz respeito ao potencial na produção de etanol.

Palavras-chave: Etanol, *Scheffersomyces Stipitis*, crescimento, fermentação.

Referências Bibliográficas

Brito, P.L., de Azevedo Ferreira, C.M., Silva, A.F.F. *et al.* Hydrolysis, Detoxification and Alcoholic Fermentation of Hemicellulose Fraction from Palm Press Fiber. *Waste Biomass Valor* 9, 957–968 (2018). <https://doi.org/10.1007/s12649-017-9882-4>.

Balat, M. Production of bioethanol from lignocellulosic materials via the biochemical pathway: A review. *Energy Conversion and Management* 52 (2011) 858–875.

BELLIDO,C; BALADO, S; COCA, M; LUCAS, S; GONZÁLEZ-BENITO, G; GARCÍA-CUBERO, M. Effect of inhibitors formed during wheat straw pretreatment on ethanol fermentation by *Pichia stipites*. *Bioresource Technology*, 102, 2011.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANÁLISE DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DA GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA FACULDADE ALFAUNIPAC EM TEÓFILO OTONI (MG)

Mariana Leal Oliveira,
Camila Souza Neris
Daniel Sarapu
Deivison Vinicius Barroso
Emilia Vilela Araujo
Emiliane Pereira Laignier
José Roberto Passos Junior

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso visa desenvolver no aluno a capacidade de elaborar uma obra escrita onde possa ser aplicada a metodologia do trabalho intelectual e a normatização brasileira para apresentação de publicações científicas, além de desenvolver a criatividade e o espírito crítico. O objetivo desse estudo foi traçar o perfil dos Trabalhos de Conclusão de Curso da graduação em Farmácia da Faculdade Alfaunipac em Teófilo Otoni (MG). Foram analisados os Trabalhos de Conclusão de Curso depositados no repositório *online* da Faculdade Alfaunipac, utilizando-se como critérios de inclusão os trabalhos pertencentes aos alunos do município de Teófilo Otoni (MG) e o curso de graduação em Farmácia. Como resultado para análise foram selecionados 15 trabalhos, 12 deles publicados em 2020 e três em 2021. Os trabalhos foram analisados por sua metodologia e pelas palavras chaves. Quanto a metodologia, foram identificados seis trabalhos que utilizaram a pesquisa de campo, seis que realizaram pesquisa bibliográfica e três que obtiveram dados através da pesquisa documental. Esse resultado demonstra a conexão da teoria à prática no processo de formação desses alunos, já que os mesmos conseguiram transpor os conteúdos teóricos para uma abordagem prática de pesquisa. Quanto as palavras-chave foram mencionadas 39 diferentes termos nos 15 trabalhos

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

analisados. Desses, houve repetição das palavras-chave “atenção farmacêutica” e “risco”, com três menções cada, e os termos “assistência farmacêutica”, “universitários”, “COVID” e “tratamento” como duas referências a cada uma dessas palavras. A diversidade de termos usados como palavras-chave nas pesquisas revelam o vasto campo que está sendo objeto de estudo dos discentes do curso de Farmácia.

MORAES OLIVEIRA, A.; SILVEIRA PANTOJA DOS SANTOS, R. H.; CHAVES DOS SANTOS, B.; MONTEIRO DE ASSIS MIRANDA, M.; DIAS DE LUCENA, B. R. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, 2022, 6 (1), 1-19.

Noronha, M. C. G.; Vaz, L. B.; Matos, F. T. C.; Falcão, C. A. M.; Monte, T. L.; Floriano, I. Trabalho de conclusão de curso de Odontologia: uma análise de perfil. *Revista Da ABENO*, 2021, 21(1), 1151-1157.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INVESTIGAÇÃO DE SURTO POR MICOBACTÉRIAS NÃO TUBERCULOSAS EM UMA CLÍNICA DE ESTÉTICA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG

Emília Vilela Araújo
Camila Souza Neris
Daniel Sarapu
Deivison Vinicius Barroso
Emilia Vilela Araujo
Emiliane Pereira Laignier
José Roberto Passos Junior

A ocorrência de surtos infecciosos nos serviços de saúde indica que a população está sob risco e pode representar ameaças à saúde pública, tornando necessária a rápida tomada de decisão com ações efetivas para sua contenção e controle. A detecção e o controle precoces de surtos podem diminuir a gravidade dos casos (morbidade e mortalidade), bem como o número de pessoas afetadas. As Micobactérias não-tuberculosas ou de Crescimento Rápido (MCR), são bactérias comumente encontradas no solo e na água (mesmo potável), apesar de seu baixo potencial patogênico, recentemente observa-se o aumento do número de casos de infecções causadas por micobactérias. Muitos casos estão relacionados a procedimentos estéticos invasivos, sendo a mamoplastia com uso de próteses o com maior incidência, além de procedimentos realizados em clínicas de estética. Os microrganismos mais frequentes são: complexo *M. fortuitum* e complexo *M. abscessus/M. Chelonae*. Os eventos adversos causados por MCR têm sido associados a contaminação de várias fontes de água, incluindo soluções aquosas, água destilada, água de torneira e gelo. No Brasil, entre os anos de 2003 a 2008, mais de 2000 casos de infecção por MCR foram identificados, e a partir daí esse evento passou a ser monitorado pela Anvisa e Vigilâncias Sanitárias dos estados/municípios. O objetivo desse trabalho é descrever uma investigação de um surto por Micobactérias não-tuberculosas no ano de 2023 no município de Teófilo Otoni, relacionado ao procedimento de aplicação de enzimas para redução de gordura localizada.

REFERÊNCIAS

Brasil. ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Orientações para notificação de surtos infecciosos em serviços de saúde. Brasília, 2021.

Norton G.J., Williams M., Falkinham J.O. 3rd, Honda J.R.: Physical measures to reduce exposure to tap water-associated nontuberculous mycobacteria. *Front Public Health* 8:190, 2020.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Restrepo, A.V.; Salem, J.I.; Ogusko, M.M.; Gomes, L.F.; Fraiji, N.A. Pesquisa de Micobactérias Ambientais em água de torneira, luvas e soluções utilizadas em procedimentos cirúrgicos no Hospital Universitário Getúlio Vargas - Manaus/AM. Acta Amazônica vol. 39(4) 2009: 889 – 900. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672009000400017>

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

AS MODALIDADES DE DESPEDIDAS PREVISTAS NO ARTIGO 7º, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

THE DISMISSAL MODALITIES FORENSHOWN IN ARTICLE 7, ITEM I, OF THE FEDERAL CONSTITUTION OF 1988

LOS TÉRMINOS DE LA DESPEDIDA PREVISTOS EN EL ARTÍCULO 7, FRACCIÓN I, DE LA CONSTITUCIÓN FEDERAL DE 1988

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Erica Oliveira Santos Gonçalves

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Bacharel em Direito, Especialista em direito processual, advogada, e-mail: erica.almenara@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amaurytalbuquerque@gmail.com

O texto da Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso I, expressa a proteção contra despedida arbitrária em duas situações, quais sejam, a despedida arbitrária ou a despedida sem justa causa.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Daí que, para melhor elucidação do tema ora proposto, faz-se necessário a apresentação da distinção entre as referidas espécies de despedida.

Nesse ponto, importante destacar que, em que pese as nomenclaturas popularmente conhecidas como demissão, despedida ou dispensa, todas elas funcionam, em linhas gerais, como espécies do gênero término do contrato de trabalho, que tecnicamente são chamadas de resilição, resolução e rescisão.

Nesse sentido, quem melhor esclarece sobre a matéria é Mauricio Godinho Delgado (2017, p. 1313):

Em primeiro lugar, há a despedida desmotivada, também conhecida como dispensa arbitrária ou despedida sem justa causa. Aqui, reitere-se a expressão dispensa desmotivada traduz a ideia de falta de um motivo legalmente tipificado.

Em segundo lugar, existe a despedida motivada, mas sem justa causa obreira. Também denomina-se dispensa não arbitrária, embora sem culpa obreira.

Em terceiro plano, há também a despedida motivada por justa causa obreira, conhecida, simplesmente, pela expressão dispensa por justa causa.

Assim, ao estabelecer a diferença entres as espécies do término do contrato de trabalho, a partir do suporte doutrinário, se estabelecerá a diferença conceitual entre as modalidades de despedida arbitrária e despedida sem justa causa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Ltr, 2017.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS FILAMENTOSOS ISOLADO DE CASCA DE COCO INDAIÁ (*ATTALEA DUBIA*) COM APTIDÃO PARA PRODUÇÃO DE ENZIMAS HOLOCELULOLÍTICAS

Ilva de Fátima Souza

Philipe Luan Brito

Palavras-chaves: Celulases, Xilanases, fungos filamentosos, *Mucor* sp., Bioetanol

RESUMO

Enzimas celulolíticas e xilanolíticas de origem microbiana possuem muitas aplicações industriais. Celulases consistem em catalisadores biológicos capazes de hidrolisar ligações β 1-4 entre resíduos de D-glicose presentes em moléculas de celulose. São amplamente utilizadas nas indústrias de tecido, detergentes, papel, alimentos e bebidas e nutrição animal (Juturu e Wu, 2014). As hemicelulases possuem uma ação sinérgica com as celulases e atuam desestruturando as interações químicas e físicas que existem entre as microfibrilas de celulose e os polímeros de hemicelulose através da decomposição desses últimos (Van Dyk e Pletschke, 2012). Xilanases, umas das hemicelulases mais estudadas, também possuem aplicação nas indústrias de alimentos, ração e polpa de celulose (Beg et al., 2001). Recentemente, o mercado de celulases e hemicelulases tem crescido associado à produção do etanol de segunda geração. As celulases e hemicelulases são capazes de decompor biomassas lignocelulósicas em açúcares solúveis que podem ser transformados em bioetanol por processos fermentativos (Guimarães et al, 2013). Neste trabalho foi isolado da casca do coco indaiá espécies de fungos filamentosos com aptidão para a produção de enzimas holocelulolíticas. Os fungos foram isolados em meio sólido contendo Carboximetilcelulose - CMC como única fonte de carbono e submetido a ensaio fermentativo para investigação do potencial de produção das enzimas endoglucanase, β -glucosidase e xilanase. Os resultados revelaram que os isolados foram capazes de secretar $1.560,0 \pm 169,0$ U L⁻¹ de atividade endoglucanásica e $1.972,0 \pm 161,8$ U L⁻¹ de atividade xilanásica nos tempos de 120 horas e 96 horas, respectivamente. A caracterização macroscópica e microscópica dos isolados somada à pesquisa de homologia da região do espaçador interno de transcrição ITS1 junto ao banco de dados BLASTN identificaram os fungos com sendo das espécies *Mucor circinelloides*, *Aspergillus versicolor* ou *carneus* e do gênero *Paraphaeosphaeria* sp. Se comparado com a literatura (Hansen et al, 2015), os

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

valores de atividade enzimática encontrados são promissores se considerarmos que as condições de cultivo não foram otimizadas.

Referências Bibliográficas

Juturu VJ & Wu C (2014) Microbial cellulases: Engineering, production and applications. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*. 33:188–203.

Van Dyk J S & Pletschke B I (2012) A review of lignocellulose bioconversion using enzymatic hydrolysis and synergistic cooperation between enzymes—Factors affecting enzymes, conversion and synergy. *Biotechnology Advances* 30: 1458–1480.

Guimaraes NCA, Carvalho MS, Nogueira SPN, Betini, J H A, Zanoelo FF, Marques MR, Polizeli MLTM & Giannesi, G (2013) Bioprocess and biotechnology: effect of xylanase from *Aspergillus niger* and *Aspergillus flavus* on pulp bio bleaching and enzyme production using agroindustrial residues as substrate, 2:380.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

CLASSIFICATION OF CONSTITUCIONAL RULES

CLASIFICACIÓN DE LAS NORMAS CONSTITUCIONALES

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail:

lucassmacieladv@gmail.com

Erica Oliveira Santos Gonçalves

Faculdade Presidenten Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Bacharel em Direito, Especialista em direito processual, advogada, e-mail:

erica.almenara@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais e-mail:

marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amauryttalbuquerque@gmail.com

As normas constitucionais são classificadas conforme a sua aplicabilidade, a sua eficácia (efetividade).

O posicionamento mais adotado é do Professor José Afonso da Silva (2008, p. 88-102) que “classifica as normas constitucionais em três grupos, a saber, normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada”.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Em linhas gerais, normas constitucionais de eficácia plena são as dotadas de aptidão para produzir os seus efeitos de maneira integral, sem que, para tanto, haja necessidade de regulamentação posterior de outra lei.

De acordo com Nathalia Masson (2015, p. 58) “As normas de eficácia plena são aquelas capazes de produzir todos os seus efeitos essenciais simplesmente com a entrada em vigor da Constituição, independentemente de qualquer regulamentação por lei”.

Da posição defendida por Luís Roberto Barroso (2015), extrai-se que, as normas de eficácia plena são as dotadas de normatividade suficiente à sua aplicação imediata e que independe de legislação normativa ulterior para que seja efetiva.

A seu turno, as normas constitucionais de eficácia contida, são aquelas que, em que pese dotadas de normatividade imediata e direta, a sua aplicabilidade não é integral, uma vez que, pode ser restringida por lei.

Para Marcelo Novelino (2013, p. 106):

São integrantes desta espécie as normas que possuem aplicabilidade direta, imediata, mas possivelmente não integral. Tais normas, apesar de aptas a regular de forma suficiente os interesses relativos ao seu conteúdo (direta), desde sua entrada em vigor (imediata), reclamam uma atuação por parte do legislador no sentido de reduzir o seu alcance (não integra).

No mesmo sentido válido, ainda, destacar a visão sobre a matéria de Luís Roberto Barroso (2015, p. 248-249):

Normas de eficácia contida são as que recebem, igualmente, normatividade suficiente para reger os interesses de que cogitam, mas preveem meios normativos (leis, conceitos genéricos etc.) que lhes podem reduzir a eficácia e aplicabilidade.

Por fim, e de grande relevância para o presente trabalho, tem-se, ainda as normas constitucionais de eficácia limitada.

Entende-se como tal, as normas do texto constitucional que carecem de regulamentação de legislação complementar para a produção dos seus efeitos.

Merece destaque, ainda, a posição de Luís Roberto Barroso (2015, p.249):

Essas normas, contudo, ao contrário do que ocorria com as ditas não autoaplicáveis, não são completamente desprovidas de normatividade. Pelo contrário, são capazes de surtir uma série de efeitos, revogando as normas infraconstitucionais anteriores com elas incompatíveis, constituindo parâmetro para a declaração da inconstitucionalidade por ação e por omissão, e fornecendo conteúdo material para a

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

interpretação das demais normas que compõem o sistema constitucional.

Assim, percebe-se que, ainda que considerada norma constitucional de eficácia limitada, inexistente mandamento constitucional desprovido de eficácia normativa.

Portanto, verifica-se que, lei ulterior não poderá em hipótese alguma ser contrária ao que estatuído na norma dependente de legislação complementar.

Assim, no caso do artigo 7º, inciso I, da Constituição, ainda que considerada como norma de eficácia limitada, com a eventual edição da norma complementar prevista, deverá apenas estabelecer os limites de incidência do mandamento e, jamais, poderá contrariar ou mitigar a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa prevista no referido dispositivo constitucional.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 3. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

NOVELINO, Marcelo. **Manual de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Método, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CONCEITO DE DESPEDIDA ARBITRÁRIA

CONCEPT OF ARBITRARY DISMISSAL

CONCEPTO DE DESPIDO ARBITRARIO

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amauryttalbuquerque@gmail.com

De antemão, denota-se de grande relevância a conceituação básica do que se entende por ato arbitrário.

Com efeito, a própria CLT, em seu artigo 165, caput, traz o conceito legal de arbitrariedade quando diz: Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro (BRASIL, 1943).

Entretanto, o conceito legal supracitado, não é suficiente para formar uma concepção absoluta da matéria, que é complementada pela doutrina.

Que na ótica de Wandelli (2004, p. 322), pode ser assim definida:

Toda despedida arbitrária, entendida como aquela que não se funda em motivo econômico financeiro, técnico, disciplinar ou qualquer outro justo motivo legal, é sem justa causa, assim como toda despedida por justa

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

causa é não arbitrária. Entretanto, aceita essa distinção, nem toda despedida sem justa causa é arbitrária e também nem toda despedida não arbitrária, por serem fundadas em motivo financeiro, técnico ou econômico, se refere a despedidas sem justa causa. Assim, por exemplo, uma despedida fundada em motivo econômico não é arbitrária, mas é sem justa causa.

Em resumo, a partir da conceituação prevista no art. 165 da CLT, complementada pela doutrina, tem-se por despedida arbitrária, a que se funda, tão somente, em aspectos, intimamente volitivos, deixando de lado, a lógica, a razão e a justiça, em nítida inobservância a fundamentos de caráter técnico, disciplinar, financeiros ou econômicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **Despedida Abusiva**. O direito (do trabalho em busca de uma nova racionalidade). São Paulo: LTR, 2004.

DEFINIÇÃO DE DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA

DEFINITION OF UNFAIR DISMISSAL

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DEFINIÇÃO DE DESPIDO SIN CAUSA JUSTA

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amauryttalbuquerque@gmail.com

É importante destacar que, dentre as espécies de término do contrato de trabalho, elencados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não há uma definição estrita de despedida sem justa causa.

Entretanto, a CLT prevê, expressamente, nos artigos 482, 483 e 484, hipóteses que são “justas” a ensejar o término do contrato de trabalho.

Em relação ao referido artigo 482 da CLT, estão as hipóteses taxativas em que o faltoso foi cometido pelo empregado

Ao passo que, no art. 483, do mesmo diploma legal, estão consubstanciadas as hipóteses em que o empregado poderá pleitear o término do contrato de trabalho por ato faltoso do empregador.

Por fim, o art. 484 da CLT, trata da hipótese em que a culpa pelo término do contrato de trabalho são de ambas as partes da relação trabalhista, que assim dispõe: “havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade” (BRASIL, 1943).

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Tem-se, pois, de um lado a CLT que, expressamente prevê as hipóteses “justas” a ensejar o término do contrato de trabalho. Por outro lado, não há uma definição estrita do que efetivamente seja uma despedida sem justa causa.

Assim, a definição de despedida sem justa causa fica a cargo da doutrina, que na ótica de Henrique Correia (2016, p. 802): “Ocorre quando o empregador é quem decide colocar fim ao contrato sem motivação”.

Tem-se, ainda, a posição adotada por Mauricio Godinho Delgado (2017) que aponta a conduta como uma dispensa desmotivada, em que traduz a falta de motivo legalmente previsto.

Percebe-se, pois, que, a partir da construção doutrinária, entende-se por despedida sem justa causa, aquela que decorre de motivos alheios às hipóteses legalmente previstas na CLT ou a dispensa do empregado do empregador, sem que este se guarneça de qualquer motivo justificável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943**. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Suplemento.

CORREIA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Ltr, 2017.

DESASTRES EM BARRAGENS E O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Mariana Leal Oliveira
Camila Souza Neris
Daniel Sarapu
Deivison Vinicius Barroso
Emilia Vilela Araujo
Emiliane Pereira Laignier
José Roberto Passos Junior

O rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, geraram diversos impactos de curto, médio e longo prazo para a população residente ao longo dos rios que foram contaminados. Os impactos foram classificados em três subcategorias, sendo essas: efeitos sobre a saúde pública e às condições fundamentais de segurança das pessoas, danos sobre os elementos simbólicos e acesso à educação da população atingida e impactos sobre as formas de organização social da população envolvida. Objetivou-se neste estudo analisar os impactos na saúde pública através de uma revisão de trabalhos publicados. No âmbito da saúde pública, os impactos de curto prazo incluíram atendimento aos feridos e uma grande demanda por atendimento devido ao consumo de água contaminada, levando a um incidência de diarreia nas populações ribeirinhas tendo em vista a grande importância epidemiológica e social da sintomatologia prodômica e suas consequências, tais quais desidratação e a internações, principalmente de crianças e idosos, ocasionando gastos com a saúde e perda de dia de trabalho pela população economicamente ativa. Já referente aos efeitos de médio e longo prazo, é possível elencar alguns deles, mas não é possível ter uma visão completa dos alcances desses impactos, visto o tamanho do desastre causado pelo rompimento das barragens. Impactam a saúde pública, a necessidade constante de atendimento psicossocial a atingidos direta e indiretamente pelos desastres. Além disso, estudos epidemiológicos far-se-ão necessários para compreender a nova dinâmica de populações de patógenos e vetores de doenças como Dengue, Febre Amarela, Zika e Chikungunya. Portanto, muitos são os desafios em saúde pública no caso de grandes desastres e quando esses ocorrem na esfera ambiental, esses desafios se multiplicam pela relação íntima que se configura entre a saúde e o meio ambiente. Cabe um

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

profundo estudo sobre essas populações e monitoramento constante dos aspectos ambientais, para prever e preparar a rede pública para acolher essas comunidades, para que os efeitos dos rompimentos das barragens não se tornem novos desastres.

CARVALHO, A.P.M.; MARQUES, G.L.; CUNHA, J.R.; PEREIRA, R.A.; OLIVEIRA, T.S. A vigilância em saúde ambiental como resposta ao desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho. *Saúde Debate*, 2020, 44 (2), 364-376.

FACAZ, L.A.C.; PORTO, M.F.S.; PINHEIRO, T.M.M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 2017, 42 (9), 1-12.

PORTO, M.F.S. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 2016, 32 (2), 1-3.

ROCHA, E.M. *et al.* Impacto do rompimento da barragem em Mariana– MG na saúde da população ribeirinha da cidade de Colatina–ES. *Tempus: Actas de saúde Coletiva*, 2016, 10(3), 31-45.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DETERMINAÇÃO MULTIPARAMÉTRICA DE VARIÁVEIS ENOLÓGICAS DE UVAS VINÍFERAS COM USO DE ESPECTROMETRIA NA REGIÃO ELETROMAGNÉTICA DO INFRAVERMELHO PRÓXIMO (NIR)

Philippe Luan Brito

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Licenciado, Mestre

philipe.brito@ufvjm.edu.br

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

O vinho, na legislação, é tratado como a bebida proveniente da fermentação alcoólica da uva sã, fresca e madura (BRASIL, 1988). Na cadeia produtiva de vinhos a composição da uva na colheita é um dos fatores determinantes para o futuro da qualidade do vinho. Atualmente, os principais parâmetros avaliados durante a maturação das uvas são a concentração de sólidos solúveis totais (SST), pH, e acidez total (BLOUIN et al., 2004). Os métodos tradicionais de avaliação dos parâmetros de qualidade da uva utilizados rotineiramente durante a maturação por vinicultores são demorados, exige um tratamento prévio da amostra, em alguns casos de alto custo, e geralmente destacam apenas alguns aspectos da uva (GUIDETTI et al, 2010). Desta forma, a indústria vitivinícola necessita de métodos alternativos que acelerem a obtenção dos resultados e permita tomar decisões precisas ao longo da vindima. Neste contexto, a espectrometria na região do infravermelho próximo (NIR) tem se mostrado como um bom potencial para predizer parâmetros diferentes em alimentos e produtos agrícolas. Esta é uma técnica rápida e não destrutiva requerendo o processamento mínimo da amostra antes da análise. Juntamente com métodos quimiométricos, parece ser uma das ferramentas analíticas mais eficientes para o estudo de produtos alimentares (CORREIA, 2011). Neste contexto, o objetivo do estudo foi aplicar metodologia quimiométrica para determinação multiparamétrica de componentes físico-químicos relacionados à maturação de uvas viníferas através do uso de espectroscopia de infravermelho próximo. Foram realizadas análises de cinco diferentes cultivares viníferas utilizando a espectroscopia no infravermelho próximo e realizadas as análises de pH, °Brix, açúcares redutores e acidez total. Análises de regressão multivariadas foram realizadas através das metodologias de regressão por mínimos quadrados parciais (PLS), regressão por componentes principais

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

(PCR) e regressão linear múltipla (MLR). Para calibração e validação das metodologias de regressão foram avaliados os parâmetros estatísticos: coeficiente de correlação, raiz quadrada do erro médio de calibração e previsão, desvio do resíduo de previsão e erro relativo da predição. Um bom modelo de calibração foi obtido para a análise de sólidos solúveis totais pelos modelos de MLR e PLS. De acordo com os critérios de classificação dos parâmetros estatísticos, o método da MLR permitiu prever um valor quantitativo próximo aos valores de referência para os sólidos solúveis totais, e o método de PLS permitiu boa separação entre valores altos e baixos para o mesmo. Os demais métodos de calibração não apresentaram valores suficientes para serem considerados como bons métodos de calibração, conforme a classificação dos parâmetros estatísticos. Autores como FERRER-GALLEGO (2013) e KEMPS (2010) estudaram a melhora da calibração e predição utilizando pré-processamento das amostras e análise das componentes principais PCA (do inglês principal components analysis). O estudo sugere a utilização de ferramentas para pré-processamento dos dados espectrais a fim de aumentar a eficiência da calibração dos modelos multivariados.

Referências Bibliográficas

BRASIL. (1988) Lei nº 7.678, de 08 de novembro de 1988 que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

BLOUIN, J.; GUIMBERTEAU, G. Maduración y madurez de la uva. Madrid: Mundi-Prensa, 2004.

GUIDETTI, R.; BEGHI, R.; BODRIA, L. Evaluation of grape quality parameters by a simple vis/nir system. American Society of Agricultural and Biological Engineers. Vol. 53(2). 2010.

CORREIA, C.A. C. Espectroscopia na análise de mostos e vinhos. Dissertação (Mestrado) Departamento de Química. Universidade de Aveiro. Portugal. 73p. 2011.

FERRER-GALLEGO, R.; HERNÁNDEZ-HIERRO, J.M.; RIVAS-GONZALO, J.C.; ESCRIBANO-BAILÓN, M.T. Determination of phenolic compounds of grape skins during ripening by NIR Spectroscopy. Food Science and Technology. 44 (2011) 847-853.

**ELABORAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA FERMENTADA DE BANANA COM
UTILIZAÇÃO DE ENZIMAS HIDROLÍTICAS**

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Philippe Luan Brito
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Licenciado, Mestre

philipe.brito@ufvjm.edu.br

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

A banana é cultivada em diversos países, principalmente nas regiões tropicais. No Brasil é o segundo fruto mais produzido e consumido, e ocupa no ranking de produção mundial também o segundo lugar. Porém, na ponta da produção o alto grau de perecibilidade e manuseio dos frutos sob condições ambientais diversas aceleram a perda de qualidade da fruta. O Brasil, de modo geral, perde, anualmente, mais de 1 bilhão de dólares de frutas e hortaliças (Fagundes e Yamanishi, 2002). Uma alternativa para contornar tal situação, é agregar valor à matéria prima e assim evitar sua perda (Arruda et al., 2003). Nessa perspectiva, a utilização de frutos na elaboração de bebidas fermentadas constitui-se em uma fonte de obtenção de produtos de sabor diferenciado e de valor nutritivo significativo, o que o torna mais atrativo para o mercado, além de minimizar as perdas dos frutos. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo criar um produto proveniente da fermentação alcoólica da banana utilizando de técnicas como a hidrólise enzimática. A escolha do fruto deve-se ao fato da quantidade de açúcar presente neste que permite a transformação de carboidratos em etanol e gás carbônico. A primeira etapa para obtenção do fermentado alcoólico consistiu na preparação do mosto da banana, em seguida a hidrólise enzimática do amido e pectina, através das enzimas alfa-amilase e pectinase. Para iniciar a fermentação, o mosto hidrolisado foi filtrado e chaptalizado e então realizado inóculo da levedura *Saccharomyces cerevisiae*. Após a inoculação, o mosto foi transferido para um fermentômetro hermeticamente fechado e assim deu-se início ao processo fermentativo. Durante toda cinética fermentativa foi retirada alíquotas do produto para posteriores análises. Após 50 horas de fermentação o processo foi interrompido e realizou-se o processo de trasfega para garrafas esterilizadas. Decorridos 29 dias foram realizadas as análises como acidez total, acidez volátil, acidez fixa, extrato seco reduzido e etanol, análises essas decisivas para determinar a adequação do produto às leis vigentes para fermentado de fruta. Quanto ao caráter alcoólico do fermentado, este que apresentou $12,358 \pm 0,002$ %v/v e pôde ser classificado com “vinho de mesa”, já quanto à classificação pela

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

quantidade de açúcares redutores totais presentes ($2,735 \pm 0,032$ g.L⁻¹) este adequou-se a categorização de “vinho seco”. O valor de acidez total, volátil, fixa foram respectivamente $89,048 \pm 0,351$, $15,5 \pm 0,252$ e $73,548 \pm 0,603$ já para o extrato seco reduzido encontrou-se $34,392 \pm 0,044$, tais valores se apresentaram dentro dos padrões de qualidade exigidos no regulamento técnico para a fixação dos padrões de identidade e qualidade (PIQ) para fermentado de fruta, proposto na Portaria n.64, de 23 de abril de 2008 (Brasil, 2008). Os resultados das inúmeras análises ainda indicaram que o processamento realizado foi conduzido com excelência e que este processo pode ser considerado uma forma racional de diminuir as perdas pós-colheita, além de permitir a inserção de um produto com valor nutritivo agregado no mercado alimentício.

Referências Bibliográficas

FAGUNDES, G.R.; YAMANISHI, O.K. Estudo da comercialização do mamão em Brasília-DF. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, v.24, n.1, p.091-095, 2002.

ARRUDA, A. R. CASSIMIRO, A, R.S.; GARRUTI, D, S.; ABREU, F, A ,P.. Processamento de bebida fermentada de banana. Rev. Ciênc.Agronômica,v.34, p.161-167, 2003.

BRASIL. Portaria nº 64, de 23 de abril de 2008. Regulamento Técnico para a Fixação dos Padrões de Identidade e Qualidade para a polpa de fruta. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. Seção 1.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA

THE ROLE OF NURSING IN THE DEVELOPMENT OF PUBLIC HEALTH

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

EL PAPEL DE LA ENFERMERÍA EN EL DESARROLLO DE LA SALUD PÚBLICA

Allyne Aparecida Dias da Silva Castro

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Enfermeira; Especialista; Acupunturista; Mestra

professoraallynedias@gmail.com

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

A enfermagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da saúde pública em todo o mundo. Desde a prevenção de doenças até o tratamento de pacientes, os enfermeiros são essenciais em todos os aspectos da assistência à saúde. Seja trabalhando em hospitais, clínicas, centros de saúde ou outras instituições de saúde, os enfermeiros exercem um papel vital na promoção da saúde e bem-estar das comunidades. Este estudo teve como objetivo principal, uma revisão bibliográfica da atuação da enfermagem no campo da saúde pública. Sendo que a enfermagem se destaca pela atuação preventiva de doenças e promoção da saúde. Isso pode envolver a orientação de pacientes sobre hábitos saudáveis de vida, vacinação em massa, rastreamento e diagnóstico precoce de doenças, além de campanhas de conscientização com a população. A literatura também revelou como a enfermagem, sendo uma das profissões mais próximas da população, tem seus profissionais extremamente respeitados e confiáveis. Isso significa que, os enfermeiros possuem uma posição privilegiada para promover mudanças comportamentais em seus pacientes, orientando-os sobre como ter uma vida saudável. Em muitas regiões do mundo, os enfermeiros são os únicos profissionais de saúde disponíveis para atender a população. Já se é bem concebido que, os enfermeiros são fundamentais no gerenciamento de pacientes hospitalizados, monitorizando seu estado de saúde, administrando medicamentos e cuidando de curativos. A enfermagem também é essencial no desenvolvimento de programas de saúde pública em nível nacional e internacional. Os enfermeiros possuem conhecimentos e habilidades únicas que podem ser utilizados para desenhar políticas de saúde pública, avaliar programas de intervenção e estabelecer estratégias para melhorar a assistência à saúde em

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

comunidades carentes. Também podem trabalhar como consultores, aconselhando órgãos governamentais, ONGs e outras organizações sobre como melhorar e expandir os serviços de saúde em seus respectivos países. Em conclusão, a enfermagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da saúde pública em todo o mundo. Os enfermeiros são fundamentais na prevenção de doenças, promoção da saúde e no desenvolvimento de programas e políticas de saúde pública. Eles garantem que as necessidades de saúde da população sejam atendidas e fazem isso com dedicação e comprometimento.

REFERÊNCIAS

ADAMI, N. P. (1973). **A ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA NA ATUALIDADE BRASILEIRA.** *Revista Brasileira De Enfermagem*, 26(1-2), 46–52. <https://doi.org/10.1590/0034-716719730002000006>.

BREDA, K. L. (2012). **Qual o papel da enfermagem na saúde internacional e global?.** *Texto & Contexto - Enfermagem*, 21(3), 489–490. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000300001>

CUNHA, C. M. dos S. L. M. da ., Henriques, M. A. P., & Costa, A. J. S.. (2021). **A enfermagem de saúde pública e as políticas públicas de saúde: um estudo de caso.** *Escola Anna Nery*, 25(5), e20210204. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0204>.

DIRCE, Stein Backes; Marli Stein Backes; Alacoque Lorenzini Erdmann; Büscher, Andreas. **The role of the nurse in the Brazilian Unified Health System: from community health to the family health strategy.** *Ciência & Saúde Coletiva*; Rio de Janeiro Vol. 17, Ed. 1, (Jan 2012): 223-230. DOI:10.1590/S1413-81232012000100024.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INTOXICAÇÃO ALIMENTAR POR STAPHYLOCOCCUS AUREUS: RELATO DE UMA INVESTIGAÇÃO DE SURTO

Emília Vilela Araújo

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

Este trabalho objetivou descrever uma investigação de surto de intoxicação alimentar em um evento realizado em uma escola no município de Ladainha/MG no ano 2022. Foram avaliadas as possíveis causas e para isso, foram analisados documentos utilizados na investigação epidemiológica (entrevista com comensais), sanitária (roteiro de inspeção sanitária baseado nas legislações vigentes) e laboratorial (análises de alimentos e de material clínico de pacientes). A investigação epidemiológica mostrou se tratar de uma intoxicação alimentar, ao passo que a investigação sanitária revelou uma série de irregularidades no processo de produção dos alimentos. A investigação laboratorial confirmou o agente bacteriano suspeito de causar o surto (*Staphylococcus aureus*) a partir de amostras de sobras da comida oferecidas aos alunos e funcionários, sustentando as suspeitas obtidas nas investigações sanitária e epidemiológica. O êxito desta investigação se deu a partir da ação integrada de várias áreas da saúde, em esforço mútuo para elucidar as causas da ocorrência e a confirmação etiológica, subsidiando as ações políticas de prevenção das doenças transmitidas por alimentos.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

METODOLOGIAS ATIVAS: QUEM VAI ASSUMIR O PAPEL DE PROTAGONISTA?

Mariana Leal Oliveira,

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

A sociedade moderna se modifica a cada momento, hoje vivemos a era do conhecimento, onde qualquer um pode ter acesso a muitas informações em poucos segundos. O ensino baseado em transmissão de conhecimento fazia sentido quando esse não era acessível a todos, atualmente a educação precisa se reinventar para acompanhar a sociedade. Teóricos como Dewey (1959), Rogers (1973), Novack (1999), Freire (2009), Morán (2015), entre outros, defendem a necessidade de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele. As metodologias ativas surgem como pontos de partida para avançar nos processos de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e de reelaboração de novas práticas. Esse estudo objetiva compilar informações publicadas sobre metodologias ativas na educação refletindo sobre papel do aluno no processo de ensino aprendizagem. Entende-se que para a aplicação das metodologias ativas não há receita pronta, mas sim muitas opções que envolvem a criação de desafios, atividades, jogos que solicitam informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam percursos pessoais com participação significativa em grupos, que se inserem em plataformas adaptativas, que reconhecem cada aluno e ao mesmo tempo aprendem com a interação, tudo isso utilizando as tecnologias adequadas. Está claro na aplicação dessas metodologias que o papel a ser desempenhado pelo aluno é fundamental, ele precisa ser o protagonista no processo de ensino aprendizagem. Se esse aluno precisa ser o personagem central de todo o processo, cabe a reflexão sobre se ele está pronto para tal papel. Cabe refletir se toda a vida escolar está preparando esse aluno para ser protagonista ou um mero

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

coadjuvante. As metodologias ativas são uns dos caminhos a trilhar para essa consonância dos espaços de ensino e a sociedade moderna, mas não se pode esquecer que para o aluno estar na posição almejada ele precisa ser preparado e encorajado para isso.

DEWEY, J. *Vida e Educação*. São Paulo: Nacional. 1959.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 36. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

MORAN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: MORALES, O.E.T.; SOUZA, C.A. (Orgs). *Coleção Mídias Contemporâneas: Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens*. vol. II. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. – 180p. p.15-33.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. *Aprender a aprender*. 2. ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. 1999.

ROGERS, C. *Liberdade para Aprender*. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO CERCADA DE CONFLITOS DE INTERESSE

Mariana Leal Oliveira,

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

Atendendo a uma tendência mundial, os empreendimentos poluidores são obrigados a passar por um processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que no caso da legislação brasileira, se insere no âmbito do licenciamento ambiental. Paralelamente a essa tendência, cabe lembrar que a exploração mineral no Brasil e especialmente em Minas Gerais, ostenta um legado de exploração de recursos baseada unicamente no critério financeiro. O intuito desse trabalho é avaliar a legislação ambiental vigente observando os pontos de conflito no que concerne a execução de uma prática sustentável de exploração de recursos naturais como prevê a Constituição Federal e demais leis pertinentes a essa temática. Analisando-se o processo de licenciamento, os órgãos ambientais baseiam-se em documentos, como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), para emitir decisões sobre a viabilidade do empreendimento ou sobre medidas de compensação e mitigação dos impactos gerados. A interface entre o EIA e as atividades antrópicas, como a mineração, compreende diversos agentes que influenciam todo o processo de licenciamento ambiental direta ou indiretamente, o que torna esse produto extremamente dinâmico. Os conflitos aparecem quando se entende que esse documento deveria preservar direitos da sociedade civil quanto aos recursos naturais, entretanto tem subsídio financeiro dos empreendedores mineradores. Mais do que o financiamento para a sua realização, os estudos realizados para o licenciamento ambiental antes de serem apresentados à população ou aos órgãos públicos, passa pelo crivo do empreendedor. Assim, apesar do constante avanço em termos legais, a legislação ambiental permanece frágil e sujeita aos interesses financeiros.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BORATTO, M.V. Licenciamento Ambiental de minerações em Minas Gerais: Novas abordagens de gestão. Brasília: UNB, 2007. 305 p.

OLIVEIRA, P. M.; ANDERY, P. R. P. O processo de licenciamento ambiental no projeto de empreendimentos industriais de mineração. *Gestão e Tecnologia de Projetos*, 2017, 12 (2): 135-150.

SILVA-JUNIOR, L.; ALVARENGA, M.I.N.; GARCIA, S.R. Quality evaluation os environmental licensing processes of minin enterprises in Minas Gerais. *Ambiente e Sociedade*, 2018, 21 (1): 1-22.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O TRABALHO COMO DIREITO SOCIAL (DIREITO FUNDAMENTAL)

WORK AS A SOCIAL LAW (FUNDAMENTAL LAW)

EL TRABAJO COMO DERECHO SOCIAL (DERECHO FUNDAMENTAL)

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG, e-mail: amauryttalbuquerque@gmail.com

Diante da evolução da sociedade, como consequência, surgiu a necessidade de se estabelecer garantia e proteção aos chamados direitos sociais, sobretudo, com o objetivo de, efetivamente, alcançar a dignidade da pessoa humana, princípio norteador do regramento constitucional.

Nesse íterim, a Constituição Federal, em seu capítulo II, no artigo 6º, trouxe expressamente o reconhecimento do trabalho como um direito social fundamental, assim dispondo:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

É inconteste a importância atribuída pelo constituinte ao trabalho, razão pela qual o incluiu no rol de direito social fundamental e, ainda, individualizou às garantias e direitos a ele relacionadas, a partir do seu artigo 7º da Constituição.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Para Canotilho e Vital Moreira (1993, p. 285) citados por Alexandre de Moraes (2010, p. 197):

A individualização de uma categoria de direitos e garantias dos trabalhadores, ao lado dos de caráter pessoal e político, reveste um particular significado constitucional, do ponto em que ela traduz o abandono de uma concepção tradicional dos direitos, liberdades e garantias como direito do homem ou do cidadão genéricos e abstratos, fazendo intervir também o trabalhador (exatamente o trabalhador subordinado) como titular de direitos de igual dignidade.

Como bem observa Nathalia Masson (2015, p. 189):

No caso brasileiro, a preocupação do texto constitucional em dar a devida importância à matéria é nítida e pode ser percebida logo no preâmbulo – que demonstra o propósito de se instituir um “Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança”.

Assim, pela importância dada pela própria Constituição, é de se notar o cuidado, urgência e relevância que devem ser tratadas as questões relacionadas a um direito social fundamental, como é o caso do trabalho, sobretudo, por ser um dos primados na busca da efetiva dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 3. ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

OS MEMES POLÍTICOS COMO UMA FERRAMENTA CIBERDEMOCRÁTICA

POLITICAL MEMES AS A CYBERDEMOCRATIC TOOL

LOS MEMES POLÍTICOS COMO HERRAMIENTA CIBERDEMOCRÁTICA

Simone Alves Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

Ludmila Lopes Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

Os memes políticos começaram a ser discutidos no Brasil, com mais ênfase após as eleições presidenciais de 2014. A cada debate eleitoral, surgiam inúmeros memes no ambiente digital, como o *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. A partir daí, começaram a surgir diversos estudos científicos com vistas a compreender o seu papel dos memes para a democracia virtual. Através das pesquisas Chagas et al., (2017) conseguiu criar uma taxonomia de classificação para os memes políticos, sendo memes persuasivos, que são aqueles que são feitos estrategicamente para serem publicados e para persuadir o eleitor sobre em qual candidato votar. Os memes de ação popular, buscam atingir a coletividade ao engajamento em uma luta ou ideologia, geralmente as imagens veem com o uso de *hashtag* (#) para impulsionar o seu compartilhamento. Já os memes de discussão pública são as imagens com cunho humorístico que buscam evidenciar as falas, gestos ou expressões faciais dos candidatos, pode ser construída através de imagens sobrepostas que podem fazer referência a filmes ou seriados de TV. O estudo tem como objetivo, analisar os memes políticos veiculados nas mídias sociais como

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Facebook, Instagram e Twitter no período de agosto a outubro de 2022 e classificá-los na taxonomia desenvolvida por Chagas et al., (2017) para assim, descobrir como os memes contribuem para movimento ciberdemocrático do país. Acreditamos que esse estudo pode ajudar a desvendar como as tecnologias de informação tem contribuído para a comunicação política.

PALAVRAS-CHAVE: Memes políticos. Ciberdemocracia. Redes Sociais.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Viktor et al. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, n. 38, p. 173-196, 2017. E-ISSN: 1807-8583. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201738.173-196>. Acesso em: 04 de out. 2021.

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. **Revista Famecos**, v. 25, n. 1, p. 27025, 2018. ISSN: 1415-0549. DOI: DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>.

CHAGAS, Viktor. "Não tenho nada a ver com isso": cultura política, humor e intertextualidade nos memes das eleições 2014. 2016. In: **XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016. Acesso em: 04 de out. 2021.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

OS MEMES POLÍTICOS E SEU PAPEL NA CULTURA POPULAR

POLITICAL MEMES AND THEIR ROLE IN POPULAR CULTURE

MEMES POLÍTICOS Y SU PAPEL EN LA CULTURA POPULAR

Simone Alves Martins

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Administração Pública
draalvesmartins@gmail.com

Ludmila Lopes Lima

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestra em Gestão Integrada do Território
ludmilalopesadv@gmail.com

O termo meme foi empregado a primeira vez pelo biólogo e geneticista Richard Dawkins em 1976, com a publicação do livro “o gene egoísta”. Nesse best seller, o meme é associado ao gene humano e sua capacidade de replicação. Os genes se replicam através da reprodução, já os memes se replicam em mentes. Para o autor, tudo que é novo ao homem pode ser replicado, como acontece na linguagem, religião, vestimenta ou uma melodia. Ao se replicar de cérebro em cérebro acabam por contribuir para a evolução cultural. Santana (2018) observa que eles são vistos como entidades ideológico-culturais que, ao serem replicadas, solidificam alguma ideologia. Já para Popolin (2019) eles são elementos digitais que carregam conteúdo viral com o intuito de atingir a consciência humana, através da internet. Dentro do campo de comunicação política, eles são vistos como novo fenômeno contemporâneo capaz de mudar a opinião pública, sendo cada vez mais utilizados nas campanhas eleitorais e pelos candidatos no marketing político digital. Seu estudo, ficou mais evidente após as eleições presidenciais de 2014, em que a eleição ficou conhecida como as “eleições da zueira”, por ter uma material vasto de memes que dominou as redes sociais, a

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

cada debate eleitoral, virando notícia pelos canais de comunicação. Dentro desse cenário, o objetivo desse estudo é analisar a relevância do meme político para a cultura popular e como ele tem contribuído para a comunicação política. Para tanto, a pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica que busca analisar as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 para assim, pode traçar um perfil dos memes políticos publicados nas mídias sociais e verificar qual o papel dessa temática para a construção da Cultura Popular.

PALAVRAS-CHAVE: Memes políticos. Cultura Popular. Comunicação política.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Viktor. A febre dos memes de política. **Revista Famecos**, v. 25, n. 1, p. 27025,

2018. ISSN: 1415-0549. DOI: DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.1.27025>.

DAWKINS, Richard. O gene egoísta. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

POPOLIN, Guilherme. Memes de discussão pública: o mito da conspiração comunista no Brasil. In: **VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2019, Brasília. Anais [...] Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2019. p.398-417.

SANTANA, Laís Batista; NIGRO, Carla Bianca; GOVEIA, Fábio Gomes. Memes e condenação do ex-presidente Lula: metodologia e análise de coleta de imagens. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. 2018, Belo Horizonte/MG. **Anais** [...] Belo Horizonte/MG. 2018, p.1-15. Disponível em: <https://docplayer.com.br/133153428-Memes-e-condenacao-do-ex-presidente-lula-metodologia-e-analise-de-coleta-de-imagens-1.html>. Acesso em: 23 de set. 2022

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL) NO ENSINO SUPERIOR

Mariana Leal Oliveira

A atual sociedade requer profissionais que possuam competência técnica aliada a capacidade de resolver problemas em diferentes contextos. O aprendizado baseado em problemas (PBL) pretende tornar os alunos capazes de aplicar os conteúdos teóricos em problemas práticos. Diante desse contexto, esse trabalho pretende, através de uma revisão bibliográfica, apresentar visões sobre a inserção da aprendizagem baseada em problemas (PBL) no ensino superior. A PBL tem como ponto de partida a situação-problema, que traz uma questão próxima da realidade que o aluno enfrentará em sua profissão, sem resposta pronta, causando a dúvida que é própria da experiência reflexiva. Entender a finalidade do PBL como recurso metodológico é vivenciar a redução das lacunas que existem entre a vida acadêmica e profissional. Vivenciando e resolvendo problemas no ambiente educacional, o discente se prepara e se identifica ao longo do processo com a sua escolha profissional. Estudos com discentes mostram que o PBL possibilita a aquisição de autonomia para a busca contínua do conhecimento; desenvolve a capacidade de comunicação e de relações interpessoais, condição que é favorecida pelo trabalho em pequenos grupos e pelo seu processo que exige trocas de informação, respeito mútuo, bem como saber fazer e receber críticas; possibilita o desenvolvimento do raciocínio analítico e do pensamento crítico, levando a uma prática contextualizada e ampliada; e ainda promove a articulação teórico-prática. Os dados pesquisados refletem uma baixa implementação dessa estratégia metodológica no ensino superior, revelando a perpetuação de um ensino baseado na transmissão de conhecimento. Não incluir metodologia atuais que coloquem o aluno no centro do processo de ensino aprendizagem é distanciar as instituições da vida prática e isso resulta na formação de profissionais inaptos para atuar nos espaços sociais. Cabe aos professores a constante inovação e atualização de forma a fomentar a aprendizagem real e necessária.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CYRINO, E.G.; TORALLES-PEREIRA, M.L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Cadernos de Saúde Pública*, 2004, 20(3):780-788.

GUISSO, D. P. *et al.* Aprendizagem baseada em problemas (PBL) no ensino superior: Concepções introdutórias. *Revista Científica Intelletto*, 2022, 4(3), 23-29.

RODRIGUES, P.A.; *et al.* Aprendizagem baseada em problema na graduação de enfermagem: Percepção dos estudantes e egressos. *New trends in qualitative research*, 2022, 13 (1), 1-10.

SANTOS, S.R. O aprendizado baseado em problemas (Problem based learning – PBL). *Revista Brasileira de Educação Médica*, 1994,18 (3), 97-132.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO TRABALHISTA
PRINCIPLES APPLICABLE TO THE LABOR RELATIONSHIP

PRINCIPIOS APLICABLES A LA RELACIÓN LABORAL

Lucas Soares Maciel

Bacharel em Direito, especialista em Direito Processual Penal e Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes, especialista em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público e Escola Superior da Advocacia, e-mail: lucassmacieladv@gmail.com

Marcos Cezar Magalhães Ganem

Mestre em Educação, gestão social e desenvolvimento regional pela faculdade Vale do Cricaré, graduado em direito pela Universidade de Minas Gerais, e-mail: marcosganemadvogados@uol.com.br

Amaury Tomaz Tenório de Albuquerque

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em direito social, Delegado Regional de Teófilo Otoni/MG: amauryttalbuquerque@gmail.com

Os princípios, de um modo geral, servem para orientar o aplicador do direito, bem como o legislador, cada um em sua respectiva área de atuação.

Os princípios podem, ainda, ter efeito de regras, quando estabelecem normas que devem ser observadas por todos, seja operador, legislador ou as pessoas sobre as quais recaiam os seus efeitos jurídicos.

Fato é que, os princípios norteiam o Direito como um todo e, fundamentalmente, ao que pertine o Direito do Trabalho, os princípios tem uma importância e atuação extremamente relevantes, sendo que, inclusive, tem princípios próprios que auxiliam os operadores, legisladores e as pessoas em geral que de algum modo sofra influência da referida matéria.

Para Henrique Correia (2016, p. 54)

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Os princípios representam a base do ordenamento jurídico. O Direito do Trabalho possui princípios específicos, que desempenham funções essenciais para a interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Esses princípios servem de orientação para os aplicadores do direito (juízes, procuradores do trabalho, advogados, etc.) e têm, ainda, a função de inspirar e orientar os legisladores (deputados e senadores) na elaboração das leis.

Quem ainda esclarece sobre o tema é José Cairo Jr. (2015, p. 87), vejamos:

O Direito é composto por regras e princípios. Por princípio entende-se tudo aquilo que orienta o operador do Direito na sua atividade interpretativa. Serve, também, para guiar o legislador quando no exercício da sua função de legislar, fato que leva o princípio a ser um elemento presente em todo o sistema jurídico do qual faz parte.

Em alguns casos, o princípio jurídico assume as feições da própria regra jurídica ao estabelecer normas de conduta a serem observadas pelas pessoas (princípio-regra). Nesse caso, em termos comparativo, o princípio seria mais abstrato e genérico do que a regra jurídica.

Além de ser classificado também como meio de integração das eventuais lacunas legais.

Desse modo, os princípios jurídicos atuam tanto na origem formal quanto na interpretação, integração e aplicação do direito, circunstância que leva à conclusão de que há uma estreita relação entre os princípios e as fontes materiais do Direito, pois os primeiros derivam da natureza que o Direito ou cada um dos seus ramos possui.

Alguns princípios, são aplicados a qualquer ramo do direito e, por conta disso, são denominados de princípios gerais do direito, como a proibição de causar prejuízo a alguém (*neminem laedere*), proibição de enriquecimento sem causa, presunção de boa fé, proibição de arguir a própria torpeza em benefício próprio, força obrigatória dos contratos etc.

Inclusive, o citado art. 8 da CLT faz referência expressa a tais princípios, que devem ser utilizados nos casos em que a regra jurídica trabalhista for omissa (função integrativa).

Assim, é claramente perceptível que no âmbito do Direito do Trabalho, os princípios, em alguns casos, têm efeito normativo, sobretudo, quando há lacuna ou ausência legislativa de determinadas matérias.

O reconhecimento da força e importância dos princípios no Direito do Trabalho decorre da necessidade de se estabelecer condições dignas ao empregado de desempenhar o seu trabalho. Assim, na grande maioria das matérias atinentes ao Direito do Trabalho existem princípios que visam, sobretudo, a proteção da parte hipossuficiente da relação empregatícia, qual seja o trabalhador.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

REFERÊNCIAS

CAIRO JUNIOR, José. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

CORREIA, Henrique. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

AS PERSPECTIVAS DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO DO MUNICÍPIO DE NANUQUE – MG NA APLICABILIDADE DA LEI 13.021, EM PROL DO RESGATE DA FARMÁCIA COMO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Naidilene Chaves Aguilar

Camila Souza Neris

Daniel Sarapu

Deivison Vinicius Barroso

Emilia Vilela Araujo

Emiliane Pereira Laignier

José Roberto Passos Junior

A profissão farmacêutica vem passando por transformações ao longo do tempo, que foram desencadeadas pelo desenvolvimento e mecanização industrial, aliada à padronização de formulações para a produção de medicamentos em larga escala e à descoberta de novos fármacos, sempre considerados de eficácia superior pela indústria, resultado da pesquisa farmacêutica de alta complexidade (PEREIRA & FREITAS, 2008).

O processo de descaracterização das farmácias comunitárias e do farmacêutico atuante nesta área com o decorrer dos anos vem se tornando cada vez mais visível e, passivo da tomada de medidas que almeje o resgate da sua essência principal, a de estabelecimento de saúde. Em acordo a esta realidade a Presidência da República sancionou no dia 08 de agosto de 2014 a Lei 13.021, que rege as ações e serviços de assistência farmacêutica, com o objetivo de resgatar a farmácia como estabelecimento de saúde, além de restabelecer a aproximação do farmacêutico com o paciente. O presente trabalho utilizou-se de questionários cujo enfoque central está em avaliar as perspectivas dos profissionais farmacêuticos em relação à aplicabilidade da Lei 13.021. O exposto estudo denota que apesar do processo de descaracterização sofrido pela farmácia comunitária ao longo dos anos, os profissionais do município de Nanuque – MG, não creditam essa possibilidade, uma vez que os mesmos já reputam a farmácia onde atuam como sendo um estabelecimento de saúde, contudo consideram a Lei 13.021 benéfica, em razão de a mesma apontar melhorias no que diz respeito aos serviços de saúde prestados por esses estabelecimentos.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ACRE, 2009 LEI Nº 2.148, DE SETEMBRO DE 2009. Disponível em:<<http://www.al.ac.leg.br/leis/wpcontent/uploads/2014/09/Lei2148.pdf>>Acesso em: 05/05/20015.

ANGONESI & SEVALHO G. Atenção farmacêutica: fundamentação conceitual e crítica para um modelo brasileiro; Ciênc. saúde coletiva vol.15 supl.3 Rio de Janeiro Nov. 2010.

FREITAS, O.; CHAUD, M.V.; UETA, J.; SHUHAMA, I.K. O farmacêutico e a farmácia: Uma análise retrospectiva e prospectiva. Rev. Pharm. Bras., v.30, n. p.85-87, 2002.

IVAMA AM, NOBLAT L, CASTRO MS, OLIVEIRA NVBV, JARAMILLO NM, RECH N. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2002.

OLIVEIRA, Andrezza Beatriz.; OYAKAWA, Carlos Norio.; MARILIS, Dallarmi Miguel.; ZANIN, Sandra Mária Warumby.; MONTRUCCHIO, Deise Prehs. Obstáculos da Atenção Farmacêutica no Brasil. Rev. Bras. Ciên. Farm., v.41, n.4, p.409-413, 2005

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília, DF, 2002.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E SUPLEMENTAÇÃO COM O USO DE SILAGENS

Lidianne Carolina de Castro Weitzel

Josean de Castro Viera

Marlise Almeida da Silveira

Mayra Soares Santos

Murilo Rocha Rodrigues

Naidilene Chaves Aguilár

Paulo Henrique Vieira Brant

Philipe Luan Brito

Pollyana Pereira Barreiros

Ricardo Nogueira Maisch

No Brasil grande parte da criação de gado é voltada para a produção leite. Dentre os maiores estados produtores no ano de 2021, destaca-se Minas Gerais (IBGE, 2021). Os maiores desafios dentro da atividade leiteira é a produção de alimento economicamente viável e que atenda às necessidades nutricionais dos animais para alcançar seu máximo potencial de produção. A maior parte da produção de leite no Brasil é baseada em sistemas a pasto. Entretanto, as condições climáticas não permitem que se consiga produção de forragem adequada durante todo o ano. Para enfrentar tal adversidade, a prática de ensilagem de forrageiras entra como alternativa na suplementação do rebanho durante o período seco, mantendo os animais com produção e peso satisfatório. A silagem de milho é a principal alternativa utilizada pela pecuária nacional como suplementação volumosa durante o período seco do ano. As práticas de ensilagem influenciam o grau de qualidade da mesma. A má condução dos processos de ensilagem pode influenciar negativamente na qualidade final da silagem, não permitindo que os objetivos estabelecidos sejam atingidos e garantindo, na maioria das vezes, o prejuízo do sistema. A silagem é o processo mais antigo e tradicional de conservação de alimentos para nutrição animal. Os relatos mais seguros indicam a utilização da prática de ensilagem de forrageiras entre 1000 a 1500 anos a. C. pelos papiros egípcios (BERNARDES & AMARAL, 2010). A silagem consiste na conservação de alimento úmido sob condições de anaerobiose, que limitam o crescimento de microrganismos que venham a depreciar o valor nutricional do alimento. O processo fermentativo começa com a presença de oxigênio e uma população de microrganismos aeróbicos. Com o consumo total de oxigênio pelos microrganismos aeróbicos, os microrganismos anaeróbicos aumentam rapidamente, produzindo energia por meio da fermentação láctica. Este último processo promove a queda do pH do meio, que passa a inibir o desenvolvimento de microrganismos anaeróbicos, entrando assim a silagem no processo de

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

estabilização. O processo de fabricação da silagem engloba corte, trituração, compactação e armazenamento do material nesta ordem em ambiente totalmente fechado, chamado de silos, para que ocorra todo o processo de fermentação, transformação e armazenamento da silagem com menor número possível de perdas nutricionais.

BERNARDES, T. F., AMARAL, R. C. do. Silagem: uma breve história. Milkpoint, 2010. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br/radar-tecnico/conservacao-deforragens/silagem-uma-breve-historia-65427n.aspx>. Acessado em 26 de maio. 2023.

IBGE (2021) Produção de Leite. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/leite/br>. Acesso em 26 de maio de 2023.

GOULART, M. W. Aspectos produtivos da silagem de milho e sua influência na produtividade leiteira de uma propriedade do Vale do Taquari/RS. Porto Alegre, março de 2022

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

SOCIOLOGIA, SUA GÊNESE, SEU OBJETO E MÉTODO

Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho.

Josean de Castro Viera

Marlise Almeida da Silveira

Mayra Soares Santos

Murilo Rocha Rodrigues

Naidilene Chaves Aguilar

Paulo Henrique Vieira Brant

Philipe Luan Brito

Pollyana Pereira Barreiros

Ricardo Nogueira Maisch A Sociologia como ciência social criada há pouco tempo, na História intelectual do Ocidente, emergiu no contexto científico da modernidade, com o francês Augusto Comte (1798-1857), e, em seguida, com o sociólogo que deu à Sociologia **status** de Ciência propriamente dita, em sua obra: *As Regras do Método Sociológico*, ambos utilizaram o método da Física Moderna de Galileu Galilei – empírico/formal. Anteriormente, à Sociologia do século XIX, desde tempos mais remotos, uma reflexão social ou o início de investigação social já havia e desabrochava. Vale ressaltar, que as primeiras buscas de compreensão dos fenômenos das forças sociais, alicerçavam-se nas narrativas gregas, no paradigma mitológico, no narrado ou **mythós**. Pedia-se auxílio, por exemplo, aos deuses do Olimpo na Grécia primitiva e nos feitos dos heróis mitológicos objetivando explicar alguns fenômenos sociais. No período Antigo e na Idade Média até o início do século XIX, os empreendimentos de ações que possuíam por finalidade compreender a vida em sociedade foram, totalmente, influenciados pela Filosofia e Teologia. Como exemplo, o filósofo Platão de Atenas (427-347 a.C), na obra: **A República**, e Aristóteles de Estagira (384-322 a.C), com as obras: **Política** e **Ética a Nicômaco**. Aristóteles disse, categoricamente, que o conceito de homem é “**zoôn logikôn politikôn**”, ou seja, “animal racional político”, aquele que vive socialmente na **pólis** (cidade). Por mais estranho que se possa parecer, Aristóteles de **Estagira**, na sua **Ética a Nicômaco** criou o método teleológico (télós, finalidade, propósito) mais (logos) razão, ou seja, tratado racional do agir humano. Voltando à modernidade, com os (2) (dois) primeiros sociólogos do século XIX, acima mencionados – esses utilizaram o método experimental/matemático – para compreender o objeto da Sociologia e o seu método rigoroso, respectivamente, o estudo sistemático do comportamento humano em sociedade e o método que procura controlar a Natureza buscada de empréstimo da Física Moderna, de Galileu Galilei (1564-1642) – empírico/formal ou experimental matemático. Tal método deu ao cientista da Natureza senso preciso de orientação geral para planejar e executar sua Ciência – a Física Moderna, depois a Química e a Biologia. Contudo, esse método é inapropriado sua

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

aplicabilidade às Ciências Sociais, porque traz precisão matemática, e, a vida em sociedade é interpretativa ou hermenêutica, e, um dos métodos de interpretação da sociedade é o teleológico pensado por Aristóteles de Estagira na Grécia Antiga. O ser humano não pode ser interpretado dentro de uma fórmula matemática ou verbal, porque possui razão e liberdade e a liberdade reside em seu pensamento. Utilizar o método empírico/formal na interpretação das Ciências Sociais é o mesmo que reduzi-las ao positivismo filosófico.

Palavras-chave: Ciência Social, Vida Social, Método Empírico/Formal, Teleológico, Positivismo.

Referências

ANDERY, Maria Amália. MICHELETTO, Nilza. *Et al. Para Compreender a Ciência: Uma Perspectiva Histórica*. 9ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2019, edição especial 1. O presente volume inclui a consagrada numeração da edição referencial de Bekker, de 1832, impressa às margens do texto.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A EVOLUÇÃO DA INTERCAMBIALIDADE E DA ACEITAÇÃO POPULAR DAS NOVAS CLASSES DE MEDICAMENTOS: REFERÊNCIA, GENÉRICOS, SIMILARES E BIOSSIMILARES

Naidilene Chaves Aguilar
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philipe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

A Intercambialidade é a possibilidade de troca entre elementos sem que afete o seu desenvolvimento, rendimento ou aplicação. O receituário médico traz o nome do medicamento prescrito com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou a Denominação Comum Internacional (DCI), mas no momento de adquirir o produto o cliente recebe a oferta de trocar por um medicamento similar ou biossimilar, ao invés de adquirir o medicamento de referência ou genérico conforme prevê a legislação. A troca de medicamentos ainda gera grandes dúvidas para a população e para os farmacêuticos, além da grande publicidade e práticas de bonificações da indústria que interfere na decisão do prescritor. Para que haja a intercambialidade entre os medicamentos é necessário que apresentem os mesmos fins terapêuticos e profiláticos, segurança, eficácia e qualidade. O objetivo do trabalho é apresentar informações que possam auxiliar na escolha do medicamento mais adequado para o cliente possibilitando a intercambialidade de medicamentos com melhor custo-benefício. No decorrer do trabalho concluiu-se que a introdução dos medicamentos genéricos, gerou grandes rejeições por partes das empresas produtoras, pacientes e prescritores. Com o passar dos anos, conforme o acesso as informações sobre esses produtos foram sendo divulgados, a sociedade passou a aceitar os genéricos, dando início a intercambialidade entre as classes de medicamentos

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ARAÚJO, L.U.; ALBUQUERQUE, K.T.; KATO, K.C.; SILVEIRA, G.S.;

MACIEL, N.R.; SPÓSITO, P.A.; et al. Medicamentos genéricos no Brasil:

panorama histórico e legislação. *Rev Panam Salud Publica*, p. 480-489, 2010.

BATISTA, D. V.; FRANCISCO, E. C.; ANDRADE, R. S.; FRANÇA, R. A. Grau de aceitação dos medicamentos genéricos por idosos no município de Turmalina - SP. *Fundação Educacional de Fernandópolis*, Fernandópolis, p. 15-25, 2011.

BERMUDEZ, J. Medicamentos Genéricos: Uma Alternativa para o Mercado

Brasileiro. *Cad. Saúde Públ*, Rio de Janeiro, 10 (3): 368-375, Jul/Set, 1994.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC n.135, de 29 de maio de 2003. Regulamento técnico para medicamentos genéricos. Diário Oficial da União, Brasília, 02 jun. 2003. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genericos/legis/resolucoes/2003/135_03rdc.htm>.

Acesso em: 19 agost. 2015.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CRIAÇÃO DE SUÍNOS E O USO DA LISINA

Lidiane Carolina de Castro Weitzel

Josean de Castro Viera

Marlise Almeida da Silveira

Mayra Soares Santos

Murilo Rocha Rodrigues

Naidilene Chaves Aguilar

Paulo Henrique Vieira Brant

Philipe Luan Brito

Pollyana Pereira Barreiros

Ricardo Nogueira Maisch

A criação de suínos no Brasil é dedicada ao fornecimento de proteína de origem animal para alimentação dos seres humanos. Segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em seu relatório anual de 2002, o consumo per capita da carne de suíno chegou a 18 Kg, as exportações em março de 2023 atingiram uma marca de 106.9 mil toneladas e a produção no ano de 2022 bateu em 5 milhões de toneladas. Para atingir altas produções, vários estudos são feitos buscando aliar genética, nutrição, manejo e ambiência resultando em efeitos benéficos para a suinocultura. A linhagem, a raça, a heterose, o sexo, o estágio de desenvolvimento estão diretamente aliados as exigências nutricionais dos suínos. ROSTAGNO, et al., 2017. Neste contexto as pesquisas envolvendo aminoácidos industriais se fazem necessária devido à importância nutricional desses elementos para formulação de rações visando atender as exigências dos animais de acordo com a categoria em que se encontram e o sexo, minimizando assim os gastos dentro da cadeia produtiva (CANDIDO 2018). Para suprir as necessidades dos animais de produção, alguns aminoácidos são de extrema importância, como a lisina, que é importante na dieta desses animais. Porém rações a base de milho e soja, apresentam baixas concentrações desse nutriente, sendo necessária a suplementação. O perfil do consumidor de carne suína vem mudando, a preferência por carnes com menor teor de gordura já é uma realidade, diante disso os estudos envolvendo o uso da lisina buscam atender esse nicho de mercado. Segundo MORAES, 2022 o uso de lisina busca atender essas mudanças em relação a porcentagem de gordura nas carcaças de suínos, sendo uma estratégia para se obter carne magra e atingir uma melhor aceitação pelo mercado consumidor. De acordo com GATTAS, et al, 2012 o nível de lisina é variável para animais em crescimento e terminação principalmente em relação a genética. Suínos híbridos comerciais com alto potencial genético para deposição de carne apresentam uma maior exigência desse aminoácido devido a necessidade metabólica aumentada para deposição de tecido muscular.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Associação Brasileira de Proteína Animal. ABPA. Relatório Anual da ABPA 2022. Disponível em :< <https://abpa-br.org/> > acesso em: 26 de maio de 2023.

CANDIDO, E.M. **Metanálise de níveis de lisina total em distas de suínos machos castrados na fase de crescimento-terminação no Brasil.** Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do diploma de graduação em Zootecnia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2018.

GATTÁS, G. et al. Inclusão de lisina digestível em dietas para leitoas dos 60 aos 100 dias de idade. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 64, p. 1317-1324, 2012.

MORAES, R. C. Características de carcaça e qualidade de carne de suínos alimentados com níveis crescentes de lisina, com e sem ractopamina. Rio Verde. 2022.

ROSTAGNO,H.S.; et al. **Tabelas Brasileiras para Aves e suínos: Composição de Alimentos e Exigências Nutricionais**, 4ª edição, Viçosa , MG: UFV 2017. 488p.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER E SUA INFLUÊNCIA NA DIMENSÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS O DESENCANTAMENTO DO MUNDO E DIREITOS HUMANOS RELEGADOS

MAX WEBER'S SOCIOLOGY AND ITS INFLUENCE ON THE DIMENSION OF THE SOCIAL SCIENCES THE DISENCHANTMENT OF THE WORLD AND RELEGATED HUMAN RIGHTS

Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philippe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

O objetivo deste resumo é apontar o quanto a vida humana se mediocrizou na camada social mais pobre que vive à margem do sistema capitalista e também da camada social que abraçou tal sistema. Ambas as camadas se desnaturalizaram. Objetiva-se refletir sobre a separação da vida humana da natureza sob o olhar do sociólogo Max Weber, (1864-1920). Sabe-se que a humanidade irrompe em sociedades humanas – progressivamente artificiais – tanto do ponto de vista tecnológico quanto das engenharias, inclusive, da alimentação. Urbanizam-se para a humanidade, conforme as classes sociais, esses procedimentos tecnológicos e engenhosos se inclinam e se dispõem a alavancar sociedades postizas que envolvem artifícios mirabolantes. Nessa ideologia, se vende o sonho da perfeição humana. Nada mais ululante ou clamorosa a tão decantada qualidade de vida; que chega a provocar o riso, a exemplo: “a ave *qualis*” de determinada marca de nutrição animal em festas natalinas. O atual mundo de artefatos de luzes pisca-pisca – onomatopeia para apresentar vidas luminosas e intermitentes – como se fosse ir à dança dos faroletes de cor vermelha e laranja para apontar mudança de direção do veículo. No caso, mudança de direção da própria vida humana trivializada. O avanço da medicina, a obsessão pelo culto ao corpo, e, infinitas capacidades de decodificar os genes e dar novas modalidades e rumos a eles; enfim artificializar a vida. O posicionamento quanto aos contextos dos marginalizados se verifica quanto à globalização e o neoliberalismo que segue o toque de caixas das multinacionais. Dessa maneira, as imensas congregações financeiras se estabelecem

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

em países do terceiro mundo com populações subdesenvolvidas e desqualificadas para o trabalho, essas ficam à mercê da mão de obra barata formando nas grandes cidades o que se denomina de cinturão de pobreza ou exército de reserva. Tal mão de obra desqualificada não possui outra saída a não ser – admitir salários irrisórios – para desenterrar insumos do subsolo, futuros componentes essenciais para fabricação de mercadorias finais no primeiro mundo e consumidos no primeiro mundo. Em apertada síntese, baixos salários apontam para a pobreza nas sociedades contemporâneas a nível global. O sociólogo Max Weber (1864-1920), autor da **Sociologia Compreensiva e teleológica** descreveu essa desfaçatez mundial com a seguinte expressão: **“Desencantamento do Mundo”**. O sociólogo em comento se dedicou a tal tema na conferência “Ciência como Vocação” proferida em 1917. Tal expressão criada por Max Weber surgiu em sua fase tardia de suas obras, no artigo, **“Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”** do ano de 1910. Assim sendo, se pode dizer que nas sociedades tradicionais, existia unidade ética entre o homem e a natureza. Os (4) (quatro) elementos da natureza entre outros possuíam aromas ou fragrâncias e sabores. Ainda, possuíam um sentido admirável ou porque não dizer divino e espantoso. Assim sendo, nas atuais condições mundiais não há lugar para pessoas com deficiências físicas, pessoas ditas como feias, pobres, ou excluídos. Os direitos humanos de fato, lamentavelmente não possuem aplicabilidade em tal dimensão de exclusão e “desencantamento do mundo”.

Palavras-chave: Sociologia weberiana. Desencantamento do mundo, exclusão de Direitos Humanos. Desnaturalização da vida humana.

Keywords: Weberian Sociology. Disenchantment of the world, exclusion of Human Rights. Denaturalization of human life.

OLIVEIRA. Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática. 2001.

WEBER. Max. **Ciência e Política Duas Vocações**. Tradução: Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

<http://www.qualisnutricao.com.br/produtos>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Desencantamento_do_mundo#:~:text=Weber%20se%20dedi%20a%20este,compreensiva%22%20que%20%C3%A9%20de%201910.

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20114/1/2016_dis_egpeixoto.pdf

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS PELO CORPO ESTUDANTIL DA UNEC/FANAN CAMPUS UNEC DE NANUQUE – MG

Naidilene Chaves Aguilar
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philipe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

Com a criação da Lei dos genéricos no Brasil, a população passou a ter o direito de adquirir medicamentos de eficácia e qualidade e com preços mais acessíveis no mercado. Ainda há uma grande rejeição quanto ao uso do genérico pela população, devido mais precisamente pela falta de esclarecimentos a respeito dessa classe de medicamento. O genérico passa por testes rigorosos fiscalizados pela ANVISA, para comprovar qualidade, segurança, eficácia, biodisponibilidade e bioequivalência semelhante aos dos produtos de referência para obter a licença para sua comercialização. Assim permite a intercambialidade dos genéricos em relação ao de referência. Os preços reduzidos dos genéricos em comparação aos de referência, se deve exclusivamente por não haver gastos em pesquisas e desenvolvimento (P&D) de uma nova molécula, e ainda em marketing do produto. Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar o conhecimento e a aceitação dos medicamentos genéricos pelos alunos da UNEC-FANAN, e ainda dispor de informações que justifiquem a segurança e qualidade desses medicamentos. De acordo os dados obtidos neste trabalho, através das pesquisas realizadas, verificou-se que os medicamentos genéricos possuem boa participação e aceitabilidade nos entrevistados,mas ainda se faz necessária a implantação de políticas para aumentar a credibilidade e maior aceitação a

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

esses medicamentos tanto pela população como pela classe medica que ainda recusa prescreve-los.

A credibilidade na eficácia e qualidade do genérico é um fator determinante para que os usuários confiem no genérico e aceitem a intercambialidade do ético pelo genérico. Com relação ao índice de confiança nas capacidades do farmacêutico na intercambialidade do medicamento de referência pelo medicamento genérico, conclui-se que o farmacêutico é um profissional de grande importância no que diz respeito à conscientização da população quanto ao uso do genérico

ARAUJO, Lorena Ulhôa; ALBUQUERQUE, Kemile Toledo de; KATO, Kelly Cristina, SILVEIRA, Gleiciely Santos; MACIEL, Náira Rezende; SPÓSITO, Pollyanna Álvaro; BARCELLOS, Neila Márcia Silva; SOUZA, Jacqueline de; BUENO, Márcia; , STORPIRTIS, Sílvia. **Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação Rev Panam Salud Publica. 2010; 28(6):480–92.**Ouro Preto, São Paulo.

BATISTA, DriélleValin; FRANCISCO, Elisangela Costa; ANDRADE, Ranielly de Souza; FRAÇA, Renato Almeida. **Grau deaceitação dos medicamentos genéricos por idosos no município de Turmalina-SP.** Turmalina. 2011.

BORGES, Ana Rita. **A importância dos medicamentos genéricos.** Fernandópolis-SP. 2012.

CARRASCO, CláudiaScapim; LACERDA, Gabriela Cristina; MAGNOLER, Leniani de Souza; VIGETA, Michelle Caetano. **Aceitação de medicamentos genéricos pelos usuários da rede publica de quatro cidades do noroeste paulista.** Indiaporã, Mira Estrela, Ouroeste e Populina. 2012.

CHAROTTA, Teresa Cristina Alves; BERNARDO, Heloisa Pinna; FOUTO, Nuno Manoel Martins Dias. **Genéricos – uma realidade de mercado: análise do comportamento dos preços de 2008 a 2001 no Brasil.** XVI SEMEAD Seminários em Administração. São Paulo. 2013.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

FARIA, Marta Adelino da Silva; TAVARES-NETO, José. Popular knowledge of generic medicine in a medical care and training District of the Municipality of Rio Branco, Acre State, Brazil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 15, n. 3, p. 37-45, set. 2006

FERNANDES, José Augusto; COUTINHO, José Vieira; VALLE, Marcelo Gonçalves do. **Aceitação do medicamento genérico em diferentes níveis de escolaridade e renda familiar do Distrito Federal.** Brasília. 2011.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

EXPECTATIVAS PARA PRODUÇÃO DE FRANGO DE CORTE NO BRASIL

Lidiane Carolina de Castro Weitzel

Josean de Castro Viera

Marlise Almeida da Silveira

Mayra Soares Santos

Murilo Rocha Rodrigues

Naidilene Chaves Aguilar

Paulo Henrique Vieira Brant

Philipe Luan Brito

Pollyana Pereira Barreiros

Ricardo Nogueira MaischO Brasil é um país com grande potencial para produção de proteína de origem animal, devido a diversidade climática e territorial. Dentre as criações, temos o frango de corte, que é considerada uma das atividades agropecuárias com grande destaque pela forma intensa de produção, que atende ao mercado consumidor (SILVA, M. V.; et al, 2022). Os sistemas de produção de frango de corte na sua maioria adotam o confinamento, onde as aves ficam em galpões climatizados ou não, dependendo da região, até atingirem o peso para abate. Os custos com a produção são de extrema importância para que se consiga alcançar a produtividade esperada e obter lucros. A alimentação a base de milho e soja é o grande desafio para os produtores. Segundo pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no ano de 2022 os custos de produção tiveram uma queda. Avaliado pelo Índice de Custo de produção de Frangos, o ICPFrango, baixou 2,61% no mês de junho em relação a maio, fechando em 423,50 pontos, o menor valor registrado em 2022. Essa redução no valor da produção está associada a queda no preço dos custos com a nutrição e aquisição de pintinhos, cerca de (-2,46%) e (- 0,21 %) respectivamente. Esses dados são extremamente importantes para o produtor poder se planejar e atender as expectativas do mercado. De acordo com a ABPA, associação brasileira de proteína animal a criação de frango de corte pode alcançar 14,5 milhões de toneladas em 2022, seguindo o mesmo aumento para as projeções de 2023, podendo chegar até 15 milhões de toneladas. A disponibilidade de produtos destinados ao mercado interno também apresenta crescimento com uma produção esperada de 9,8 milhões em 2023 (ABPA, 2023). Em relação a exportação considerando os produtos *in natura* e processados o mês de janeiro de 2023 alcançou 420,9 mil toneladas superando a produção de 349,1 mil toneladas no mesmo período em 2022 (ABPA, 2023).

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

SILVA, M.v.; et al. EFEITO DE DENSIDADE DE CRIAÇÃO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DE CARÇA DE FRANGOS DE CORTE ROSS 308. MS,2022.

Associação Brasileira de Proteína Animal. ABPA. **2022 e 2023: novas projeções da ABPA para a produção, consumo e exportações.** Disponível em :< <https://www.avisite.com.br/2022-e-2023-novas-projecoes-da-abpa-para-a-producao-consumo-e-exportacoes/> > acesso em: 26 de abril de 2023.

Associação Brasileira de Proteína Animal. ABPA. **Exportações de carne de frango crescem 20,6% em janeiro.** Disponível em < <https://abpa-br.org/area-exclusiva/exportacoes-de-carne-de-frango-crescem-206-em-janeiro/>> acesso em: 26 de abril de 2023.

Empresa brasileira de pesquisa agropecuária. EMBRAPA. **Custos de produção de frangos de corte subiram 14,21% em 2018.** Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/40691218/custos-de-producao-de-frangos-de-corte-subiram-1421-em-2018> > acesso em: 26 de abril de 2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CHÁ VERDE (CAMÉLLIA SINENSIS), SUAS PROPRIEDADES FUNCIONAIS E INFLUÊNCIA NO METABOLISMO CORPORAL. UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA NA ELUCIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DO CHÁ

Naidilene Chaves Aguilar
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philipe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

A *Camellia sinensis* é um arbusto de primícias asiáticas, que dá origem ao chá verde, hoje considerado um alimento funcional e que vem apresentando um aumento mundial em seu consumo, demonstrando efeitos positivos sob a prevenção e tratamento de diversas doenças, como a obesidade. Muitos estudos mostram que de fato o chá verde apresenta muitos benefícios à saúde e têm efeitos importantes no tratamento de distúrbios de peso por meio de seus componentes, contudo em muitos casos, os resultados obtidos em estudos realizados com o chá verde, em sistemas *in vitro* ou *in vivo*, são divulgados fora do contexto, induzindo a população a utilizá-lo de forma inadequada, o que muitas vezes pode gerar ações farmacológicas inesperadas pela ação de outros compostos. O chá verde demonstra efetividade na maioria das pesquisas observadas, porém sua utilização ainda deve ser estudada, pois os mecanismos de ação são variados e a dosagem certa a ser consumida ainda não foi preestabelecida. O objetivo deste trabalho foi pesquisar por meio de levantamentos bibliográficos as propriedades e os efeitos da utilização do chá verde para a saúde, principalmente em relação ao uso para emagrecer, levando

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

em conta seus benefícios e malefícios para a saúde humana. Os estudos já realizados sugeriram que a ingestão de chá verde pode ser útil na prevenção de distúrbios de obesidade devido às catequinas, pois todos apresentaram nítidas melhorias em doenças relacionadas a alterações nos níveis de colesterol e em relação ao estilo de vida. Por fim, podemos afirmar que o chá verde pode sim trazer benefícios à saúde humana, desde que consumido de forma correta e moderada, porém, ainda são necessárias mais pesquisas para elucidar os mecanismos de ação dos compostos da bebida.

ACHESON, K.J. et al. **Metabolic effects of caffeine in humans: lipid oxidation or futile cycling?** *The American Journal of Clinical Nutrition*, Lusiana/USA, v. 79, n. 1, p. 40-46, Jan. 2004.

BARRAUD, H. et al. **Hepatotoxicité de La phythérapie: données cliniques, biologiques, histologiques et mécanismes en cause pour quelques exemples caractéristiques.** *Gastroentérologie Clinique et Biologique*, Vandœuvre-lès-Nancy, FRA, v. 28, n. 6, p. 540-550, Jun. 2004.

BATISTA, G.A.P. et al. **Estudo prospectivo, duplo cego e cruzado da *Camellia sinensis* (chá verde) nas dislipidemias.** *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, São Paulo/SP, v. 93, n. 2, p. 128-134, Ago. 2009.

BATTESTINI, V.; MATSUDA, L. & MACEDO, G.A. **Fontes e aplicações de taninos e tanases em alimentos.** *Alimentos e Nutrição*, Araraquara/SP, v. 15, n. 1, p. 63-72, Mar. 2004.

CAÑIGUERAL, S. & VANACLOCHA, B. **Fitoterapia: Vademecum de Prescripción.** 4. ed., Barcelona: Masson, 2003, p.1091.

CHENG, T.O. **All teas are not created equal: the chinese green tea and**

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

cardiovascular health. *International Journal of Cardiology*, Washington/USA, v. 108, n. 3, p. 301-308, Jun. 2006.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CONTRIBUIÇÃO DA ESPÉCIE *OREOCHROMIS NILOTICUS* NA PRODUÇÃO DE PEIXE BRASILEIRA

Lidianne Carolina de Castro Weitzel

Josean de Castro Viera

Marlise Almeida da Silveira

Mayra Soares Santos

Murilo Rocha Rodrigues

Naidilene Chaves Aguilar

Paulo Henrique Vieira Brant

Philipe Luan Brito

Pollyana Pereira Barreiros

Ricardo Nogueira Maisch Considera-se pescado todo tipo de peixe, camarões, ostras e mexilhões, rãs, jacaré que são destinados alimentação humana. A produção é destinada para o consumo *in natura*, cerca de 156 milhões de toneladas e 22 milhões de toneladas para obtenção de óleos e farinhas de peixe, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Em 2022 o relatório publicado pelo Boletim da Aquicultura mostrou uma produção de 122,6 milhões de toneladas animais aquáticos. Dentre eles temos destaque para tilápia, pacu caranha, tambaqui, pirapitinga, matrinxã, bijupirá e dourado. Tilápia, pacu e tambaqui apresentaram produções de 84,417 toneladas, 456 toneladas e 8,63 toneladas respectivamente (MAPA, 2021). A tilápia vem se destacando nas produções por apresentar características de rusticidade e altas produções, é uma espécie tolerante aos diferentes tipos de criação, originária da África do Sul, conhecida como “Tilápia-do-nilo” (*Oreochromis niloticus*), e que já foi considerada praga pela sua rápida capacidade de reprodução atingida com 30 kg. Porém essa problemática foi revertida implantando então a reversão sexual, que consiste no fornecimento de rações com hormônios masculinos que viabilizou a criação e o cultivo da tilápia deslançou rapidamente. (CAMPECHE; GUILHERME, 2019). Para produção em cativeiro é a espécie que mais cresce no Brasil sendo a segunda no ranking de produção, ficando atrás somente da carpa e ainda é a primeira (MAPA, 2022). Os brasileiros em geral consomem o pescado em torno de 9 kg/habitante/ano, já as populações localizadas em regiões ribeirinhas chegam a quase 150 kg *per capita*/ano. (LOPES et al., 2016). A ingestão dessa fonte de proteína é extremamente importante visto que os peixes apresentam uma composição lipídica com elevados índices de ácidos graxos, ômega 3, além das proteínas que contém aminoácidos essenciais como metionina, lisina e cisteína, o que não é fornecido quando utilizamos somente dieta a base de grãos, é considerada assim como leite e ovo um alimento nutricionalmente com grande valor biológico.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

NUNAN, C.; et al. **Disponibilidade de peixes para o mercado consumidor brasileiro, contribuição da pesca industrial, artesanal, da piscicultura e dos importados.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Graduação em Nutrição Universidade Cruzeiro Do Sul SP. 2022.

CAMPECHE, D.F. B.; GUILHERME, L. C. **Piscicultura na agricultura familiar. Embrapa Semiárido, Brasília, p. 363-393. 2019.** Disponível em: < <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/208471/1/Piscicultura-naagricultura-familiar.pdf> Acesso em: 27 de maio de 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. MAPA. **Consumo e tipos de peixes no Brasil.** Disponível em :< <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/rede-do-pescado/consumo-e-tipos-de-peixes-no-brasil#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20consumo%20de,9%20kg%2Fhabitante%2Fano.>> acesso em: 27 de abril de 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. MAPA. **Boletim da aquicultura em águas da união 2021** Disponível em :< https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/aquicultura-1/BoletimAquiculturaemguasdaUnio2021Final_compressed.pdf > acesso em: 27 de abril de 2023.

Ministério da Agricultura e Pecuária. MAPA. **Aspectos técnicos e econômicos da produção de tilápias em tanques-rede no Lago de Palmas-TO, Parque Aquícola Brejinho II.** Disponível em :< <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1146882/1/doc-52-2022.pdf> > acesso em: 27 de abril de 2023.

LOPES, I. G. et al. **Perfil do consumo de peixes pela população brasileira.** Biota Amazônia open jornal system. Macapá. v.6 n.2 p.62-65, abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/1929>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANÁLISE DA DISPENSAÇÃO DE FITOMEDICAMENTOS EM UMA FARMÁCIA MAGISTRAL DE NANUQUE-MG

Naidilene Chaves Aguilar
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philipe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

O tratamento farmacológico das doenças, do ponto de vista histórico, teve início com o uso de plantas medicinais, atravessando mais de 2000 anos dos tempos antigos aos modernos como base na medicina tradicional, mas a partir de 1800 as plantas medicinais começaram a serem relegadas para o segundo plano devido ao progresso da “ciência médica”. Hoje, a fitoterapia acumulou um grande conhecimento empírico, mas está atrasada cientificamente, principalmente no que diz respeito a testes de eficácia em estudos clínicos controlados, o que faz com que sua aceitação nos círculos profissionais diminua (Schulz, HÄNSEL & TYLER, 2002).

A dispensação de fitoterápicos tem aumentado sem que haja validação científica que comprove a utilização segura de todos. O objetivo do trabalho foi analisar a dispensação de fitomedicamentos realizada em um período de seis meses em uma farmácia magistral de Nanuque-MG através de uma pesquisa quantitativa, retrospectiva e documental. Foram coletados dados sobre a dispensação de fitomedicamentos, utilizando para tal as fixas de dispensação. Os dados obtidos foram tabulados e organizados com os medicamentos fitoterápicos em ordem decrescente de frequência de dispensação, sendo mostrados todos os fitoterápicos presentes em cada formulação. Os 5 fitomedicamentos mais dispensados durante o período em estudo foram o Ginkgo biloba (57 vezes), isoflavonas (23 vezes), a associação entre centelha asiática, alcachofra, carqueja, cavalinha, fucus visiculosus e cascara sagrada (12 vezes), Tribulus terrestris (12 vezes)

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

e chá verde (11 vezes), correspondendo, como pode ser visto no gráfico acima, a 32%, 13%, 7%, 7% e 6%, sendo que a dispensação de todos os outros medicamentos correspondeu a 35% do total. Os medicamentos mais vendidos durante o período analisado foram cápsula de ginkgo biloba, cápsula de isoflavonas, cápsula com a associação medicamentosa composta de centelha asiática, alcachofra, carqueja, cavalinha, fucus vesiculosus e cascara sagrada, cápsula de tribulus terrestres e cápsula de chá verde. Desses cinco medicamentos a associação medicamentosa e o tribulus terrestres possuem validação científica, sendo usados unicamente a base de conhecimento empírico. Os outros 3 medicamentos possuem validação científica em estudos clínicos

ALVES, N. D. C.; et al. Avaliação da Adequação Técnica de Indústrias de Medicamentos Fitoterápicos e Oficiniais do Estado do Rio de Janeiro. Ciênc. Saúde Coletiva, nº 13, Rio de Janeiro, abr. 2015.

ETHUR, L.Z.; et al. Comércio Formal e Perfil de Consumidores de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Município de Itaqui – RS. Revista Brasileira de Plantas Medicinais, vol.13, nº 2, Botucatu, 2018.

SILVEIRA, P. F.; BANDEIRA, M. A. M.; ARRAIS, P. S. D. Farmacovigilância e Reações Adversas às Plantas Medicinais e Fitoterápicos: Uma realidade. Revista Brasileira de Farmacognosia, vol.18, nº 4, João Pessoa, out./dez. 2018.

BALBINO, E. E.; DIAS, M. F. Farmacovigilância: Um passo em direção ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. Revista Brasileira de Farmacognosia, vol. 20, nº 6, Curitiba, dez. 2013.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CORDEIRO, C. H. G.; CHUNG, M. C.; SACRAMENTO, L. V. S. do. Interações Medicamentosas de Fitoterápicos e Fármacos: *Hypericum perforatum* e *Piper methysticum*. Revista Brasileira de Farmacognosia, vol.15, nº 3, João Pessoa, jul./set. 2013.

VIEIRA, S. C. H. Levantamento de fitoterápicos manipulados em farmácias magistrais de Dourados-MS. Revista Brasileira de Farmacognosia, vol.20, nº 1, Curitiba, jan./mar. 2010.

RIBEIRO, A. Q.; LEITE, J. P. V.; DANTAS-BARROS, A. M. Perfil de Utilização de Fitoterápicos em Farmácias Comunitárias de Belo Horizonte Sob a Influência da Legislação Nacional. Revista Brasileira de Farmacognosia, vol.15, nº 1, João Pessoa, jan./mar. 2005.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ÓTICA PROFISSIONAL: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NA EQUIPE DE SAÚDE A RESPEITO DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NA ATENÇÃO BÁSICA

Naidilene Chaves Aguilar
Josean de Castro Viera
Marlise Almeida da Silveira
Mayra Soares Santos
Murilo Rocha Rodrigues
Naidilene Chaves Aguilar
Paulo Henrique Vieira Brant
Philipe Luan Brito
Pollyana Pereira Barreiros
Ricardo Nogueira Maisch

A partir das portarias do Ministério da Saúde de número 698 de 03 de Março de 2006 e 154 de 24 de Janeiro de 2008 onde se deu a criação do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), têm-se a inserção do profissional farmacêutico na atenção básica, vista como relevante sua atuação em todo o ciclo de assistência à saúde preconizado pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) (Arcanjo, 2011). O presente artigo parte do seguinte problema: Qual a percepção dos profissionais da equipe da saúde da atenção básica a respeito da inserção do profissional farmacêutico na atenção básica e o papel da Assistência Farmacêutica? Objetivando explorar como os profissionais e gestores da ESF do município de Nanuque – MG percebem a possível contribuição do farmacêutico às equipes através do NASF, levantando a questão do conhecimento sobre a atuação do farmacêutico e suas competências no contexto geral e no cotidiano do serviço de saúde. Trata-se de um estudo exploratório, de natureza descritiva, utilizando instrumentos quanti-qualitativos, baseado no grau de complexidade do objeto em estudo. O material utilizado foi um questionário semiestruturado, onde participaram uma amostra de 42 profissionais (40%) das ESF's do município de

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Nanuque/MG, como agentes comunitárias de saúde, auxiliares de enfermagem e enfermeiras. Na tabela 1 conclui-se que acerca do conhecimento sobre as atribuições do farmacêutico, 83% dos entrevistados responderam que sabem quais são as atribuições e 17% responderam não sabem. Na tabela 2, 100% dos entrevistados julgam importante a presença do farmacêutico na farmácia do ESF. Na tabela 3, 88% responderam que já foram atendidos por um farmacêutico e 12% responderam que nunca foram. Na tabela 4, em relação ao conceito sobre a Assistência Farmacêutica, 69% dos entrevistados responderam conhecer, 21% responderam que não sabem e 10% não responderam a esta pergunta. A importância do farmacêutico numa equipe multiprofissional foi percebida pelos outros profissionais de saúde, porém, apesar de considerarem a Assistência Farmacêutica importante, estes possuem pouco conhecimento sobre seu conceito e atribuições, reduzindo esta à simples dispensação de medicamentos feita pelo profissional farmacêutico, o que acaba por dificultar essa inserção.

VINHOLES, Eduardo Rocha; ALANO, Graziela Modolon; GALATO, Dayani. A percepção da comunidade sobre a atuação do Serviço de Atenção Farmacêutica em ações de educação em saúde relacionadas à promoção do uso racional de medicamentos. **Saude soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, Junho 2018 .

BASTOS, Cláudia Regina Garcia; Caetano, Rosângela. As percepções dos farmacêuticos sobre seu trabalho nas farmácias comunitárias em uma região do estado do Rio de Janeiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 3541-3550, 201.

ARAUJO, Aílson da Luz André de; FREITAS, Osvaldo de. Concepções do profissional farmacêutico sobre a assistência farmacêutica na unidade básica de

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

saúde: dificuldades e elementos para a mudança. **Rev. Bras. Cienc. Farm.**, São Paulo, v. 42, n. 1, mar. 2013

ARAUJO, Aílson da Luz André de; PEREIRA, Leonardo Régis Leira; UETA, Julieta Mieke; FREITAS, Osvaldo de. Perfil da assistência farmacêutica na atenção primária do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 611-617, 2008.

SALVIANO, Luiza Herbene Macêdo Soares; LUIZA, Vera Lucia; PONCIANO, Ângela Maria de Souza. Percepção e condutas de profissionais da Estratégia Saúde da Família acerca de reações adversas a medicamentos. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 20, n. 1, março 2011.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ANÁLISE DOS ÍNDICES DE MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDÍACAS E RESPIRATÓRIAS DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA-MG

Amanda Tomázia Silva Reis

As patologias que limitam e afetam o desempenho das atividades de vida podem ser diversas e incluem doenças crônicas como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, respiratórias, câncer, entre outras. Essas doenças correspondem às maiores causas de morbimortalidade no Brasil e podem afetar significativamente a qualidade de vida das pessoas submetidas. (MINISTÉRIO DA SAÚDE)

No entanto, não existem dados que acompanham a evolução dessas doenças na macrorregião do Jequitinhonha em Minas Gerais. Para obter esses dados, seria necessário realizar um estudo epidemiológico que coletasse informações sobre a ocorrência dessas doenças na região ao longo do tempo.

A obtenção desses dados seria importante para ajudar na formulação de políticas de saúde pública direcionadas à prevenção e ao tratamento dessas doenças na região. Com essas informações, seria possível identificar quais doenças têm maior impacto na saúde da população local, quais grupos de pessoas são mais acolhedores e quais medidas de prevenção e tratamento têm sido mais eficazes. Com base nessas informações, os governos locais e estaduais poderiam desenvolver estratégias mais eficazes para lidar com esses problemas de saúde e melhorar a qualidade de vida da população.

O presente estudo teve como objetivo investigar a mortalidade geral na macrorregião Jequitinhonha – MG para doenças cardíacas e respiratórias, nos períodos de 2009 a 2019.

Este é um estudo descritivo ecológico que utilizou dados secundários do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) no DATASUS para a região de Jequitinhonha-MG, com análise parcial dos dados de mortalidade geral. O estudo

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

abordou as doenças cardíacas e respiratórias, classificadas no CID:10, durante um período de 11 anos, a partir de 2009. A análise dos dados envolveu a exportação de uma tabela no formato Excel, com informações sobre mortalidade, seguida da aplicação de técnicas de análise estatística descritiva, incluindo a média aritmética e a porcentagem dos dados brutos obtidos.

A informação apresentada sugere que as doenças do aparelho circulatório são a principal causa de mortalidade no Vale do Jequitinhonha no período entre 2009 e 2019, com uma média aritmética de 541,18 óbitos. A curva de incidência dessas doenças é crescente na maioria dos anos, exceto em 2013 e 2018, onde houve uma diminuição temporária no número de mortes. É importante notar que, mesmo com essa queda temporária, a tendência geral é de crescimento.

Além disso, o aumento de mortes por doenças respiratórias no mesmo período foi de 161,08%, o que indica um aumento significativo nesse tipo de doença. É possível que isso esteja relacionado a fatores ambientais, estilo de vida ou outros fatores que podem estar encorajados para o aumento das mortes por doenças respiratórias na região.

Os óbitos mencionados sugerem que é importante investigar e abordar a questão da mortalidade por doenças cardíacas e respiratórias na população da macrorregião de Jequitinhonha-MG. Essa abordagem pode ajudar a entender melhor os fatores que iniciaram essas doenças e traçar um perfil epidemiológico da região. Com essa informação, é possível desenvolver estratégias para prevenir ou tratar essas condições de saúde, efetivamente a qualidade de vida das pessoas na região.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

CARVALHO, M. H. R.; CARVALHO, S. M. R.; LAURENTI, R. Tendência de mortalidade de idosos por doenças crônicas no município de Marília-SP, Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v.23, n.2, Apr-Jun 2014.

LEAL, L. F. *et al.* Epidemiology and burden of chronic respiratory diseases in Brazil from 1990 to 2017: analysis for the Global Burden of Disease 2017 Study. *Rev bras epidemiol*, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-az/doencas-cronicas-nao-transmissiveis> . Acesso em 30 abr. 2023.

PIUVEZAM, G. *et al.* Mortalidade em Idosos por Doenças Cardiovasculares: Análise Comparativa de Dois Quinquênios. *Arq Bras Cardiol*. Natal, v.105, n.4, p.371-380, 2015.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

FATO SOCIAL CONTROLE E CONDICIONAMENTO EM DETRIMENTO INTERPRETATIVO NA CIÊNCIA DO DIREITO NO BRASIL

Geraldo Guilherme Ribeiro de Carvalho
Amanda Tomázia Silva Reis

Émile Durkheim (1858 – 1917), em sua obra: “As Regras do Método Sociológico” (2001. p. 31), criou, em primeiro lugar, orientações para a Sociologia, e, apresentou os fatos sociais com a seguinte de definição: “Fatos sociais são o modo de pensar, sentir e agir de um determinado grupo social”. Acrescentou a esta três características imprescindíveis para a configuração dos fatos sociais “*sine quo non est*”, isto é – sem o qual não há – que se falar em fato social, a saber: **generalidade** – o fato social abrange a todos os indivíduos indistintamente; **exterioridade** – o fato social é externo à consciência do indivíduo, ou seja, sua existência independe do quer individual e **coercitividade** – os indivíduos se sentem ameaçados a segui-lo, sob pena de sanção. Como exemplos, de fatos sociais, Durkheim citou o Direito, a Religião, a Família, a Escola, etc. **Noutro giro**, a Ciência do Direito, ciência normativa acompanhada de sanção, à época, da criação do Fato Social, pretendeu equipará-la a formatação do Fato Social. Tal corrente da Filosofia do Direito é intitulada: Positivismo Jurídico. Todavia, o fato social por meio de suas três características imprescindíveis cria (três) círculos concêntricos, e, o indivíduo fica preso a estas figuras geométricas no seu interior. Hodiernamente, no Brasil, país conservador e retrógado, por excelência interpreta-se o Direito dentro dessa perspectiva concêntrica. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Lei nº 12.376 de 2010 dispõe em seu artigo 5º o seguinte: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”. Fins, finalidade, propósito, do grego – **télos** de caráter teleológico permite ao juiz alargar a interpretação da norma jurídica, com amplitude de visão e sem viseiras legais. Esse artigo da (**LIBI**) é uma regra geral de Hermenêutica Jurídica, impõe ao Juiz a apoiar e aplicar sempre aos fins sociais a que a norma jurídica se destina e às exigências do bem comum. Em face do conservadorismo e da herança colonialista do Brasil a aplicação desse dispositivo legal é muito tímida ou quase imperceptível nos julgados brasileiro. Sua batalha prática e profissional era para estar sendo travada especialmente nas questões da terra, no campo e na cidade, naqz questões do mundo do trabalho e na luta pelos direitos humanos, compreendidos, prioritariamente, como direitos dos oprimidos. Mas, a Herança maldita obstaculiza a aplicação e o exercício da cidadania por parte da magistratura nacional. Afinal, conforme diz o adágio sociológico, “os mortos possuem mais força do que os vivos”.

Palavras-chave: **Fatos sociais, Positivismo Jurídico. Viseira Legal. LIBI, Direitos Humanos.**

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Referências

ANDERY, Maria Amália. MICHELETTO, Nilza. *Et al. Para Compreender a Ciência: Uma Perspectiva Histórica*. 9ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DALLARI. Dalmo de Abreu. *Direito Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

RIBEIRO, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense 2001.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm Lei nº 12.376 de 2010. Artigo 5º.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Estudo descritivo das CRIANÇAS acometidas por sífilis CONGÊNITA na Região Ampliada de Saúde do Nordeste Mineiro, entre os anos de 2012 e 2022

DESCRIPTIVE STUDY OF CHILDREN AFFECTED BY CONGENITAL SYPHILIS IN THE EXPANDED HEALTH REGION OF NORTHEAST MINEIRO, BETWEEN 2012 AND 2022

ESTUDIO DESCRIPTIVO DE LOS NIÑOS AFECTADOS POR SÍFILIS CONGÉNITA EN LA REGIÓN DE SALUD AMPLIADA DEL NORESTE DE MINEIRO, ENTRE 2012 Y 2022

Manuella Botelho Laure Nogueira
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade (UFVJM)
Enfermeira, Especialista em Vigilância em Saúde (Sírio Libanês), Especialista em Gestão Hospitalar (UNIMONTES), Especialista em Gestão de Saúde Pública com ênfase em PSF (DOCTUM).
manuellabotelholaure@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Cardoso Nogueira
Docente da Universidade Federal dos Vales Mucuri e Jequitinhonha - UFVJM
Mestre em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Geólogo, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento (UCAM PROMINAS)
carloosedunogueira@hotmail.com

Allyne Aparecida Dias da Silva Castro
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Enfermeira, Especialista em Acupuntura
professoraallynedias@gmail.com

Considerando a meta de reduzir a mortalidade infantil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou estratégias para prevenir a ocorrência de agravos preveníveis que estão relacionados intimamente com desfechos adversos no

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

nascimento, das quais podemos destacar a prevenção da ocorrência de sífilis congênita.

A OMS (2014) estima que a sífilis comprometa aproximadamente um milhão de gestações por ano no globo, ocasionando mais de 300 mil mortes fetais e neonatais, expondo por volta de outras 200 mil crianças ao risco de morte prematura.

Para Araujo *et al.* (2019), há uma maior probabilidade de ocorrência de Infecção Sexualmente Transmissível (IST) em mulheres jovens, de baixa escolaridade e renda. A idade e a renda familiar estão associadas ao menor acesso à assistência em saúde, bem como aos exames complementares durante o pré-natal comprometendo sobremaneira o transcurso da gestação.

A identificação, notificação e tratamento das gestantes acometidas pela sífilis permite minimizar a proliferação do agravo, pois permite ofertar tratamento em tempo oportuno para a gestante, o recém-nascido e as parcerias. **Objetivo:** identificar por meio do estudo das fichas de notificação compulsória do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), as características (gênero, raça, ocorrência do agravo por ano) das crianças acometidas por sífilis congênita, na Região Ampliada de Saúde Nordeste de Minas Gerais, entre os anos de 2012 e 2022. **Método:** trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo, de abordagem quantitativa descritiva, com análise espacial. Foram utilizados os dados dos bancos do SINAN (2023), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do IBGE cidades, referentes aos 57 municípios da Região Ampliada de Saúde Nordeste de Minas Gerais. **Resultados:** Identificou-se um total de 756 notificações de sífilis congênita entre 2012 e 2022. 2012 (11 casos), 2013 (25 casos); 2014 (35 casos); 2015 (55 casos); 2016 (52 casos); 2017 (49 casos); 2018 (82 casos); 2019 (108 casos); 2020 (97 casos); 2021 (124 casos); 2022 (118 casos). No que se refere ao campo gênero, 50,79% das notificações são femininas, 48,02% das notificações são masculinas e 1,19 identificadas como indeterminada. Em relação ao preenchimento do campo raça, 628 notificações (83,07%) identificados como pardos; 74 notificações (9,79%) identificados como brancos; 26 notificações (3,44%) com campo ignorado; 14 notificações (1,85%) com o campo em branco e 3 notificações (0,4%) identificados como indígenas. **Conclusão:** Observou-se um aumento na identificação do casos no período avaliado, provavelmente em decorrência dos esforços dos serviços de saúde pública em implantar a realização dos testes rápidos, além da triagem dos casos nas maternidades.

Considerando a complexidade que os serviços de saúde requerem e a necessidade em se trabalhar em equipe, a junção de esforços de diversos setores faz com o que o objetivo de promoção à saúde idealizado seja alcançado. Esforços para implementação do diagnóstico precoce é apenas um dos objetivos, que seria a erradicação dessa doença milenar e prevenível em nosso cotidiano. A

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

identificação regional dos casos permite fomentar discussões sobre a implementação de políticas públicas de que fato contemplem a nossa região de saúde.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. A. L.; ANDRADE, R. F. V.; BARROS, V. L.; BERTONCINI, P. M. R. P. Fatores associados aos desfechos desfavoráveis provocados pela Sífilis na gestação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 19, n. 2, abr./jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/180693042019000200009>>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ALMEIDA, R. *Econometria Espacial Aplicada* (2012). Editora: Alínea. Campinas, SP. ISBN: 978-85-7516-601-7

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Sífilis**. OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/es/temas/sifilis>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Determinantes Sociais da Saúde**. OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab1>> Acesso em: 29 ago. 2022.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de Ação para Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente 2018-2030**. [s.l.], 2018. Disponível em: < <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49609/CD56-pt.pdf?sequence=16&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde nas Américas +**. Edição 2017. Resumo do Panorama Regional e Perfil do Brasil. Disponível em: < <http://iris.paho.org>. > Acesso em: 22 jan. 2022.

Painel Temático Sífilis Congênita, 2012 a 2022. Macrorregião Nordeste. Regional de Saúde – Teófilo Otoni. Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/paineistematicos/sifilis/sifiliscongênita.Painel>. Acessado em 02 abr. de 2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

**IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR
NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/ MG – UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS
DADOS REFERENTES AO PERÍODO DE 2012 A 2021**

**IDENTIFICATION OF THE OCCUPATIONAL HEALTH SITUATION PROFILE IN
THE CITY OF TEÓFILO OTONI/ MG – A DESCRIPTIVE ANALYSIS OF DATA
REFERRING TO THE PERIOD FROM 2012 TO 2021**

**IDENTIFICACIÓN DEL PERFIL DE SITUACIÓN DE SALUD OCUPACIONAL
EN LA CIUDAD DE TEÓFILO OTONI/ MG – ANÁLISIS DESCRIPTIVO DE
DATOS REFERENTES AL PERÍODO DE 2012 A 2021**

Manuella Botelho Laure Nogueira
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade (UFVJM)
Enfermeira, Especialista em Vigilância em Saúde (Sírio Libanês), Especialista em
Gestão Hospitalar (UNIMONTES), Especialista em Gestão de Saúde Pública com
ênfase em PSF (DOCTUM).
manuellabotelholaure@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Cardoso Nogueira
Docente da Universidade Federal dos Vales Mucuri e Jequitinhonha - UFVJM
Mestre em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Geólogo, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento
carloosedunogueira@hotmail.com

Allyne Aparecida Dias da Silva Castro
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Enfermeira, Especialista em Acupuntura
professoraallynedias@gmail.com

Introdução: De acordo com estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS)(2022), os determinantes sociais podem ser mais importantes do que cuidados de saúde ou escolha de estilos de vida, por isso, uma abordagem nesse contexto é fundamental para melhorar a saúde e amenizar as iniquidades sociais. O desenvolvimento das políticas públicas no Brasil relacionadas à saúde do trabalhador avançou, observa-se uma preocupação maior no combate ao trabalho escravo em nosso território, que infelizmente ainda é uma realidade (BRASIL, 2005).

Para Mendes (1999), os trabalhadores compartilham os perfis de adoecimento e morte da população em geral, em função de sua idade, gênero, grupo social ou

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

inserção em um grupo específico de risco. Os trabalhadores podem adoecer ou morrer por causas relacionadas ao trabalho, como consequência da profissão que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que seu trabalho é ou foi realizado.

Atualmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com demais órgãos e entidades responsáveis pelo assunto, desenvolveu um Observatório, que aqui no país é mantido pelo Ministério Público do Trabalho. Nesse dispositivo digital é possível identificar o perfil de cada município do país, de acordo com as notificações emitidas pelos profissionais de serviços de saúde no Sistema de Informações de Notificações de Agravos (SINAN) e dados do INSS. **Método:** trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo, de abordagem quantitativa descritiva, com análise espacial. Foram utilizados os dados dos bancos do OIT/ SmartLab 2023. **Resultados e Discussão:** Conforme dados disponibilizados no OIT, no período de 2012 a 2021 no município de Teófilo Otoni/MG identificamos no banco de dados do SINAN, um total de 2660 registros de acidentes de trabalho.

No que se refere a perfil dos setores econômicos, há destaque para os atendimentos hospitalares com total de 855 notificações (33%); seguidos de 105 notificações ocorridas no comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios- hipermercados e supermercados (4%); 99 ocorrências relacionadas a construção de edifícios (4%); 97 ocorrências envolvendo transporte rodoviário de carga (4%); 93 ocorrências em obras para geração e distribuição de energia elétrica para telecomunicações (4%)

De acordo com os dados disponibilizados pelo INSS e tratados pelo SmartLab (2023), as lesões mais frequentes no período de 2012 a 2022 foram: 668 notificações de corte, laceração, ferida contusa, punctura (29%); 427 notificações de fraturas (19%); 258 notificações de contusão, esmagamento (11%); 223 notificações de escoriação, abrasão (10%); 172 notificações de distensão, torção (7%).

Em relação ao campo ocupação, 446 notificações foram de técnicos de enfermagem (20%); 100 notificações foram de motoristas de caminhões (rotas nacionais e internacionais), totalizando 4% das notificações; 92 notificações com servente de obras (4%); 67 notificações foram com Enfermeiros (3%)

Conclusão: A análise dos dados regionais é importante pois permite identificar o perfil local e assim auxiliar na definição de políticas públicas efetivas para minimizar a ocorrência dos acidentes. Observa-se que os profissionais de saúde se destacam no cenário de notificações, fomentando a discussão da necessidade de diminuição de jornadas de trabalho, melhoria em qualificação profissional, a fim de minorar a ocorrência desses acidentes.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB/RH-SUS). 3. ed. rev. atual. Brasília: MS; 2005.

<https://nacoesunidas.org/oms-empresas-devem-promover-saude-mental-de-funcionarios-no-ambiente-trabalho/> Acessado em 10 de dezembro de 2018, às 07:10.

<https://observatoriosst.mpt.mp.br/> Acessado em 27 de abril de 2023.

MENDES, R. Aspectos conceituais da patologia do trabalho. In: MENDES. R. Rio de Janeiro, Atheneu, 1999. Pág: 33-47

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

**ANÁLISE DA DINÂMICA DA ECONOMIA CAPITALISTA E O SEU IMPACTO
NA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO
OTONI/ MG – UMA ANÁLISE DOS DADOS DE 2012 A 2021**

**ANALYSIS OF THE DYNAMICS OF THE CAPITALIST ECONOMY AND ITS
IMPACT ON THE OCCUPATIONAL HEALTH SITUATION IN THE CITY OF
TEÓFILO OTONI/ MG – AN ANALYSIS OF DATA FROM 2012 TO 2021**

**ANÁLISIS DE LA DINÁMICA DE LA ECONOMÍA CAPITALISTA Y SU
IMPACTO EN LA SITUACIÓN DE SALUD OCUPACIONAL EN LA CIUDAD DE
TEÓFILO OTONI/ MG – UN ANÁLISIS DE DATOS DE 2012 A 2021**

Manuella Botelho Laure Nogueira
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade (UFVJM)
Enfermeira, Especialista em Vigilância em Saúde (Sírio Libanês), Especialista em
Gestão Hospitalar (UNIMONTES), Especialista em Gestão de Saúde Pública com
ênfase em PSF (DOCTUM).
manuellabotelholare@yahoo.com.br

Carlos Eduardo Cardoso Nogueira
Docente da Universidade Federal dos Vales Mucuri e Jequitinhonha - UFVJM
Mestre em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Geólogo, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento
carloosedunogueira@hotmail.com

Allyne Aparecida Dias da Silva Castro
Mestra em Tecnologia Ambiente e Sociedade
Enfermeira, Especialista em Acupuntura
professoraallynedias@gmail.com

Introdução: De acordo com Almeida e Lima (2018), com a Revolução Industrial, a relação do homem com o trabalho apresentou mudanças macroestruturais, essas alterações resultaram em modificações nas dinâmicas do processo de saúde e doença do trabalhador, considerando as novas formas de trabalho que dispunham de jornadas extenuantes de trabalho, utilização de máquinas.

O processo de Industrialização, veio com intuito de aumentar significativamente a produção dos bens de consumo, conseqüentemente, uma maior geração de lucro. Para Landes (1994), com a mecanização veio a busca da velocidade, tanto no sentido literal do movimento mais rápido das máquinas, quanto no sentido correlato da maior produção por unidade de tempo.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A evolução da trajetória da saúde do homem vem sendo muitas vezes condicionada ao desenvolvimento econômico de determinada região. Dadas as formas de trabalho que já se caracterizaram como primitivo, escravo, feudal, socialista, capitalista, observam-se características peculiares de cada período. Há uma correlação entre fatores determinantes e condicionantes, tais como alimentação, moradia, meio ambiente, lazer, acesso a serviços ditos essenciais relacionados diretamente à Saúde do Trabalhador que precisam ser analisados dentro de cada contexto histórico, conforme apontam os estudos de Costa *et al.* (2021).

Saúde é um completo bem-estar físico, mental e social, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, no que se refere à saúde do Trabalhador no Brasil, a Lei 8080/1990 se apresenta como um forte marco regulatório na criação de políticas públicas voltadas para esse eixo. Havendo desde então uma preocupação em ofertar serviços que conjetem o cuidado para o trabalhador (BRASIL, 2017).

De acordo com os estudos de Gomez, Vasconcelos e Machado (2018), o campo da saúde do trabalhador é a somatória do patrimônio acumulado na Saúde Coletiva, baseados no movimento da Medicina Social latino-americana.

Resultados e Discussão: Conforme dados disponibilizados no Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, no período de 2012 a 2021 no município de Teófilo Otoni/MG, foram registrados gastos com auxílio doença por acidente de trabalho (B91) no valor de R\$ 567 milhões. Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho (B 92) foi no valor de R\$ 2,8 milhões. Pensão por morte por acidente de trabalho (B93) foi no valor de R\$ 1,6 milhões.

Neste mesmo período identificamos no banco de dados do SINAN, um total de 2660 registros de acidentes de trabalho, destacando as seguintes ocorrências: apresentou um total de 1541 notificações relacionadas a acidentes com material biológico (58%); 562 notificações de acidentes de trabalho grave (21%); 382 notificações por acidentes com animais peçonhentos (14%); 90 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho (3%); 43 notificações por LER/DORT (2%); 40 notificações por intoxicação exógena (2%).

Conclusão: Observa-se que o montante financeiro disponibilizado para auxílio doença é muito significativo se comparado a investimentos em outras áreas da saúde na região estudada. O que nos faz refletir na necessidade em adotar medidas mais efetivas na prevenção da ocorrência desses agravos para a população, impactando diretamente nos meios de produção e geração de renda da comunidade.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ALMEIDA, J.C.D.;LIMA,I.A.D. A segurança e saúde no regime CLT e no regime estatutário:uma abordagem no planejamento governamental comparando o tema nos dois regimes. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba, v.7, n. 1,p. 2-28, jan./abr.2018. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/5679>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Manual Técnico do Curso Básico de Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. Disponível em : <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/manual-tecnico-do-curso-basico-de-vigilancia-em-saude-do-trabalhador-manual-ms-2018/?wpdmdl=10150>

David S. Landes, *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Editora Nova Fronteira, 1994, 664 páginas. Tradução de Vera Ribeiro. Publicado na *Folha de São Paulo*, 18 de setembro de 1994.

COSTA, A.A.M.C.;MIRANDA, H.A.;SILVA,I.D.M.;RAMOS, R..L.;DIAS,D.M.D.B. Um Breve Histórico da Saúde Ocupacional. Saúde do trabalhador e da trabalhadora no Brasil: uma abordagem holística e integrada / Organizado por Tatiliana Bacelar Kashiwabara et al. - Diamantina: UFVJM, 2021. 249 p.: il. ISBN: 978-65-87258-16-4

Gomez CM, Vasconcellos LCF, Machado JMH. A brief history of worker's health in Brazil's Unified Health System: progress and challenges. *Cien Saude Colet*. 2018 Jun;23(6):1963-1970. Portuguese, English. doi: 10.1590/1413-81232018236.04922018. PMID: 29972503. Acesso em: 27 de abril de 2023.

<https://observatoriosst.mpt.mp.br/Acessado> em 27 de abril de 2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DESENVOLVENDO LIDERANÇA E ENGAJAMENTO EM EQUIPES DE TRABALHO: ESTRATÉGIAS EFICAZES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

DEVELOPING LEADERSHIP AND ENGAGEMENT IN WORK TEAMS: EFFECTIVE HUMAN RESOURCE MANAGEMENT STRATEGIES

DESARROLLAR EL LIDERAZGO Y EL COMPROMISO EN LOS EQUIPOS DE TRABAJO: ESTRATEGIAS EFECTIVAS DE GESTIÓN DE RECURSOS HUMANOS

Priscila Garcia Marques
Amanda Tomázia Silva Reis

A liderança é essencial para o sucesso de qualquer equipe de trabalho. Os líderes que conseguem engajar suas equipes e promover uma cultura de colaboração e inovação conseguem obter ótimos resultados. No entanto, a liderança e o engajamento não são habilidades inatas e podem ser desenvolvidas por meio de estratégias eficazes de gestão de recursos humanos. Este estudo teve como objetivo apresentar as estratégias eficazes de gestão de recursos humanos que podem ajudar no desenvolvimento da liderança e do engajamento em equipes de trabalho. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas pesquisas em livros, artigos e sites especializados para identificar as melhores práticas de gestão de recursos humanos que podem ser implementadas em equipes de trabalho. Também foram considerados estudos de caso de empresas que alcançaram sucesso no desenvolvimento de liderança e engajamento em suas equipes.

Identificou-se através das pesquisas que para desenvolver liderança e engajamento em equipes de trabalho, é necessário: estabelecer uma boa comunicação; definir objetivos claros; promover o trabalho em equipe; incentivar a criatividade e inovação; fornecer feedback e reconhecimento regularmente; criar um ambiente de trabalho positivo e sempre valorizar o desenvolvimento profissional. Em paralelo a isso, o estudo traz uma abordagem mais humanizada e personalizada que, nos últimos anos, tem

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

sido destaque, trazendo a liderança e gestão de recursos humanos ideal, aquela que reconheça os indivíduos e suas habilidades únicas. Alguns aspectos como diversidade e inclusão, inteligência emocional, flexibilidade, tecnologia e saúde mental, ganham destaque na atualidade e mostram que a liderança na gestão de recursos humanos é muito complexa, exigindo habilidades cada vez mais diversificadas e atualizadas para liderar equipes engajadas. Como estudo de caso, o estudo contempla a empresa *Google*, conhecida por oferecer benefícios inovadores aos seus funcionários, como espaços de trabalho criativos, alimentação saudável gratuita, política de férias flexíveis e atividades de lazer para promover a criatividade e a colaboração da equipe, A Google também recebe críticas positivas por suas políticas de inclusão e diversidade, bem como por sua equipe de liderança transparente e eficaz. Tudo isso contribui para uma cultura corporativa positiva, que ajuda a reter talentos e manter a empresa inovadora e orientada para o futuro. Conclui-se assim, que desenvolver liderança e engajamento em equipes de trabalho é fundamental para garantir a eficiência e eficácia das tarefas realizadas. Para alcançar esse objetivo, é necessário criar uma cultura de colaboração, valorização e reconhecimento. Importante que os líderes estejam sempre atentos às necessidades de sua equipe, mantendo uma comunicação eficaz, desenvolvendo os colaboradores, criando um ambiente de trabalho saudável, motivador, produtivo e colaborativo.

Palavras-Chave: Liderança, Equipe, Recursos Humanos

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: E o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizado, conhecimento e competências.** São Paulo: Atlas, 2002.

[s.l.]: Google Companhia, [s.d.]. Disponível em: <https://about.google/intl/ptBR/locations/?region=north-america&office=mountain-view>. Acessado em: 30 de abril de 2023.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2015.

RUAS, Rinaldo. **Gestão estratégica de pessoas: conceitos, práticas e tendências**. São Paulo: Atlas, 2013.

WOOD JR., Thomaz. **Modelo de gestão de pessoas para o século XXI**. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

UMA CRITICA A CONSTRUÇÃO DE LARGA ESCALA NO CENARIO DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

A CRITICISM OF LARGE-SCALE CONSTRUCTION IN THE SCENARIO OF SOCIAL INTEREST HOUSING

UNA CRÍTICA A LA GRAN CONSTRUCCIÓN EN EL ESCENARIO DE LA VIVIENDA DE INTERÉS SOCIAL

Francisco Esteves Lima da Silva
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés
Arquitetura e Urbanismo, franciscesteves@gmail.com

As habitações de interesse social são projetos desenvolvidos por meio da gestão pública para atender uma demanda habitacional e assim garantir o direito à moradia de cada cidadão. Atualmente o Brasil responde bem quando se trata de déficit habitacional com produções em larga escala acessíveis a população de baixa renda, no entanto nem sempre foi assim, quando se analisa o cenário histórico nacional percebe-se que este estilo de produção em massa que visa apenas aspectos como velocidade, quantidade, e até mesmo lucro se origina pela carência e ineficiência governamental em suprir os anseios e necessidades da população no que diz respeito ao sonho da casa própria. Com tudo ao passar dos anos e das diversas tentativas nacionais de atender a demanda habitacional pode-se dizer que o estado atingiu uma certa eficiência no que diz respeito a produção de larga escala, o que nos leva a questionar se o mesmo se aplica aos seus padrões de qualidade? Uma vez que em um país de dimensões continentais as diferentes características climáticas, sociais, e culturais se diferem drasticamente, implicando em diferentes formas e técnicas de construção das habitações de interesse social para se atingir um padrão aceitável de conforto, o que no entanto é extremamente ignorado por partes das instituições responsáveis pela elaboração e execução dos projetos de habitação que atingem a camada mais necessitada da sociedade.

Palavras-chave: Habitação social; Surgimento; História; Qualidade.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO BÁSICA, COMO MEIO DE ALCANÇAR A APRENDIZAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN BASIC EDUCATION, AS A MEANS OF ACHIEVING LEARNING FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA, COMO MEDIO PARA LOGRAR EL APRENDIZAJE PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

Warley Santos Cajazeiro

Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, Brasil
Professor de Biologia, Especialista em Metodologia de Ensino de Biologia
E-mail: warley.cajazeiro@educacao.mg.gov.br

Paloma Benigno Morais

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Mestre
E-mail: palomabenigno@gmail.com

A Educação Ambiental, inserida no contexto de ensino formal e não-formal, tem como objetivo preservar o meio ambiente através de valores, habilidades e outras competências, conforme disposto na Política Nacional de Educação Ambiental. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ou Aprendizagem para o Desenvolvimento Sustentável, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é o termo que melhor se adequa a essa definição, que entende a importância de compreender os contextos sociais, ambientais, regionais, econômicos, entre outros, e quais mudanças são necessárias para sua efetivação, e que esses questionamentos, e análises podem ocorrer em qualquer tipo de ambiente. Os dois conceitos se complementam como um processo de aprimoramento de ideias ao longo do tempo, em um mundo globalizado e em constante transformação. A Educação Ambiental, na prática, enfrenta muitas dificuldades para realizar mudanças significativas, principalmente nos ambientes formais de ensino, durante toda a formação básica, principalmente nas áreas de maior vulnerabilidade social e econômica. Isso ocorre porque ela está majoritariamente vinculada a temas ligados à redução dos impactos ambientais, como a reciclagem e o não descarte de lixo no chão, onde os estudantes entendem os conceitos, mas não os aplicam

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

e replicam no seu dia a dia. Isso acontece devido ao fato de que não foi criada uma conscientização efetiva que os fizesse agir de forma responsável em diferentes contextos, principalmente quando desde novos outras necessidades se fazem presentes e o local onde vivem carecem de estrutura de saneamento básico, por exemplo. Diante disso, existe um contraponto: os alunos em sua maioria compreendem a importância da conservação ambiental, mas apresentam muita dificuldade em entender como essas atitudes afetam a sua realidade, principalmente quando o poder público não cumpre a sua função, seja na sua cidade, no seu país e no mundo que o cerca. Sendo essa mudança de paradigma, uma etapa de extrema importância para a efetivação do Aprendizado para o Desenvolvimento Sustentável em todas as áreas do conhecimento, de forma interdisciplinar, permeando toda a formação básica do aluno, utilizando de recursos teóricos e prático, não apenas como um tema específico a ser tratado em momentos isolado. Desta forma o país poderá desenvolver mais sobre a temática, e chegar mais próximo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1999.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014:** documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DOENÇAS AUTOIMUNES

AUTOIMMUNE DISEASES

ENFERMEZAS AUTOINMUNES

Carla Pereira Fiuza Rodrigues
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Pós graduada
carlafiuza65@gmail.com

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

Paloma Benigno Morais
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Mestre
palomabenigno@gmail.com

O sistema imune engloba funções muito distintas e importantes para o funcionamento do organismo. Dentre os papéis desempenhados por ele, cita-se o reconhecimento e respeito pelo "self" (próprio), o "non self" e a habilidade de reconhecer quando o "self" foi modificado e destruí-lo; tal como ocorre nos tumores e cânceres. A perda do controle dos mecanismos que mantêm a tolerância tem sido referida como autoimunidade, assim, as doenças autoimunes são causadas por uma perda persistente dos mecanismos de controle responsáveis pela manutenção da tolerância aos antígenos próprios. As doenças autoimunes compõem um grupo heterogêneo de doenças, cuja as causas não são totalmente compreendidas, envolvendo a interação de inúmeros fatores que regulam importantes vias moleculares e celulares do organismo e seu sistema imune e, que, quando comprometidas resultam na falha pelo organismo em sustentar tolerância às suas próprias moléculas em decorrência de fatores que incluem variantes como a genética, status hormonal, exposição a xenobióticos, patógenos, variáveis epigenéticas – relação da interação dos

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

fatores genéticos com os fatores ambientais, dieta e estresse. As doenças autoimunes são um grupo de mais de 100 doenças relacionadas entre si, que podem envolver qualquer órgão ou sistema do nosso organismo. Incluem doenças que atingem simultaneamente ou sequencialmente esses órgãos ou sistemas, e outras dirigidas especificamente contra alguns deles. A susceptibilidade a doenças autoimunes está relacionada com o background genético, mas também está associado com fatores ambientais. Como exemplos mais típicos de doenças autoimunes sistêmicas tem-se as doenças reumáticas, como o lúpus eritematoso sistêmico, a artrite reumatóide, a artrite reumatóide juvenil, a síndrome de Sjögren, a esclerose sistêmica e a dermatopolimiosite. Nessas doenças, vários antígenos nucleares, citoplasmáticos e de membrana celular já foram identificados como alvos da resposta autoimune. Por outro lado, as principais doenças órgão-específicas são a miastenia gravis, o pênfigo, a anemia hemolítica autoimune e a púrpura trombocitopênica idiopática. Todas elas caracterizadas por resposta a um ou mais antígenos restritos a certos tecidos ou células.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Bruno de Bezerril. Hipersensibilidade tardia. Departamento de Anatomia Patológica e Medicina Legal Disciplina de Imunologia. 2018.

BATISTA, Joana Veiga Anjos. **Adaptação à doença crônica- O caso das doenças autoimunes.**2016.

CALASANS, Monica Losilla; CRUZ, Gabriela Andrade Oliveira Pena; DE OLIVEIRA, Patricia Bermudes; SANTOS, Rebeqa Paulo; CAETANO, Avelino Zacarias. **Auto anticorpos: um desafio no diagnóstico e manejo das doenças reumáticas autoimunes.** Pneumologia Paulista. Vol. 27, No.3/2013

COSTA, Anderson Luiz Pena; SILVA-JÚNIOR, Antonio Carlos Souza; PINHEIRO, Adenilson Lobato. **Fatores associados à etiologia e patogênese das doenças autoimunes.** Arquivos Catarinenses de Medicina, v. 48, n. 2, p. 92-106, 2019.

DE FRANÇA, Tamara Alves. **Doenças autoimunes – Autoimunidade.**<https://medpri.me/upload/texto/texto-aula-1154.html>. 2019

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

DELVES, P.J.; ROITT, I.M. **Fundamentos de Imunologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 10ª edição, 2010.

FINOTTI, Leandro. **Imunobiológicos - A revolução da reumatologia**. 2016.

NETTO, Arlindo Ugulino. **Tolerância Imunológica**. Medresumos, 2016.

SOUSA, Isabel Garcia. **Linfócitos T: uma análise do perfil diferencial da expressão gênica na imunorregulação**. 2016.

SOUZA, Alexandre Wagner Silva de et al. **Sistema imunitário: parte III. O delicado equilíbrio do sistema imunológico entre os pólos de tolerância e autoimunidade**. Revista Brasileira de Reumatologia, v. 50, p. 665-679, 2010.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL

STRATEGY FOR THE PREVENTION OF OBESITY IN CHILDREN

ESTRATEGIAS PARA LA PREVENCIÓN DE LA OBESIDAD INFANTIL

Elaine Cristina Rocha Oliveira
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestre
elaine77oliveira@gmail.com

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

Cleydmar Menezes de Jesus
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Pós graduada
cleyd.menezes@hotmail.com

A obesidade e a educação nutricional em prol do seu combate são de fato um assunto de repercussão social, mas que ainda apresenta um verdadeiro desafio que se renova a cada dia, tendo em vista que os veículos de comunicação em massa exercem uma influência direta nos hábitos alimentares com mensagens insuficientes e ineficazes, e investem cada vez mais no público infantil. Os fatores que mais contribuem para a obesidade são os relacionados aos hábitos alimentares e comportamentais que vem sendo praticados pelas crianças com base no que vivenciam, influenciados pelos familiares, ou até mesmo pelo meio midiático, associado ao tempo gasto frente aos aparelhos tecnológicos que lhes dão acesso as informações de alimentos diversos. A educação alimentar e nutricional apresenta-se como sendo um diferencial para que se possa gerar uma ambiente favorável à saúde infantil. Dentro desse contexto é de suma importância orientação alimentar adequada para cada ciclo de desenvolvimento humano. A forma como os alimentos são consumidos

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

bem como quantidade e idade devem ser observados atentamente por todos que visam melhorar a saúde infantil na atualidade, seja a família, escola, cuidadores, todos engajados na prevenção da obesidade. É importante a implementação de ações educativas ou orientações nutricionais que visem a modificação de suas práticas alimentares. A identificação dos riscos às crianças, as estratégias de prevenção, as políticas de saúde pública e a intervenção precoce por parte de profissionais da saúde são alguns dos meios mais efetivos de prevenção da obesidade infantil. É necessário que seja ensinado às crianças a importância de se cultivar hábitos alimentares saudáveis, visando assim, reformulações do comportamento alimentar, garantindo saúde e qualidade de vida. A realidade é que é preciso construir estratégias para corrigir erros alimentares, tempo gasto frente a esses aparelhos midiáticos, o que poderá estar contribuindo para regressão de seus efeitos negativos e promovendo o redirecionamento da oferta de alimentos mais saudáveis, pois existem prejuízos decorrentes do consumo alimentar insuficiente (deficiências nutricionais) bem como ao consumo alimentar excessivo (obesidade). Ressalta-se que a atuação do profissional de nutrição engajado em aconselhar e orientar a estilos saudáveis funciona também como estratégia para prevenção ou tratamento do quadro de distúrbios nutricionais das crianças que estão envolvidos no desenvolvimento da obesidade.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. A. V.; LIMA, G. C. L.; BELFORT, G. P. **Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: visões do Brasil e do mundo**. Rasbran, R. Assoc. bras. Nutr. 2021; 12 (2): 167-183.

RAMOS-SILVA, Valmin; SILVAM, Janine Pereira; MARANHÃO, Hércio de Sousa. **Bases Conceituais da Obesidade Na Infância**. In: WEFFORT, V. R. S. Obesidade na infância e adolescência: Manual de Orientação. Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. 3ª. ed. São Paulo: SBP. 2019. Cap. 1 pp 13-14

RICCO, R. C. et al. **Atividade Física Visando Emagrecimento**. In: WEFFORT, V. R. S. Obesidade na infância e adolescência: Manual de Orientação. Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. 3ª. ed. São Paulo: SBP. 2019. C

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

ZIGARTI, P. V. R.; BARATA JUNIOR, I. S.; FERREIRA, J. C. S. **Obesidade infantil: Uma problemática da sociedade atual.** Res, Soc and Dev, v. 10, n. 6, 2021.

IMUNIDADE E NUTRIÇÃO

IMMUNITY AND NUTRITION

INMUNIDAD Y NUTRICIÓN

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

Carla Pereira Fiuza Rodrigues
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Pós graduada
carlafiuza65@gmail.com

Paloma Benigno Morais
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Mestre
palomabenigno@gmail.com

Larissa Pereira Batista
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestranda
admp.larissa@gmail.com

Desde o início da década de 70 já se estudava a relação entre imunidade e nutrição quando para avaliar o estado nutricional foram inseridos testes imunológicos. A imunidade do nosso corpo, ou seja, todo o sistema imunológico conforme estudado em capítulos anteriores é complexo e envolve inúmeras reações bioquímicas. Para que essas reações sejam possíveis é necessário a presença de nutrientes específicos. Os nutrientes

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

são essenciais para o funcionamento do sistema imunológico, existindo uma direta relação entre nutrição, infecção e imunidade, pois quando a nutrição está comprometida a resposta imune é insuficiente. Outro aspecto relevante na relação entre nutrição e sistema imunológico diz respeito à complexa interação entre a ingestão inadequada de nutrientes, a exacerbação do estresse oxidativo e a ocorrência de processos infecciosos. Os nutrientes no sistema imunitário auxiliam na proliferação das células T, estão correlacionados à mediadores de interleucina 1 e 2, bem como aumentam a efetividade da resposta, fundamental para aumentar a imunidade. A função imunológica é prejudicada quando há deficiência de nutriente, gerando defeitos tanto na resposta inata quanto na adaptativa, além de alteração negativa na resposta de células fagocitárias. De acordo com as diretrizes nutricionais, a ingestão adequada de macronutrientes e calorias é fundamental para garantir a saúde bem como prevenir e melhorar doenças, pois está associada diretamente à imunidade. Para garantir o funcionamento das células do sistema imune, que é complexo, é necessário que todos os macronutrientes – carboidratos, lipídios e proteínas estejam presentes na alimentação. Os polissacarídeos atuam no sistema imune por terem propriedades imunomoduladoras, pois impedem imunodepressão induzida por intervenções cirúrgicas, diminuindo complicações infecciosas. A imunomodulação dos sistemas específicos e inespecíficos é influenciada principalmente pelos lipídios ômega-6 e ômega-3 que promovem proliferação celular significativa durante a resposta imune. Dentre os aminoácidos um dos mais estudado e considerado essencial é a glutamina, proteína de alto valor biológico que está associada ao combate de infecções que atua no processo inflamatório, reduz o risco de infecção e aumenta a cicatrização. Os micronutrientes representados por vitaminas e minerais são essenciais para a função do organismo. As vitaminas A, D, C e vitamina D e os minerais zinco, ferro e selênio dentro do sistema imune exercem papel de destaque, pois influenciam direta ou indiretamente vários estágios da resposta imune. Em situações onde há deficiência de um ou mais nutrientes pode haver imunossupressão, aumentando a suscetibilidade à infecção, pois ocorre um comprometimento da imunidade inata e adaptativa.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BARNETT, Junaidah B et al. **Efeito da suplementação de zinco na concentração sérica de zinco e na proliferação de células T em idosos de asilos: um ensaio randomizado, duplo-cego, controlado por placebo.** The American Journal of Clinical Nutrition vol. 103,3 (2016)

GOMBAR, T.; ADRIAN, F. et al. **A Review of Micronutrients and the Immune System Working in Harmony to Reduce the Risk of Infection.** Nutrients vol. 12,1 236. 16 Jan. 2020.

LADIN, L. A. S. R. **Influência da Nutrição no Sistema Imunológico: Uma Revisão** – Nutrição em Pauta – 2020.

MARTINS, M. C. C.; OLIVEIRA, A. S. S. **Zinco, vitamina D e sistema imune: papel na infecção pelo novo coronavírus.** Revista da FAESF, v. 4, p. 16-27, 2020.

SARNI, R. O., SOUZA, F. I., COCCO, R. R., MALLOZI, M. C., & SOLÉ, D. **Micronutrientes e sistema imunológico.** Rev Bras Alerg Immunopatol, v. 33, n. 1, 2010.

THEILLA, Miriam et al. **Ácidos graxos n-3 enterais e micronutrientes aumentam a porcentagem de neutrófilos positivos e moléculas de adesão de linfócitos: um mediador potencial de cicatrização de úlceras de pressão em pacientes criticamente enfermos.** The British Journal of Nutrition vol. 107,7 (2012)

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

IMUNIDADE E SENESCÊNCIA

IMMUNITY AND SENESCENCE

INMUNIDAD Y SENESCENCIA

Paloma Benigno Morais

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

Mestre

palomabenigno@gmail.com

Carla Pereira Fiuza Rodrigues

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG

Pós graduada

carlafiuza65@gmail.com

Karine Rodrigues da Silva Neumann

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni

Pós graduada

krsnut@yahoo.com.br

O processo de envelhecimento e sua consequência natural – a velhice – constituem uma das maiores preocupações da sociedade moderna, sobretudo devido ao rápido crescimento da parcela idosa da população com relação aos demais grupos etários. As alterações do sistema imunológico resultantes do envelhecimento são denominadas de imunossenescência e acarretam uma série de consequências para os idosos. É um dos mais atingidos no envelhecimento, sofrendo modificações nas subpopulações celulares, nos padrões de secreção de citocinas, na tolerância imunológica, entre outras funções. Dessa forma, idosos

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

apresentam maior incidência de determinadas doenças, como infecções dos tratos respiratório e urinário, endocardite, septicemia e tuberculose. A imunossenescência é um fenômeno complexo que submete o organismo a inúmeras alterações fisiológicas, afetando sua integridade e permitindo o surgimento das doenças crônicas na velhice, com impacto sobre a saúde e a qualidade de vida do idoso. A resposta inata da imunossenescência apresenta uma complexidade considerável, havendo evidências cumulativas de que as alterações decorrentes do envelhecimento dos seus componentes constituam a base da suscetibilidade aumentada dos idosos a doenças infecciosas. A maturação de células dendríticas, cujo papel central é a apresentação de antígenos aos linfócitos T, é defeituosa em indivíduos idosos e sua causa é atribuída a alterações redox em consequência da diminuição de glutathione – importante aminoácido endógeno com função antioxidante. As respostas imunes adaptativas apresentam um importante declínio durante o envelhecimento. Deve-se ressaltar que esse declínio não é uniforme nas populações humanas, pois é modulado por variáveis extrínsecas que afetam o ritmo da imunossenescência, como polimorfismos genéticos, nutrição, exercício físico, estresse crônico e hormônios. Durante o envelhecimento, ocorre um declínio gradual na produção de células progenitoras de linfócitos B na medula óssea. Isso acarreta uma diminuição do número de células B maduras no sangue e do repertório dos receptores de superfície, mas cabe ressaltar que a linfopoiese das células B ocorre durante toda a vida. Os dados atuais sugerem que a involução do timo é bem conhecida juntamente com o declínio funcional das células T com a idade. Inclui defeitos no estroma tímico, onde possivelmente os precursores de células epiteliais/células tronco são afetados. A diminuição da amplitude de parâmetros imunitários no envelhecimento está relacionada com fatores comumente observados em idosos como alterações do ciclo circadiano, levando a modificações no sono e redução da reserva funcional, e do eixo neuroendócrino pela diminuição na produção de hormônios neurotransmissores e neuropeptídeos. Entretanto, recentemente, maior atenção vem sendo dada ao status psicológico, que pode constituir um importante fator de risco para a imunossenescência.

REFERÊNCIAS

BAUER. **Imunossenescência: envelhecimento do Sistema immune** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BAUER, M. E. STRESS, glucocorticoids and ageing of the immune system. *Stress*, v. 8, n. 1, p. 69-83, Mar. 2005.

CHIARINI, A. et al. The killing of neurons by beta-amyloid peptides, prions, and pro-inflammatory cytokines. *Ital J Anat Embryol*, v. 111, n. 4, p. 221-46, Oct./Dez. 2006.

DELAROSA, O. et al. **Immunological biomarkers of ageing in man: changes in both innate and adaptive immunity are associated with health and longevity.** *Biogerontology*, v. 7, n. 5-6, p. 471-81, 2006.

FRANCESCHI C.; BARBIERI D.M.D. **Immunosenescence in humans : Deterioration or remodelling?** *International Reviews of Immunology* 2005 ; 12(1):57.

GRUVER, A. L; HUDSON, L. L; SEMPOWSKI, G. D. **Immunosenescence of ageing.** *J Pathol*, v. 211, n. 2, p. 144-56, Jan. 2007.

LONGO, D. L. **Immunology of Aging.** In: **Paul, W. E. (ed.) Fundamental immunology.** 50th. ed., New York, USA: Lippincott-Raven Publishers, 2003. p.1043-77. Chapter 33.

ONGRÁDI, J; KOVESDI, V. **Factors that may impact on immunosenescence: an appraisal.** *Immun Ageing* 2010;7:7(p. 1-14).

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

LICENÇA PATERNIDADE: UMA ABORDAGEM SOCIAL E JURÍDICA
LICENÇA DE PATERNIDADE: UMA ABORDAGEM SOCIAL E LEGAL
LICENCIA DE PATERNIDAD: UN ENFOQUE SOCIAL Y JURÍDIC

Arietha Sicupira Freitas
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Graduanda
sicupira.arietha@gmail.com

Larissa Pereira Batista
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Mestranda
admp.larissa@gmail.com

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

O nascimento de uma criança representa uma grande responsabilidade, sendo necessário, principalmente nos primeiros meses de vida, o devido zelo e cuidado por parte dos genitores. Deste modo, em 1988 foi incluída a licença paternidade na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A criação desse direito oferecido

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

aos recentes pais demonstra uma preocupação estatal com as mulheres que, devido à concepção machista da sociedade, acabam, em grande parte, responsabilizando-se sozinhas nos cuidados dos filhos recém-nascidos. Diante desse cenário é importante analisar os aspectos contemporâneos que demonstram a necessidade de se aumentar o prazo legal estipulado para a licença paternidade, através de uma abordagem sobre a nova concepção de família nos termos sociais e do direito civil. Pouco se entendia e questionava em relação à licença paternidade. Antigamente o homem era considerado como o provedor do sustento familiar, em que não cabia a integração dessa licença, possuindo apenas a obrigação de gerar o “dinheiro” para a prole financeira, alimentar e dentre outros. No entanto, ao longo dos anos, foi perceptível que houvesse uma regulamentação, em que pese, o “papel do pai”, poderia ir muito além do sustento familiar, passando a incluir a licença paternidade, como uma maneira do poder paterno participar do parto, fazer o acompanhamento com as mães, bem como, influenciando de forma positiva o crescimento da criança. O direito à licença paternidade no Brasil pode ser considerado ainda no estágio embrionário, ao se comparar com países como a França, que autoriza o afastamento do pai por 28 semanas, ou Portugal, com um prazo de 21,3 semanas de licença, são modelos de como o direito à licença paternidade é aplicado no exterior, sem causar dano ao funcionamento das organizações. Embora tenha havido um aumento (mínimo - de 5 para 20 dias) no prazo destinado à licença paternidade no dispositivo legal outrora elucidado, o mesmo ainda encontra-se, muitas vezes, inalcançável e desconhecido por grande parte da população. Há que se dizer: ainda insuficiente, se comparado ao tempo destinado a licença maternidade, e a necessidade exigida nos cuidados de um recém-nascido, da mãe puérpera e do vínculo que é criado nos primeiros meses de vida.

REFERÊNCIAS

ARQUES, S. S. **Ampliar a licença-paternidade para despatriarcalizar o Estado e a sociedade.** Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito. João Pessoa, n. 1, p. 241-260, 2015.

BRASIL, **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943.** Consolidação das Leis do Trabalho.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BRASIL, **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Código Civil Brasileiro.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro: Direito de Família**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MADALENO, Rolf Hanssen Madaleno. **Novas Perspectivas no Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

NEIVERTH, E.; M. H. B., MANDALOZZO, S. S. N. A **Licença-maternidade e sua ampliação facultativa**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, a. 34, n. 63, julho/dezembro de 2009.

TOLOVI JÚNIOR, José. **Licença-paternidade: novo contexto corporativo**. 06 ago. 2013.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REFLEXÃO

SUICIDE IN ADOLESCENCE: A REFLECTION

SUICIDIO EN LA ADOLESCENCIA: UNA REFLEXIÓN

Carine Oliveira da Silva
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
carineoliveiradasilva@gmail.com

Aline Ribeiro de Souza
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni/MG
Pós graduada
farma.alineribeiro@gmail.com

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

O suicídio é um problema grave considerado hoje como uma questão de saúde pública, que gera graves implicações que vão muito além da morte, mas que se estendem à vida dos seus entes queridos, amigos, pais e filhos. Muitas vezes tratado de forma superficial e outras tantas de maneira até romantizada, o

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

suicídio, embora muito falado, pouco é tratado de maneira responsável e consciente, o que acaba por intensificar mais ainda o problema, tendo em vista que certos comportamentos e julgamentos podem agravar mais ainda a situação de uma pessoa que almeja a morte já que esta já se encontra em intenso estado de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade é ainda mais latente na adolescência, quando os jovens muitas vezes são mais influenciáveis e devido a aspectos biológicos e culturais podem ter um emocional mais frágil. A adolescência é uma fase de maior vulnerabilidade a desenvolver atitudes suicidas devido a problemas e conflitos, seja interno ou com o meio social. Vários fatores estão associados ao risco para o suicídio entre adolescentes como questionamentos sexuais, homofobia, histórico de adoção ou abuso sexual, uso de drogas, depressão e transtornos psiquiátricos. O suicídio passa por três distintas fases: A Ideação, que se refere aos pensamentos e ao desejo de morrer, a tentativa e por fim, a consumação do suicídio. O Suicídio pode se dar por diversas causas e tem se tornado corriqueiramente existentes comportamentos suicidas entre os adolescentes. Os índices ligados a esta prática têm crescido cada vez mais principalmente entre pessoas com a faixa etária entre 13 a 24 anos de idade. A Ideação, pensamentos de autodestruição e o desejo de dar fim à própria vida, é um importante fator que muitas vezes determina o êxito do suicídio. Entre os fatores mais relevantes para a ideação se destacaram a depressão, a desesperança e até mesmo a influência de terceiros, no caso de suicídio de entes ou amigos próximos. Ainda é preciso muito avançar em relação a conscientização e informação da sociedade no geral, para que o jovem depressivo ou possível suicida possa encontrar amparo não só nos meios institucionais como também no seio de suas respectivas famílias e vínculos sociais. Um debate sério e científico sobre esta questão deve ser sempre bem-vindo e fomentado não só no meio acadêmico como também nos programas de televisão, de rádio e nos demais meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

AMARA L, Ana Paula et al. **Depressão e ideação suicida na adolescência: implementação e avaliação de um programa de intervenção.** Enfermería Global, v. 19, n. 3, p. 1-35, 2020.

BOTEGA NJ. **Crise Suicida: avaliação e manejo/** Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio: sinais para saber e agir.** 2013.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

BRAGA, Luiza de Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínic**, São Leopoldo , v. 6, n. 1, p. 2-14, jun.2013

HAWTON K, SAUNDERS KEA, O'CONNOR RC. **Self-harm and suicide in adolescents**. Lancet. 2012;379(9834):2373-8

MARTINS, Janine (Brasil). **Bullying tem como consequência até suicídio; saiba identificar**. 2018

SAMPAIO D, TELLES-CORREIA D. **Suicídio nos Mais Velhos: Fundamental Não Esquecer!** Acta Médica Portuguesa. 2013; 26(1), 1-2

SHAIN B; **Committee on Adolescence**. Suicide and Suicide Attempts in Adolescents. Pediatrics. 2016;138(1).

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ-AB) NO CONTEXTO DO SUS E DA ATENÇÃO BÁSICA

THE IMPORTANCE OF THE NATIONAL PROGRAM TO IMPROVE ACCESS AND QUALITY IN PRIMARY CARE (PMAQ-AB) IN THE CONTEXT OF SUS AND PRIMARY CARE

LA IMPORTANCIA DEL PROGRAMA NACIONAL PARA MEJORAR EL ACCESO Y LA CALIDAD EN LA ATENCIÓN PRIMARIA (PMAQ-AB) EN EL CONTEXTO DEL SUS Y LA ATENCIÓN PRIMARIA

David Pinheiro Lauer
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Mestrando
david.lauer@ufvjm.edu.br

Karine Rodrigues da Silva Neumann
Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni
Pós graduada
krsnut@yahoo.com.br

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Baseado numa nova dinâmica de organização dos serviços e ações de saúde, a Estratégia Saúde da Família (ESF) tem como principais características a adscrição da clientela, através da definição de território de abrangência da equipe; enfoque sobre a família, a partir de seu ambiente físico e social como unidade de ação; estruturação de equipe multiprofissional; atividade preventiva em saúde; a detecção de necessidades da população e a atuação intersetorial visando à promoção da saúde. Para desenvolver projetos de educação e promoção a saúde que sejam relevantes para as equipes do NASF (Núcleo Ampliado em Saúde da Família), é fundamental identificar os nós críticos do processo de trabalho do NASF, e as competências a serem desenvolvidas. Deve-se fomentar uma normativa de aplicação de um Instrumento para o Levantamento de necessidades em Educação Permanente, elaborado com base nas atribuições do NASF. Realizando Oficinas com metodologia problematizadora, com reflexão coletiva sobre a atuação da equipe NASF junto às equipes de ESF apoiadas e preenchimento individual do instrumento. Dentro desse contexto temos o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB). Esse programa é ousado, contudo, também é necessário e plausível frente às condições e questões sanitárias hoje vivenciadas no SUS. A maior potencialidade, e também o maior desafio, reside na união de vontades e esforços de todos aqueles envolvidos no setor Saúde, em especial na atenção básica, no sentido de se corresponsabilizarem e coatuarem na construção coletiva de um SUS integral, universal e de qualidade, capaz de dar vazão às demandas de saúde da população. Assim, dada a importância do PMAQ-AB no contexto do SUS e da atenção básica, é imprescindível conhecê-lo e contribuir para sua implantação em nível local. O PMAQ tem como objetivo incentivar os gestores a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) por meio das equipes de Atenção Básica à Saúde. A meta é garantir um padrão de qualidade por meio de um conjunto de estratégias de qualificação, acompanhamento e avaliação do trabalho das equipes de saúde. O programa eleva os recursos do incentivo federal para os municípios participantes, que atingirem melhora no padrão de qualidade no atendimento. Sendo assim é importante efetivar diferentes estratégias de ações e adequações para assim poder passar pelo processo avaliativo do PMAQ e conseqüentemente poder usufruir destes modelos e mudanças em longo prazo principalmente para satisfação do nosso bem maior: o usuário

REFERÊNCIAS

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Alencar B, Pereira M, Ramos N. **Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB)**. Curso de auto aprendizado. Brasília 2012.

Lima VV. **Curso de Especialização em gestão da clínica nas regiões de saúde: caderno do curso 2017 / Everton Soeiro ... [et al.]**. – São Paulo: Hospital Sírio Libanês; Ministério da Saúde, 2017.

Pereira BS, Tomasi E. **Instrumento de apoio à gestão regional de saúde para monitoramento de indicadores de saúde**. Epidemiol. Serv. Saúde v.25 n.2 Brasília abr./jun. 2016

Viegas APB, Carmo RF, Luz ZMP. **Fatores que influenciam o acesso aos serviços de saúde na visão de profissionais e usuários de uma unidade básica de referência**. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.1, p.100-112, 2015

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INQUÉRITO POLICIAL, VALOR DE PROVA E SUAS FASES

Ana Carolina Tangrins Gonçalves

Herta Chaves Coimbra

O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo, destinado a apurar a existência de infração penal e sua autoria, com fim de que o titular da ação penal disponha de elementos suficientes para promovê-la. Trata-se de uma instrução provisória, preparatória e informativa, que se colhe elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto de flagrante, exames periciais, entre outros. O inquérito policial, se tratando de um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo é feito pela polícia Civil (ou Polícia Judiciária, como denomina o CPP).

O inquérito policial possui valor probatório relativo, onde tem em vista a presença das provas periciais, além disso as declarações das testemunhas e confissão extrajudicial, onde terão validade como elementos de convicção do juiz, quando estiverem acompanhadas por outros elementos colhidos durante a instrução processual.

A valoração dos elementos colhidos na fase do inquérito só poderá ser feita se for em conjunto com as provas colhidas no curso do processo judicial, sendo o

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

inquérito, um procedimento administrativo, de característica inquisitorial, tudo que nele for apurado deve ser corroborado em juízo. O sistema da livre persuasão racional faz com que o magistrado condene com base nas provas contraditadas, ou seja, aquelas que foram objeto de análise judicial, e submetidas às partes, para que pudessem utilizar do contraditório, impedindo, assim, a chamada condenação com base em provas do inquérito policial.

Os prazos do inquérito variam de acordo com o delito. No caso de prisão preventiva ou flagrante, por exemplo, o prazo é de 10 dias. Se o suspeito for solto sob fiança, o prazo é de 30 dias, mas existem exceções.

E, assim como todo processo, o inquérito policial é dividido por fases, sendo elas: O ato inicial, o ato de instrução, o indiciamento do réu e por fim o ato final.

Ato Inicial: É o momento em que o início do inquérito é determinado. Quando um crime é denunciado, é feita a análise da narrativa dos fatos e das suas circunstâncias, recolhe-se os documentos e estabelece-se as possíveis testemunhas.

Ato de Instrução: Neste ponto, realiza-se o processo investigativo, as análises periciais, o recolhimento de provas, circunstâncias e fatos esclarecedores, além de simulações.

Indiciamento do réu: Nesta fase, um suspeito é apontado e passa a ser visto como o possível autor. Essa etapa é de responsabilidade do delegado que vai presidir as investigações.

Ato Final: Quando se dá o encerramento, descobrindo o culpado e aplicando as penalidades para a infração cometida.

O inquérito policial tem como principal objetivo apurar a existência de uma infração penal e sua autoria, dispondo de elementos suficientes para promover a ação e punir o infrator. Trata-se de uma instrução provisória e informativa, que recolhe elementos como auto de flagrante, exames periciais, testemunhas

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

oculares, entre outros.

O inquérito policial pode começar de quatro maneiras:

- requisição do Ministério Público ou do Juiz;
- de ofício, por portaria ou auto de prisão em flagrante;
- por requerimento da vítima;
- mediante representação do ofendido.

Entre as principais características do inquérito policial, estão as formas de atuação:

- **discricionário:** pois a polícia tem a liberdade de operar ou deixar de operar dentro de um campo limitado pelo direito;
- **escrito:** porque ele é destinado ao fornecimento de elementos ao titular da ação penal;
- **sigiloso:** pois só assim a polícia pode providenciar as diligências necessárias para a comprovação do delito sem que haja empecilhos para coleta de informações ou destruição de provas;
- **obrigatório:** como consta no inciso I, do Art. 5 do CPP, na hipótese de crime apurável mediante ação penal pública incondicionada, a autoridade deverá instaurá-lo de ofício, assim que tenha notícia da prática da infração.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

PROCESSO PENAL: Características do Inquérito Policial

Thiago da Silva Moreira
Herta Chaves Coimbra

INTRODUÇÃO:

Na ótica democrática, o Estado como poder soberano e titular na persecução penal (jus puniendi). O inquérito policial é um instrumento de suma importância na aplicação do processo penal e do direito penal brasileiro, pois promoverá diversos elementos para satisfazer da pretensão de sanções do Estado, a partir dos elementos de informativos colhidos pela polícia judiciária.

De tal modo que, num Estado Democrático de Direito no qual priorizasse, entre outros princípios, a liberdade e dignidade da pessoa humana, se faz necessário uma abordagem minuciosa e imparcial sobre esse procedimento, devido a sua importância na aplicação da persecução penal.

Inquérito policial é o procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial, consistente em um conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa objetivando a identificação das fontes de prova e a colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo. (BRASILEIRO, 2011, p.133).

1. Características do Inquérito Policial:

As principais características do inquérito policial apontadas:

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

1.1 - Procedimento escrito:

De acordo com o CPP em seu artigo 9º, todas as peças do inquérito policial serão reduzidas a escrito ou datilografadas. Em combinação podemos citar o Art. 405, §1º-CPP, que afirma ser possível o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações. Logo, podendo utilizar de gravação audiovisual no curso do inquérito.

1.2 Procedimento sigiloso:

Na observância do princípio da publicidade dos atos processuais, tendo em determinadas hipóteses essa regra amenizada, em virtude da defesa da intimidade, interesse social no sigilo e imprescindibilidade à segurança da sociedade e do Estado (Art. 5º, XXXIII e LX, c/c Art. 93, IX); escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem (art. 792, parágrafo 1º do Código de Processo Penal).

Diante desse problema o artigo 20 do Código de Processo Penal dispõe sobre esse sigilo.

Verificando a autoridade policial que a publicidade das investigações possa causar prejuízo à elucidação do fato delituoso, deve decretar o sigilo do inquérito policial com base no art. 20 do CPP, sigilo este que não atinge a autoridade judiciária e nem o Ministério Público. Não que o sigilo seja necessário em todo e qualquer inquérito. Com efeito, há situações em que se torna necessária a divulgação do retrato-falado do criminoso em jornais e até mesmo sua transmissão pela televisão, como forma de localizar o agente. (BRASILEIRO, 2011, p.129).

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O Estatuto da OAB prevê que o advogado pode examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração nos autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos, podendo tomar apontamentos.

Para regular a situação, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula vinculante no 14, que dispõe claramente: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, que digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

1.3- Procedimento inquisitorial:

A doutrina aponta a característica inquisitiva do inquérito policial, por este ser adstrito a uma única autoridade, que atua discricionariamente em todas as atividades necessárias ao esclarecimento da infração penal, não aplicando os princípios do contraditório e ampla defesa, como já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça “O inquérito policial é procedimento investigatório e meramente informativo, não se submetendo ao crivo do contraditório, pelo que não é garantido ao indiciado o exercício da ampla defesa, sendo lícito o indeferimento de colheita de provas na forma por ele requerida”. A única exceção legal encontramos no inquérito instaurado pela polícia federal, a pedido do ministro da justiça, visando à expulsão de estrangeiro (Lei 6.815/80, art. 71), em que se admite o contraditório, que neste caso, é obrigatório.

1.4- Procedimento discricionário:

Como no inquérito policial são realizadas investigações, diferentemente do processo criminal, estas não carecem de um rigor procedimental, pois a autoridade policial determina a seu critério a investigação em cada caso concreto.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Discrecionariade implica liberdade de atuação nos limites traçados pela lei. Se a autoridade policial ultrapassa esses limites, sua atuação passa a ser arbitrária, ou seja, contrária à lei. Logo não se permite à autoridade policial a adoção de diligências investigatórias contrárias à Constituição Federal e à legislação infraconstitucional. Assim, apesar de o delegado de polícia ter discrecionariade para avaliar a necessidade de interceptação telefônica, não poderá fazê-lo sem autorização judicial [...]. (BRASILEIRO, 2011, p.134 e 135).

A atuação discrecionária da autoridade, em todos os casos, deverá estar pautada na máxima legalidade sob pena da invalidação posterior dos elementos de informação na fase processual e conseqüente prejuízo à ação penal.

1.5- Procedimento oficial:

O inquérito policial é competência do delegado de polícia (federal ou estadual) não podendo ficar a cargo de um particular ou outra autoridade, sendo proposto por um órgão oficial do Estado, a saber, polícia judiciária.

O caráter de oficialidade e autoritariedade do inquérito policial significa que este procedimento é realizado por órgão público oficial, a Polícia Judiciária, e presidido por uma autoridade pública, o delegado de polícia de carreira, de natureza jurídica.

Por analogia aos direitos individuais, consagrados nos incisos XXXVII e LIII, do art. 5º, da CF, que proíbem o chamado “juizados de exceção”, a pessoa, antes de cometer o crime, tem o direito de saber:

- Qual o procedimento utilizado para formalizar a investigação criminal (inquérito policial);
- Qual o órgão responsável para realizar este procedimento (Polícia Judiciária); e
- Qual o servidor responsável pela apuração e formalização das circunstâncias e autoria do delito (delegado de polícia).

De outra parte, apesar de a investigação particular não ser proibida no Brasil, para que tal material

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

tenha validade deverá ser apresentado à Polícia Judiciária, visando à confirmação dos dados e informações obtidos de forma lícita. (FILHO, Mario de Leite, online, 2010).

1.6- Procedimento oficioso:

Assim que for informado da notícia de crime de ação penal pública incondicionada, deverá a autoridade policial, de ofício, sem necessidade de provocação, instaurar o competente inquérito policial nos termos do artigo 5º, I, do Código de Processo Penal e na sequência realizadas todas as diligências necessárias à elucidação do fato.

Importante nos atermos a um detalhe: essa característica de oficiosidade não tem compatibilidade com a característica de discricionariedade, pois a oficiosidade diz respeito à obrigatoriedade de a autoridade policial instaurar o competente inquérito nos casos de crime de ação penal pública incondicionada. Já a discricionariedade relaciona-se com a forma de condução da investigação, seja no tocante à natureza dos atos, ou à ordem de realização que fica a juízo da autoridade policial.

1.7- Procedimento indisponível:

Segundo dispõe o artigo 17 do Código de Processo Penal, a autoridade policial não poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial, sendo essa possibilidade cabível apenas pelo titular da ação penal, Ministério Público, e ulterior apreciação favorável pela autoridade judiciária, para que aí então seja realizado o arquivamento da forma legal prevista em lei.

Diante da notícia de uma infração penal, o Delegado de Polícia não está obrigado a instaurar o inquérito policial, devendo antes verificar a procedência das informações, assim como aferir a própria tipicidade da conduta noticiada. Porém, uma vez determinada à instauração do inquérito policial, o arquivamento dos autos somente será possível a partir do pedido formulado pelo titular

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

da ação penal, com ulterior apreciação da autoridade judiciária competente. (BRASILEIRO, 2011. p.137).

2 - Conclusão:

Portanto, fortalecer o inquérito e a atuação do delegado de polícia é fundamental para construirmos um Estado Democrático de Direito pautado na legalidade e guarda das competências e atribuições dispostas na Constituição e demais leis. Ademais, frear o ímpeto de instituições que ambicionam o poder usurpando competências alheias é medida de extrema importância para que se evite a quebra de direitos e garantias fundamentais.

Referências:

BRASILEIRO, Renato. Manual de Processo Penal. 1. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-Lei 3.689/41. PINTO, Antônio Luiz de Toledo. VadeMecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILHO, Mário de Leite Barros. 2010. Inquérito Policial sob a Óptica do Delegado.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INQUÉRITO POLICIAL- DA PROVA

Tamara Ramos Costa
Herta Chaves Coimbra

Os elementos por meio do qual se procura expor a existência e a veracidade de um fato, é no direito denominado de prova. Sua finalidade na composição do processo, conforme o que dita o artigo 155, caput, do Código de Processo Penal, é influenciar o convencimento do juiz. Levando em consideração a relevância do procedimento probatório, bem como as divergências doutrinárias a seu respeito, é necessária análise acerca da sua valoração e das fases em que se divide.

A persecução penal é constituída de duas fases, iniciando-se com a fase pré-processual, denominada também de investigativa ou inquisitiva. Aqui, as diligências são realizadas pela Polícia Judiciária, presidida pelo Delegado, sendo que o conteúdo produzido em fase de inquérito é informativo, e deve ser reproduzido em juízo. O objetivo é apurar a existência de uma infração penal, com intuito de colher elementos de prova que se relacionem com o suposto fato.

A instauração de um inquérito policial pode se dar após a notificação de um fato criminoso, ou por requisição do juiz, Ministério Público ou vítima, nos casos de ação penal pública incondicionada, ou por meio da representação do ofendido, nos casos de ação penal pública condicionada ou privada. Após, iniciam-se as diligências, que consistem na reunião de documentos para constar no inquérito, como: colheita de provas, oitiva dos envolvidos, reconhecimento de pessoas e coisas ligadas ao fato. Quando reunidos elementos suficientes que indiquem prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, ocorrerá o

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

indiciamento. Findo isso, caberá ao Delegado de Polícia confeccionar relatório e encaminhar à autoridade competente para que se faça análise cabível.

Muito se fala da busca pela “verdade real” no curso de um processo, seja na fase de inquérito, ou não, e é neste ponto em que grandes doutrinadores divergem. Pacceli, conforme ensina, alude da inadequação da busca de uma verdade real, exatamente por que as provas buscam atestar fatos anteriormente ocorridos, uma verdade histórica, portanto, compete na realidade a busca da verdade material, ou processual, isto é, “a verdade revelada na via judicial será sempre uma verdade reconstruída, dependente do maior ou menor grau de contribuição das partes, quanto à determinação de sua certeza”.

O sistema probatório brasileiro adota a liberdade dos meios de prova, de modo que todo e qualquer instrumento de prova pode ser admitido no processo (arts. 155 do Código de Processo Penal e 369 do Código de Processo Civil). Vigora ainda no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da não hierarquia das provas. Nas palavras de Wambier:

“Todos os tipos, a documental, a testemunhal e a pericial, poderão ter influencia sobre a formação da convicção do juiz, não havendo entre eles, alguma que tenha prioridade sobre outra, no que se refere à capacidade de convencer”.

O que há, é um limitador da atividade estatal persecutória, figurado nos termos do artigo 5º, LVI, da Constituição Federal, a inadmissibilidade das provas ilícitas. A redação do artigo 369 do Código de Processo Civil, utilizado por analogia no âmbito penal, tipifica que:

As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

O espaço probatório penal possui uma ampla extensão, exatamente pelo fato de encarregar-se de um dos direitos fundamentais mais primordiais, a saber, a liberdade. Mas, como bem pontua o doutrinador Pacceli, “isso não significa que essa amplitude possa ser traduzida como a admissibilidade de todos os meios de prova”, ou seja, a vedação das provas ilícitas tem por objetivo resguardar os direitos qualificados na Carta Magna, como por exemplo, à inviolabilidade do domicílio, à privacidade e o direito de imagem, normalmente os mais alvejados durante as diligências investigatórias.

Com as variedades dos meios de obtenção de prova, cabe ao juiz determinar o valor de cada uma que será implementada nos autos de uma ação penal, necessária análise minuciosa de uma possível prova ilícita que possui a capacidade de contaminar demais provas dela derivadas, e a observância dos direitos fundamentais em cada uma das fases probatórias.

REFERÊNCIAS:

WAMBIER, Luiz Rodrigues, “Curso Avançado de Processo Civil”. Vol. 2, 16ª edição.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 11ª Ed., atual. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2009. pag. 290.

INQUÉRITO POLICIAL E SUAS PRÁTICAS

Lívian Chaves Amaral

Herta Chaves Coimbra

O inquérito policial é um procedimento administrativo informativo, destinado a apurar a existência de infração penal e sua autoria, visando que o titular da ação penal disponha elementos suficientes para promovê-la. Uma ação preparatória e informativa para colher elementos por vezes difíceis de obter na instrução judiciária, como auto em flagrante, entre outros. Possui um valor probatório relativo, tendo em vista a presença das provas periciais (pré constituídas), além disso, as declarações das testemunhas e/ou a confissão extrajudicial, terão validade como elementos de convicção do juiz, quando estiverem acompanhadas por outros elementos colhidos durante a instrução processual.

As provas que são obtidas no curso da instrução criminal é que irão fornecer subsídios para a prolação da sentença, quase sempre as mesmas do inquérito policial, que são renovadas e esmiuçadas em juízo, visando a oportunidade que a lei concede às partes de apresentar reperguntas e requerimentos diversos. No que tange o receio de não se permitir que a sentença condenatória com base apenas nos elementos do inquérito policial, pois em fase meramente inquisitiva, afasta o princípio do contraditório e suas garantias para o acusado.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A Persecução Penal é constituída por duas fases: pré-processual, representada pelo inquérito penal, já a segunda fase corresponde a processual, a ação penal que só irá existir se houver a denúncia.

O delegado pode iniciar o inquérito por diversas formas, dentre as quais: requerimento, se dá por pedido formulado pelos interessados e está sujeito a deferimento ou indeferimento; por requisição, ou seja, solicitação, feita a título de determinação, de ordem. O juiz ou um representante do MP pode requisitar a instauração, ou por meio de representação solicitando uma manifestação de vontade do ofendido/vítima, sendo assim, cabe á vítima informar a autoridade para que o inquérito policial seja instaurado, ou consiste na solicitação que o delegado de polícia faz ao júízo competente. Visto isso, alguns atos de investigação são imprescindíveis, diligencias realizadas pela autoridade a fim de elucidar o fato. Dispõe o Artigo 6º do CPP, o que a autoridade policial deverá realizar assim que tiver conhecimento da prática, já no Artigo 20º do CPP dispõe sobre o sigilo do inquérito.

Sendo assim, o inquérito pode começar:

De ofício, por portaria ou auto de prisão em flagrante;

Requisição do Ministério Público ou do Juiz;

Por requerimento da vítima;

Mediante representação do ofendido.

É discricionário, por escrito, sigiloso, indisponível, obrigatório.

Tem valor informativo para instauração da competente ação penal. Entretanto, nele se realizam certas provas periciais que contém maior dose de veracidade, porque são baseadas em fatores de ordem técnica. Nessas circunstâncias, tem igual valor a das provas colhidas em júízo. Importante ressaltar que é com a notícia criminis que se instaura o inquérito policial, podendo ser a notícia do crime que é o conhecimento, a espontânea

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

quando o conhecimento pela autoridade policial ocorre direta e indiretamente, durante o exercício da atividade e provocada transmitida pelas diversas formas previstas na legislação processual, consubstanciando-se num ato jurídico.

O Inquérito Policial se encerra com a elaboração do relatório feito pelo delegado de polícia que por via de regra, o prazo é de 30 dias para investigado solto e 10 dias investigado preso, contudo, é necessário atentar a legislações extravagantes que trazem outros prazos. Feito o relatório, a atividade investigativa está encerrada(a 1º fase da persecução penal). Após isso, o inquérito deve ser encaminhado ao juízo competente. Por conseguinte, o promotor ou procurador (MP) receberão os autos do inquérito. Se necessário, iniciará a ação penal.

INQUÉRITO POLICIAL

Herta Chaves Coimbra

O inquérito Policial é a base dos procedimentos criminais porque é um pré - procedimento para cálculo. Essa é uma ferramenta muito importante, pois permite avaliar a origem e evita acusações subjacentes e é usada como um filtro do processo.

Como podemos ver, as investigações policiais são um filtro de programa; portanto, todos os fatos e evidências serão determinados a confirmar o status de autor ilegal. Cada processo, a polícia perguntou sobre ser separado em etapas. Este é o começo de determinar a investigação. Ao condenar o crime, narrou os fatos e a situação, coletou documentos e determinou testemunhas.

No momento, o processo de investigação, análise de especialistas, evidências, situação e inspiração de fatos e simulação.

Nesta fase, um suspeito foi nomeado como possível autor. Esta etapa é de responsabilidade do representante da investigação do host. Quando fechado, o culpado foi encontrado e uma multa de crime foi aplicada.

O principal objetivo das investigações policiais é investigar a existência de crimes criminais e seus autores, e há fatores suficientes para promover moção e punir criminosos.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

A investigação policial pode começar de quatro maneiras:

- O pedido do procurador ou juiz;
- A lei ou aviso de prisão no projeto;
- Através do pedido da vítima;
- Dedicado por representantes.

As principais características das investigações policiais incluem formulários de ação. Então pode ser:

Entrega: porque a polícia pode operar ou interromper a operação no campo das restrições legais;

Escrito: Porque tem como objetivo fornecer elementos aos detentores de litígios criminais;

Confidencial: Somente dessa maneira a polícia pode fornecer as medidas necessárias para provar crimes sem obstáculos para coletar ou destruir evidências;

Obrigatório: Conforme descrito no item I, art. Se o CPP 5, se um crime se aplicar ao processo criminal público incondicional, as autoridades deverão determiná-lo imediatamente como uma carta depois de ouvir as violações do Comitê de Regras.

O prazo para investigação é diferente devido a crimes. Por exemplo, no caso de detenção ou flagrante pré -quadro, o prazo é de 10 dias. Se o suspeito for libertado sob fiança, o prazo é de 30 dias, mas há exceções.

Das Provas

Prova em Espécie

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

As instruções acima são conhecidas como provas físicas e constituem uma ferramenta probatória destinada a persuadir o espírito do juiz, dando segurança ao juiz e, assim, concluindo com um julgamento de mérito.

Prova Documental

No que se refere à prova documental, o fundamento geral da doutrina é o adiamento ou adiamento do contraditório. Ou seja, ele é identificado, coletado, registrado em registros materiais e, posteriormente, submetido a contraditório no curso da atividade criminosa.

Prova Testemunhal

A prova testemunhal tem valor relevante, pois não raras vezes, por deficiência de perícia técnica adequada e oportuna, as infrações penais só podem ser comprovadas por declarações de pessoas que assistiram ao fato ou dele tiveram conhecimento.

Prova Indiciária

Define-se prova indiciária como sendo aquela na qual o magistrado se utiliza de indícios, para chegar-se ao fato probando. Nesse compasso, o magistrado norteia-se por indícios, pressupostos, por meio de ilações de que o fato probando ocorrera.

Prova Pericial

Prova pericial é uma importante evidência em um processo criminal, pois se baseia, sobretudo, em fatos científicos diante de uma controvérsia técnica entre as partes envolvidas.

Provas Ilícitas ou Ilegítimas

A doutrina vem tradicionalmente dividindo as “provas ilegais” em duas espécies: ilícitas e ilegítimas. As provas ilícitas são aquelas produzidas com infração a direito

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

material (constitucional ou penal); já as ilegítimas são aquelas obtidas infringindo direito adjetivo, formal ou processual.

Reconhecimento de Pessoas e Coisas

O reconhecimento pessoal é um método de prova previsto no artigo 226 da Lei de Processo Penal, que pode ser dividido em quatro etapas no ensino. Embora possa ser presidida pelo poder judiciário, na fase contenciosa, é mais frequentemente realizada pelo cliente na fase de investigação criminal.

REFERÊNCIAS:

<https://blog.grancursosonline.com.br/inquerito-policial/#:~:text=O%20inqu%C3%A9rito%20policial%20faz%20parte,cautelares%20impostas%20para%20aquele%20delito.>

https://thomsonreuters.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/1153085577/capitulo-3-inquerito-policial-e-outras-formas-de-investigacao-preliminar-processo-penal?psafe_param=1&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=doutrina_dsa&utm_term=&utm_content=capitulos&campaign=true&gclid=CjwKCAjw_ihBhADEiw_AXEazJsPap-DR854i7r0ucKZoXR4_LWS91dhfzwru0mkjLoR2XQ6qb87j7xoCf_0QAyD_BwE

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INQUÉRITO POLICIAL E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS

Tayline Carla Lima de Sá
Herta Chaves Coimbra

O Inquérito policial trata-se de um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo e feito pela polícia judiciária, que visa colher provas preliminares para apurar a prática e autoria de uma infração penal. É uma ferramenta de extrema importância, pois permite avaliar a procedência e evitar que acusações infundadas sejam realizadas.

São características do inquérito policial:

Sigiloso: Necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Esse artigo não é aplicado ao advogado do investigado, a exceção será no caso de investigação de absoluto sigilo, como por exemplo, interceptação telefônica.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Escrito: As peças do inquérito policial serão processadas e reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

Inquisitivo: Significa dizer que no inquérito policial não há contraditório e ampla defesa, ou seja, não são aplicados os princípios constitucionais. Posição sustentada pelo STF, pois no inquérito policial ainda não existe acusação formal. O inquérito policial é mera colheita de provas.

Formas de dar início ao inquérito policial:

De ofício: ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento da prática de uma infração de ação pública incondicionada e instaura a investigação para verificar a existência do crime ou da contravenção penal e sua autoria. Via de regra, todas as ações penais serão públicas incondicionadas (quando não o for, a própria lei indicará) e, além disso, este tipo de ação independe da manifestação de qualquer pessoa. É obrigação do Estado realizar “automaticamente” a investigação desses crimes, como ocorre, por exemplo, com o homicídio (art. 121 do Código Penal).

Provocação do ofendido: nesse caso, é preciso que a pessoa que teve o bem jurídico lesado (vítima) informe e provoque (promova) a atuação da autoridade policial.

Delação de terceiro: acontece quando qualquer pessoa (vítima ou não) leva ao conhecimento da autoridade policial a ocorrência de uma infração penal de iniciativa do Ministério Público.

Requisição da autoridade competente: o juiz ou o promotor de justiça (ou procurador da República) também podem exigir, legalmente, que a investigação policial se realize, desde que existam provas suficientes para tanto.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

Lavratura do auto de prisão em flagrante: ocorre nos casos em que o agente é encontrado em qualquer das situações descritas no art. 302 do CPP:

São diversas as formas de dar início ao inquérito policial e, além disso, elas variam de acordo com a infração cometida, principalmente porque a cada delito corresponde um tipo de ação penal!

O prazo para realização do inquérito policial dependerá da situação do indiciado (acusado). Se ele estiver preso, o prazo será de 10 dias; caso contrário, 30 dias.

O procedimento terminará com a conclusão do chamado “relatório”, no qual o delegado de polícia fará uma exposição de tudo aquilo que foi investigado. Assim, ele o enviará ao foro para ser distribuído.

O juiz receberá e encaminhará o inquérito policial ao Ministério Público – que é, enfim, o titular da ação penal pública incondicionada. Após receber o inquérito policial, o promotor de justiça poderá: (a) oferecer a denúncia; (b) pedir o arquivamento; (c) solicitar diligências; ou (d) realizar diligências.

Entende-se que o inquérito policial possui valor probatório relativo, tendo em vista a presença das provas periciais (pré-constituídas). Além disso, as declarações das testemunhas e/ou a confissão extrajudicial, por exemplo, terão validade como elementos de convicção do juiz, quando estiverem acompanhadas por outros elementos colhidos durante a instrução processual. Sendo, portanto, inviável a condenação de outrem, exclusivamente, com base no inquérito policial.

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

INQUÉRITO POLICIAL, VALOR DA PROVA E SUAS FASES

Paloma Lima Santos
Herta Chaves Coimbra

O inquérito policial é um procedimento administrativo, preparatório da ação penal conduzido pelo delegado de polícia e tem por finalidade colher elementos de autoria e materialidade de determinada infração penal.

O inquérito policial tem um valor probatório informativo que visa instruir denúncia, será oferecida pelo promotor de justiça, há possibilidade de algumas provas serem levantadas durante o inquérito policial. No artigo 155, do CPP diz: convicção do juiz não pode se basear exclusivamente por elementos informativos e colhidos na investigação. As provas cautelares não repetíveis e antecipadas por se deixar ser feitas durante o processo pode ser que não exista mais e compromete o bom andamento processual e as provas serão colhidas.

O inquérito policial é um procedimento inquisitório, não se submete ao contraditório e à ampla defesa. Entretanto, existem três espécies de provas que são impossíveis serem repetidas perante a autoridade em razão do risco de desaparecimento do objeto da prova. Temos as provas cautelares que tem como objeto possui o risco de desaparecer

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

durante o decorrer do tempo, razão pela qual necessitam de urgência na produção. As provas não repetíveis não podem ser produzidas no decorrer do processo, somente antes dele. Como por exemplo: O exame de corpo de delito no local de um delito. E temos também, as provas antecipadas são produzidas no momento processual distinto em razão de urgência e necessidade. Exemplo: Busca domiciliar.

O ato inicial é o início do inquérito, é quando um crime é denunciado, é feita a análise da narrativa dos fatos e das suas circunstâncias. O inquérito é iniciado com a notícia criminosa, que pode ocorrer imediatamente, quando a autoridade policial toma conhecimento da atividade criminosa quando está no exercício de suas atividades rotineiras, pode ocorrer imediatamente, quando a polícia conhece o fato através de requerimento da vítima ou de seu representante, ou por requisição da Autoridade Judiciária ou do órgão do Ministério Público, ou mediante representação, e pode ocorrer coercitivamente, quando há prisão em flagrante. O ato de instrução realiza-se o procedimento investigativo, as análises periciais, reconhecimento de provas, circunstâncias e fatos esclarecedores e simulações. E temos ainda duas fases o indiciamento do réu, nesta fase o suspeito passa a ser visto como o possível autor. Essa etapa é de responsabilidade do delegado que vai presidir as investigações. E o ato final quando se dá o encerramento, descobrindo o culpado e aplicando as penalidades para a infração cometida.

No conteúdo do inquérito devem constar as circunstâncias do fato delituoso, a indicação do pretense culpado ou suas características e as razões para que se esteja presumindo ser ele o autor da infração (se não for possível apontar as características do ofensor, justificar o motivo de não poder fazê-lo) e indicar as testemunhas, dizendo sua profissão e residência.

O inquérito policial, em caso de crime de ação pública incondicionada, pode ser de ofício, por iniciativa da autoridade policial quando o fato chegar ao seu conhecimento, pode ser

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

mediante requisição da Autoridade Judiciária ou mediante requisição do órgão do Ministério Público ou do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

INQUÉRITO POLICIAL VALOR DE PROVAS E SUAS FASES

Lucas Gonçalves Klia

Herta Chaves Coimbra

Ocorrendo um crime, o Estado no seu poder e dever de punir, necessita de elementos esclarecedores para punir o autor da infração. Nesse sentido entra a autoridade policial que, através do inquérito policial irá apurar as infrações penais e sua autoria conforme o artigo 4º do Código de Processo Penal estabelece que “ a polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

O inquérito policial trata-se de procedimento investigatório realizado por polícia judiciária a fim de apurar a infração penal, sua autoria e a colheita de provas. Seu caráter é informativo, ou seja, nele contará um minucioso relatório do que foi apurado e elementos para proporcionar a ação penal. O inquérito não é exclusividade da polícia. Existem exceções dentro do nosso ordenamento jurídico, como por exemplo os parlamentares eventualmente podem investigar através de inquérito, como é o caso da CPI ou CPMI.

Conforme estabelece o artigo 5º do CPP, o inquérito policial será iniciado;

I - De ofício, nesse caso a autoridade policial toma ciência do crime ou através de denúncia formal ou por escrito feita por qualquer pessoa do povo, ou por atividade rotineira e, por último em caso de prisão em flagrante.

Tomando conhecimento do fato a autoridade policial deverá obrigatoriamente instaurar o inquérito.

II - Mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo

No primeiro caso a autoridade judiciária, seja os juízes ou tribunais ao verificarem a existência de um crime de ação penal pública, deveram remeter as cópias e os documentos necessários ao ministério público para o oferecimento da denúncia. Se caso o ministério

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

público verificar que não tenha os elementos necessários para o oferecimento da denúncia, poderá requisitar a autoridade policial a instauração do inquérito.

No segundo caso trata-se de terno utilizado pela doutrina como delação postulatória, nela o ofendido ou seu representante legal irá requerer a através da notícia do fato a ação penal condicionada para instaurar a persecução penal. Nesse caso o ofendido ou seu representante legal deverá apresentar um requerimento conforme determina o artigo 5º do CPP, § 1º, contendo sempre que possível: a narração do fato com todas as circunstâncias; a individualização do suspeito ou a indicação de seus sinais característicos; a exposição dos motivos da suspeição; a indicação de testemunhas e outros meios de prova.

O inquérito em tratando-se de ação penal condicionada, não poderá ser instaurado sem a representação do ofendido, como por exemplo no crime de ameaça

Caso ocorra o indeferimento da instauração do inquérito policial, o ofendido poderá recorrer ao chefe da polícia civil, conforme estabelece o 5º do CPP, § 2º.

Conforme estabelece o artigo 5º do CPP, § 5º, os crimes de ação penal privada, o inquérito somente poderá ser instaurado com o requerimento da vítima escrito ou verba, este por último será reduzido a termo.

Com o inquérito concluído, os autos serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou do seu representante legal.

o inquérito policial tem 5 tipos de peças inaugurais; a) portaria b) auto de prisão em flagrante c) requerimento do ofendido ou de seu representante d) requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária e) representação do ofendido ou de seu representante legal, ou requisição do ministro da justiça

O artigo 6º do CPP estabelece que procedimentos que devem ser adotados pela autoridade policial no inquérito. O primeiro deles trata-se de a autoridade policial dirigir-se ao local do crime para que sejam preservados o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais. Após ser liberados pelos peritos, a polícia deverá colher todas as provas que servirem de esclarecimentos do fato e suas circunstâncias. Logo após deve ouvir o indiciado. Proceder com o reconhecimento das pessoas, coisas e acareações.

Importante ressaltar que o procedimento de identificação pelo datiloscópico, é em caráter obrigatório sempre que possível.

Pode ocorrer diligências extraordinárias nessa fase de investigatória, como por exemplo a quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal, telemático, delação premiada, infiltração policial e outras.

O indiciamento compreende-se na imputação de uma autoria de um crime a alguém sempre que houver indícios de autoria e materialidade, sendo que essa imputação será reavaliada em juízo como verdadeira ou falsa. Na fase de investigação o termo apropriado

INSTITUTO EDUCACIONAL ALFAUNIPAC

para o indiciado é acusado, após eventual oferecimento da denúncia pelo ministério público o indiciado será considerado réu.

O encerramento do inquérito dar-se-á com relatório final no qual a autoridade policial. Nele haverá um relatório do que foi apurado, das diligências realizadas, testemunhas não ouvidas e mencionando o lugar onde possam ser encontradas e as razões pelo qual foram imputados ao acusado(s) o crime(s).

Estando o indiciado em liberdade, o prazo para conclusão do inquérito é de 30 dias, contados da data do recebimento da notícia crime. Caso o fato de seja difícil elucidação o juiz a requerimento da autoridade policial pode dilatar o prazo. Se o indiciado estiver preso, o prazo pra conclusão doo inquérito é de 10 dias, contados do dia seguinte à data da efetivação da prisão.

Finalizado o inquérito e tendo em vista o seu caráter persecutório, administrativo, que é instaurado pela autoridade policial, sua conclusão, ou seja, pronto o inquérito, será entregue ao destinatário para propor a ação penal, o ministério público.

Em fase de denúncia o ministério público pode dispensar o inquérito, quando entender que os elementos da representação são suficientes para propor a ação penal, conforme estabelece o artigo 39, § 5º. Importante ressaltar que o inquérito é indispensável, uma vez que sendo instaurado, não pode ser arquivado pela autoridade policial.

O valor probatório do inquérito é relativo, uma vez que os elementos presentes na peça foram colhidos sem contraditório e ampla defesa. Importante ressaltar que o juiz não poderá basear a condenação somente no inquérito, uma vez que violaria o princípio do contraditório e da ampla defesa, conforme entendimento do STJ, (RTJ 59/786)